

0 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

FATIANE NOGUEIRA SILVEIRA

**EXPERIÊNCIA CHARNEIRA:
um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade**

PELOTAS

2017

FATIANE NOGUEIRA SILVEIRA

EXPERIÊNCIA CHARNEIRA:

um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade

Dissertação de Mestrado em Educação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia (MPET), do Instituto Federal Sul-rio grandense, Câmpus Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Cristhianny Bento Barreiro

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

PELOTAS

2017

FATIANE NOGUEIRA SILVEIRA

Ficha Catalográfica

S587e Silveira, Fatiane Nogueira.
Experiência charneira : um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade / por Fatiane Nogueira Silveira. – 2017. .
127 f. : il. color.
Orientador: Prof^o Dr^a Cristhianny Bento Barreiro.
Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2017.
1. Autobiografia. 2. Narrativas de vida - Mulheres encarceradas. 3. Sistema prisional. I. Barreiro, Cristhianny Bento. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. III. Título.
CDD 920

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Glória Acosta Santos CRB 10/1859
Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

**EXPERIÊNCIA CHARNEIRA: um estudo narrativo com mulheres em
situação de privação de liberdade**

Dissertação de Mestrado apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Educação pelo Programa de
Mestrado Profissional em Educação e
Tecnologia do IFSUL

Aprovado pela Banca examinadora em: ___/___/___

Professora Doutora Cristhianny Bento Barreiro - Orientadora

Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies - Co-orientador

Professora Doutora Denise Marcos Bussoletti - UFPEL

Professora Doutora Bárbara Hees Garré - IFSUL

AGRADECIMENTOS

Nessa estrada, desde as primeiras seleções, a entrada como aluno especial e o processo seletivo, o caminho foi longo. Muitas vezes eu disse que as vagas eram poucas, muitas vezes eu sofri discriminação por ter escolhido o presídio como prática de pesquisa, muitas vezes eu ouvi que deveria ficar em casa cuidando do meu filho.

Obrigada aos amigos (as) que me incentivaram dizendo que tudo valeria a pena.

À Kelly por ter sido a pioneira em me incentivar a entrar no Mestrado, não tenho palavras para dizer o quanto fosse importante nessa caminhada.

Aos meus pais pelo incentivo, pelas caronas antes de pegar o ônibus pra Jaguarão, pelas jantas que sempre levavam antes de eu embarcar, pela vida, agradeço imensamente.

Aos meus irmãos, Maureen, Carla e Antônio pelo incentivo e pela oportunidade de eu ter me tornado uma pessoa melhor na companhia de vocês.

À Bruna, minha amiga de infância, responsável pela Global Transportes que fez minha locomoção Jaguarão/Pelotas, obrigada pela força, saibam que sem vocês eu não teria chegado até aqui.

A Administração do Presídio agradeço ao administrador Jaques Machado da Rosa, aos agentes Paulo, Arion, e aos demais funcionários que foram incansáveis para que o trabalho fosse realizado.

À SUSEPE que mesmo demorando a autorizar o trabalho entendeu a importância da realização do mesmo.

À assistente social do presídio Ana Paula Ferreira, pessoa extremamente competente e dedicada, que exerce uma profissão pela qual passei a respeitar muito e admirar. Sem palavras Ana Paula, o teu trabalho é fundamental para que os direitos humanos sejam respeitados dentro do cárcere. Agradeço por acreditar em mim, no meu trabalho e pelo carinho comigo. És uma grande profissional! Te admiro imensamente do fundo do coração!

Aos meus colegas de mestrado, principalmente as que me acompanharam mais de perto Patrícia, Monalisa, Rodrigo e Daiane. Obrigada pelos ensinamentos.

À minha Amiga/ Psicóloga Carolina Ança pela força, pela amizade e por acompanhar minha trajetória durante a pesquisa, agradeço. Tuas dicas foram essenciais para o sucesso do meu trabalho dentro do cárcere.

À Dani Dias pelo incentivo, apoio, torcida, por escutar as angústias desse período do mestrado.

Ao meu Thales primeiramente peço desculpas, desculpa pelas ausências, as horas no computador, por te deixar sozinho para ir viajar, por deixar a casa desarrumada. Algumas vezes pensei em desistir, mas resisti, não desisti por ti, nem por mim, não desisti por nós dois! Tenho certeza que no futuro entenderás minhas palavras. Obrigada pela paciência e pela ajuda nos momentos que eu não conseguia com a tecnologia. Obrigada por me ensinar diariamente a ser mãe. Te amo!

Por fim quero agradecer as minhas flores, mulheres encarceradas que me ensinaram muito e possibilitaram essa pesquisa. Torço muito por cada uma de vocês! Não esquecerei nunca, as histórias, as palavras, os abraços, os ensinamentos o carinho com que fui recebida. Obrigada!

Ao meu co-orientador professor Luiz Antônio Bogo Chies, agradeço por não ter duvidado de mim mesmo quando cheguei apresentando duas folhinhas falando de Foucault. Obrigada por ter me auxiliado na construção da minha trajetória de forma brilhante. Por ter me aceitado do jeito que sou. Por ter me dado a visão do direito que eu precisava para a realização do trabalho, mas principalmente a visão dos direitos humanos que é a que eu quero seguir para sempre na minha caminhada. Te admiro muito!

Enfim agradeço a uma mulher especial, minha orientadora Cristhianny Bento Barreiro. Obrigada por ter me escolhido, obrigada por seres para mim um exemplo de mulher, educadora, mãe e amiga. Obrigada por ter acreditado em mim quando eu teimava em dizer que queria fazer a pesquisa no presídio. Obrigada por ter me apresentado à pesquisa narrativa de forma tão apaixonante. Gratidão!

Caminhar com os outros, passa, pois, tanto por um saber-caminhar consigo, em busca do seu saber viver, sabendo que cada encontro será uma ocasião para se aperfeiçoar ou de infletir até mesmo de transformar o que orienta o nosso ser-no-mundo, o nosso ser dentro do mundo, num paradigma de fragmentação, de uma abertura ao desconhecido, na convivência consigo, com os outros e com os universos que nos são acessíveis. É uma busca que visa despertar-se para uma existencialidade que não se satisfaz com os prôts-à-porter sociais e culturais, uma existencialidade capaz de reconhecer os limites de qualquer epistemologia.

Marie-Christine Josso

RESUMO

Nas diversas sociedades, percebe-se a existência de um sistema punitivo para pessoas que não cumprem as regras estabelecidas, de acordo com a época e o lugar em que estão inseridas. Segundo os estudos de Foucault, a punição foi se modificando através dos tempos, passando de torturas em praças públicas até o sistema prisional vigente. Este estudo, do ponto de vista metodológico, sustenta-se em Josso, que tem seu trabalho voltado para o campo das pesquisas narrativas, abordagem metodológica escolhida para apoiar esta pesquisa. Buscou-se os significados e sentidos que mulheres, em situação de privação de liberdade, atribuem às suas histórias de vida, a fim de contribuir para uma emancipação, através da fala, das mesmas. A pesquisa narrativa foi utilizada para possibilitar a construção de conhecimentos atrelados à formação. Os caminhos percorridos a partir da narração das histórias de vida, de histórias centradas na formação, foram efetuados na perspectiva de evidenciar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida, os múltiplos recursos ligados às aquisições de experiência. O trabalho de reflexão, a partir da narrativa da formação de si, permitiu estabelecer a medida das mutações sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social. Estudar as histórias de vida de mulheres em situação de encarceramento, através dos diários e dos encontros, dos livros, revistas, filme, desenhos como dispositivos para trazer a tona memórias e lembranças da história de cada uma proporcionou um olhar sobre sistema prisional e sobre essas mulheres e suas histórias de vida, temas apresentados neste trabalho como sustentação da pesquisa realizada.

Palavras-chave: Pesquisa (auto) biográfica. Pesquisa formação. Sistema prisional. Narrativa de vida. Mulheres encarceradas.

ABSTRACT

In different societies, there is the existence of a punitive system to people who do not comply with the established rules, according to the time and place in which they are in. According to Foucault's studies, punishment has been changing over time, from torture in public squares to the current prison system. This study, from the methodological point of view, is based on Josso, who has his work focused on the field of narrative research, the methodological approach chosen to support this research. It was searched the senses and meanings that women in situations of deprivation of freedom, attribute to their life stories in order to contribute to an emancipation, through their speech. Narrative research was used to enable the construction of knowledge linked to training. The paths followed from the narration of life stories, from stories focused on formation, were carried out in the perspective of highlighting and questioning legacies, continuity and rupture, life projects, and the various resources related to the acquisition of experience. The work of reflection, based on the narrative of the formation of self, allowed to establish the measurement of social and cultural mutations in the singular lives and relate them to the evolution of the professional and social life contexts. Studying the life stories of imprisoned women through diaries and dating , from books, magazines and films, draw as devices to bring back memories of the story of each one who provided a look at the prison system and on these women and their life stories, topics presented in this work to support the research.

Keywords: Biographical (auto) research. Research training. Prison system. Narrative of life. Imprisoned women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Comigo ninguém pode.....	16
Figura 2 Bem me quer.....	24
Figura 3 Orquídia.....	41
Figura 4 Dama da Noite.....	56
Figura 5 Estrelitzia.....	76
Figura 6 Rosa.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Área de dissertação e teses a partir do descritor sistema prisional do banco de teses da CAPES	25
--	----

LISTA DE SIGLAS

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

LEP - Lei de Execução Penal

PNE - Plano Nacional de Educação

PROMED - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos

PNPE - Programa Nacional de estímulo ao Primeiro Emprego

PPT- Preparação Para o Trabalho

PUC - Pontifícia Universidade Católica

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UCPEL - Universidade Católica de Pelotas

UPF - Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 MINHA HISTÓRIA DE VIDA.....	17
2 SISTEMA PRISIONAL E EDUCAÇÃO ESTADO DE CONHECIMENTO.....	25
3 DISCIPLINA E PUNIÇÃO.....	42
3.1 Pena e Estado.....	46
3.2 A população prisional.....	50
3.3 O encarceramento em Jaguarão.....	53
4 METODOLOGIA.....	57
4.1 O uso das narrativas na formação e na pesquisa.....	63
4.2 O grupo de investigação formação como método.....	66
4.3 Potencialidade emancipadora do narrar.....	68
4.4 Metodologia do trabalho dentro do cárcere.....	71
5 ANÁLISE.....	77
5.1 SISTEMA PUNITIVO.....	77
5.1.1 Aprisionamento.....	79
5.1.1.2 <i>Motivos que levam ao cárcere.....</i>	79
5.1.1.3 <i>O dia a dia no Cárcere.....</i>	81
5.1.1.4 <i>Filme e leitura dentro da cela.....</i>	85
5.1.2 O impacto da violência e a falta de liberdade na saúde da mulher encarcerada	86
5.1.2.1 <i>Problemas de Saúde.....</i>	86
5.1.2.2 <i>Violência.....</i>	87
5.1.2.3 <i>Falta de liberdade.....</i>	90
5.2 FAMÍLIA.....	92
5.2.1 A infância das mulheres encarceradas e a relação materna e paterna.....	92
5.2.2 O pai.....	93
5.2.3 A mãe.....	94
5.2.3.1 <i>A Mulher encarcerada e seu papel de mãe.....</i>	95
5.2.3.2 <i>A distância dos filhos pós cárcere.....</i>	96

5.3 UM ESTADO DE FELICIDADE COMO META DE VIDA.....	99
5.3.1 Ontem, hoje e amanhã.....	99
5.3.1.1 O tempo.....	100
5.3.1.2 Lembranças da infância.....	102
5.3.1.3 Futuro.....	102
5.3.1.4 Religião.....	104
5.3.2 A felicidade é possível no amor.....	109
5.3.2.1 Os relacionamentos afetivos.....	110
5.3.2.2 A busca da felicidade.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE A -Termo de responsabilidade do pesquisador.....	122
APÊNDICE B Termo de consentimento livre e esclarecido.....	123
APÊNDICE C Autorização da SUSEPE.....	125
APÊNDICE D Documento do Comitê de ética da plataforma Brasil.....	126
APÊNDICE E Documento do IFSUL para SUSEPE.....	127

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo que tem por tema a investigação de mulheres encarceradas, no presídio estadual de Jaguarão - RS e tem como finalidade principal compreender as experiências e os projetos de vida dessas mulheres. Com abordagem qualitativa, esta pesquisa desenvolveu-se dentro de uma perspectiva metodológica de domínio (auto)biográfico ou pesquisa narrativa. Tratou-se de uma análise sobre a privação da liberdade feminina, nos dias atuais, a partir da seguinte questão de pesquisa: Quais experiências são apontadas pelas mulheres apenas em suas narrativas como charneira¹?

O primeiro capítulo está voltado para minha história de vida. O tema liberdade e a falta dela sempre foi um tema que me instigou, provavelmente devido à época em que nasci, na qual ocorria no Brasil uma ditadura militar, tendo recebido uma educação, familiar e escolar, bastante rígida. Além disso, uma importante motivação para a elaboração deste projeto, deu-se a partir das aulas no Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSUL - Campus Pelotas RS, nas disciplinas de Prática de Pesquisa Narrativa I e II, tendo em vista as discussões e os estudos abordados em torno das narrativas de vida. Outro fato motivador surgiu dos relatos escutados na cidade de Jaguarão, na qual nasci e resido, de que o presídio estaria se tornando misto e a conseqüente preocupação do que aconteceria, a partir disto, com os sujeitos que ingressariam nesta instituição, a partir disto, no caso, as mulheres.

Enfatizo a relevância da implicação do pesquisador com o contexto da pesquisa, pois ao me deparar com a pesquisa (auto)biográfica, com foco na formação, fui provocada a questionar a mim mesma, a minha experiência como ser humano, como educadora, a minha formação pessoal e profissional. Narrar é uma maneira de representar a experiência. Escrever uma história de vida e escutar um sujeito contar a sua, permite o questionamento da própria vida do pesquisador (BARREIRO, 2009). Por isso ele é objeto e também sujeito da própria pesquisa. Assim, justifico a importância do capítulo sobre minha história.

1 Charneira é o nome dado à dobradiça de uma porta que permite que se mude de um ambiente a outro. Este conceito será trabalhado mais adiante neste projeto e tem como referência a autora Josso (2004).

O estado da arte vem a seguir, trazendo uma análise de cinco dissertações e uma tese de doutorado, mostrando através do banco de teses e dissertações da CAPES, as pesquisas que relacionam sistema prisional e educação.

A terceira parte do projeto, volta-se para a problemática do sistema prisional, a partir da conversação de autores como: Foucault(2004),Chies(2013), Bitencourt(2001), Greco(2010), Barcinsk(2009), entre outros.

Apresento um breve retrato do que Foucault constrói na Obra Vigiar e Punir (2004), na qual aborda a história da criminalidade, das penas, do processo de disciplinarização das pessoas e de seus corpos. Relato, também, a mudança ocorrida após a Revolução Francesa, na qual houve uma passagem das torturas “mortais”, diretamente voltadas para o suplício dos corpos dos criminosos, para uma pena centrada em sua correção. Essa punição mudou porque o poder também se modificou, passando de uma sociedade monárquica para uma sociedade capitalista. Por fim, descrevo brevemente a relação entre Pena e Estado, além de apresentar qual o sentido da pena de acordo com três teorias do direito penal.

A crise da pena de prisão e a situação das mulheres dentre a população carcerária aparecem como arcabouço central deste capítulo. Assim, busco também uma reflexão sobre a prisão feminina, apresentando alguns dos motivos que podem estar relacionados com sua aproximação com o crime, como por exemplo, a falta de trabalho, a busca por poder e o envolvimento com o tráfico.

Em meio a essa realidade, falar sobre a dignidade humana foi necessário, tendo em vista que os presídios parecem estar em desacordo com as leis, não proporcionando condições de vida digna aos encarcerados. Dessa forma, de acordo com as leis vigentes, a dignidade do ser humano “[...] deverá ser preservada, pois que ao Estado foi permitido somente privar-lhe da liberdade, ficando resguardados, entretanto os demais direitos que dizem respeito diretamente à sua dignidade como pessoa” (GRECO, 2010, p.61).

Atualmente, muitos presídios se tornaram mistos, ou seja, presídios que eram masculinos passaram a receber mulheres, provavelmente pelo aumento de número de presas e pela falta de construção de novos presídios femininos. O que se pode perceber é que ambos compartilham o mesmo espaço arquitetônico, mas as regras vigentes dentro do cárcere continuam a ser masculinas, sendo esses presídios chamados de masculinamente mistos. Pois “[...] envolve o recurso estratégico de

manutenção da ambiguidade [...] sobrepõe ao feminino uma orientação androcêntrica nas práticas e nas dinâmicas carcerárias (COLARES E CHIES, 2010, p.48)".

Elegi a quarta parte do projeto como um eixo teórico explicativo mostrando a pesquisa narrativa como o percurso metodológico construído para dar conta dessa pesquisa. Penso que essa foi uma opção metodológica apropriada para essa investigação, pois possibilitou, dentre outras coisas, o apoio em diversos teóricos que têm contribuído muito com o campo educacional e social com muitos estudos que sustentam a abordagem (auto)biográfica com o enfoque na formação, estudando histórias de vidas, percursos profissionais, formação de professores, biografias educativas, tais como: Josso (2010), Abrahão (2004), Bolívar (2002), Momberguer (2006), Nóvoa (1992), Clandinin e Connelly (2011), Ricoeur (1994), dentre outros.

Desse modo, procurei, ao discutir a pesquisa narrativa e a formação, trabalhar com conceitos que pudessem ser importantes para essa pesquisa: a diferença entre vivência e experiência, recordação-referência, experiência truncada, formação experiencial e momento charneira. Parece-me importante explicitar brevemente a relação entre a narrativa e o tempo, já que o sujeito ao narrar sua história vai explicitando suas vivências e experiências acomodando-as de acordo com o tempo vivido, perpassando brevemente pela questão identitária.

Busquei esclarecer o que é a pesquisa-formação como método, apresentando os passos do trabalho em grupo, de acordo com as fases ou circuitos apresentados por Josso (2010). Com relação à experiência, procurei mostrar, através dos estudos da própria autora e de Dewey, o pensar a experiência como um ato não isolado, mas como algo significativo e relevante na vida do sujeito. Esclareço também o porquê do uso das narrativas na formação e na pesquisa, não apenas no sentido da formação de professores, mas em relação a qualquer grupo de pessoas.

Finalmente, apresento o percurso da pesquisa desenvolvida, buscando então analisar a trajetória e o sentido que cada mulher dá a sua vida. Conhecer essas mulheres, em situação de confinamento, possibilitou aprendizagem e um processo emancipatório através da narração. E esse processo começa no contato com a própria história e o prazer de ler, escrever e aprender. A leitura foi levada para as apenadas como uma forma de possibilitar construção de conhecimento, reflexão sobre a realidade e os papéis que nela são desempenhados. Também foi possível através dos livros uma maior aproximação das agentes penitenciárias com as mulheres do cárcere.



Figura 1

“ Mais um dia aqui nesse lugar, já é mais de meia noite, que saudade da minha filha, da minha mãe e da minha família, não posso ficar pensando muito neles, porque se não eu fico mal, também quem não vai ficar mal longe dos filhos e da família né”?

(Comigo Ninguém Pode)

1 MINHA HISTÓRIA DE VIDA

Fui buscar na minha história de vida o gosto por estudar o tema da liberdade e as narrativas de vida; além de, no livro de minha vida, reviver e interpretar as experiências truncadas, os momentos charneiras e as experiências significativas que me marcaram até aqui. Escrever sobre si é uma forma de (re)conhecer a si mesmo, de se constituir como sujeito um momento de saudade e de vontade de daqui para frente viver novas histórias.

Como dispositivo para trazer à memória as lembranças, pedi a algumas amigas que falassem sobre mim e da época da infância e da adolescência compartilhada. Além disso, busquei encontrar alguns de meus objetos da época.

Na data de 23 de outubro de 1976 o país passava pelo Regime de Ditadura Militar. Minha mãe, filha de militar, dona de casa às vésperas dos seus vinte e um anos, meu pai vinte e cinco anos, funcionário do Banco do Brasil. Nasci de parto normal, mas não tão livremente como as outras crianças que assim nascem. Precisei ser retirada com fórceps. Com um ano de idade, segundo contam os familiares, sofri uma queimadura no rosto e corpo com um alimento muito quente.

Os pais nessa época exerciam autoridade máxima sobre os filhos, comandavam, reprimindo na maioria das vezes. Só com o olhar dos pais, os filhos já obedeciam e já sabiam o que era esperado que fizessem. Começo a ter registros da minha infância em minha própria memória mais precisamente aos quatro anos de idade, na escola de Educação infantil. Lembro-me das brincadeiras com as amigas, de uma festa de aniversário que foi comemorada na escola e muito precisamente de uma vez em que fiquei de castigo sentada em uma cadeira e não pude ir para o recreio porque briguei com uma colega. Nessa época, eu queria muito aprender a ler e a escrever, pois minhas tias e minha avó eram professoras e cada vez que iam me visitar queriam ver o que eu tinha aprendido na escola. Quando cursei o pré-escolar, no ano de 1982, aprendi a ler e a escrever. Gostava muito de escrever cartas, bilhetes e cartões de natal. Minhas amigas e minha madrinha sempre recebiam cartas enviadas por mim, e, quando viaja, mandava cartão postal para todos da família. Valorizo essa prática, perpetuando-a até os dias atuais. Há pouco tempo mandei cartinhas para minha sobrinha e participei de um projeto, trocando cartas com uma professora.

Nesse ano de 1982, eu já tinha duas irmãs e um irmão. Uma de 4 anos, uma de 2 e um irmão recém-nascido. Sempre fui apaixonada por crianças e acredito que era uma menina muito meiga, romântica, sonhadora e, talvez, um tanto tímida.

Lembranças boas da minha infância eram as brincadeiras na rua: pular corda, pega-pega, mamãe posso ir, brincadeiras de roda. Morando em uma cidade de interior, tendo uns quantos irmãos e muitos vizinhos, brincar na calçada era coisa diária. Como meu avô era marceneiro, construiu uma casa de bonecas, que ficava no pátio. Lá tinha mesa, cadeiras, pia, tanque, um fogão à lenha em miniatura (tudo funcionando de verdade). Tinha também um quadro negro no qual eu dava aulas para as crianças vizinhas, brincando de escola. Na casinha, fizemos várias festinhas de aniversário para as bonecas, com bolo e convidadas. Minhas amigas relatam que o mais legal, além da casinha de bonecas, é que eu permitia que brincassem com as coisas que havia dentro dela.

A entrada na primeira série foi um tanto conturbada, pois fui para uma escola pública, na mesma quadra da minha casa, na qual nenhuma criança sabia ler. Naquela época, só existiam duas escolas infantis em Jaguarão, RS. A professora era muito ríspida e os colegas mal sabiam pegar o lápis. Eu passava todas as tardes fazendo ondinhas, para cima e para baixo, no caderno para “treinar” a coordenação motora, sendo que eu já sabia ler e escrever. Na maioria dos dias, ficávamos sem recreio, não lembro o motivo. Só lembro que era em quase todas as aulas. Eu tinha medo dessa professora. Um dia cheguei em casa chorando.

Minha mãe, então, matriculou-me em outra escola, na metade do segundo bimestre, mais ou menos. Nessa escola, fiquei todo o ensino fundamental. Minhas recordações desse período têm a ver com os desfiles de sete de setembro, com os uniformes, com o silêncio. Muitos ensaios antecederam os desfiles nos quais éramos obrigados a marchar pelas ruas da cidade, nas tardes frias do inverno Jaguarense, com temperaturas próximas ou abaixo de zero. Lembro-me de chegar em casa congelada, e ir para frente da lareira. O corpo e, principalmente, os dedos das mãos pareciam que iam se derretendo. O uniforme não era adequado para um clima tão frio, pois usava-se saia marinho, camisa branca, blusão marinho e sapato preto. Durante o ano, havia no pátio da escola horas cívicas com o mesmo processo de hastear e arriar a bandeira do Brasil. Tempo em que era exigido muito silêncio, em casa e na escola. Sinto que o “cale-se” da música Cálice, composição de Chico Buarque, da época da ditadura militar, muito bem representou esse momento e se estendeu para

as famílias e para a escola. A restrição à liberdade de expressão e imposição de opinião dos adultos refletia-se nas crianças. E apesar de eu ter nascido nove anos antes de terminar a ditadura, a gente sentia na pele o calar a boca tanto em casa, quanto na escola. Falar essa palavra me arrepiava. Criança não tinha vez.

Eu acredito que escolhi ser professora para tentar fazer o contrário do que faziam com os alunos lá na minha escola. Era um colégio muito rígido. Na época eu apelidei a escola de “Quartel General.” Ninguém podia falar, nem opinar. Não podia ir ao banheiro e eu tinha pânico disso, pois muitos colegas urinavam na roupa. Eu não entendi por que tratavam os alunos do jeito que tratavam. Uniforme era obrigatório, classes enfileiradas umas atrás da outra, silêncio e ordem. Minha letra era linda e gostava de algumas aulas de português, mas em matemática, a partir do sexto ano, fui aprovando sempre com o auxílio de recuperação. E vivia de castigo em casa por isso.

Minha educação foi muito rígida. Não podia falar o que sentia e nem chorar. Minha mãe tinha o costume de tapar a boca da gente com um guardanapo, enquanto chorávamos. Apanhei algumas vezes de cinto, outras de chinelo. Não gostava quando ela me obrigava a dormir à tarde nas férias escolares. Até o sono tinha comando. Era assim que eu sentia. Havia castigos sempre. Eu tinha sempre uma angústia e certo medo dos adultos.

Quando entrava de férias da escola, sentia um alívio. Não por me livrar apenas dos conteúdos e provas, mas por me livrar das pessoas, da grosseria, da rigidez. Lembranças boas dessa escola foram as gincanas de final de ano, as peças de teatro que apresentamos e as amigas que fiz.

Meu pai tinha o hábito de ler antes de eu e meus irmãos dormirmos. Tínhamos muitos livros em casa. Na época, não existia livraria em Jaguarão. Apenas a biblioteca pública e a da escola, nas quais íamos ler uma vez na semana. Foi quando comecei a ler Pedro Bandeira com o livro “A droga da Obediência”. Na época, me apaixonei pelo livro que, parecia ser um livro de aventura com alunos metidos a detetive que se reuniam para resolver mistérios e resolver sequestros. Só há poucos anos (três ou quatro anos atrás quando apresentei o livro ao meu filho) fui saber que o mesmo tratava da falta de liberdade, da privação de pensamentos e escolhas próprias. Era uma metáfora sobre a ditadura militar.

Eu e minhas colegas de aula íamos bastante. Comprava livros pelo correio através de catálogo. Meu pai era sócio do Círculo do livro e comprava livros

mensalmente através de catálogo também. Quando entrei na primeira série conheci uma menina que se tornou minha companheira de leituras. Líamos bastante e resolvemos, então, fazer um curso de datilografia (já no ano de 1990), porque queríamos escrever um livro. Fizemos o curso e escrevemos o livro. Era uma história de jovens que viviam em um orfanato, com freiras e que estavam entrando na adolescência. Tínhamos treze anos nessa época e os programas de domingo eram andar de bicicleta pelas ruas da cidade, ouvir música e escrever o livro. Tempo bom!

Quando fui para o segundo grau, no ano de 1991, escolhi fazer magistério e, finalmente, troquei de escola. Finalmente uma escola mais liberal. Tinha uma sensação de liberdade muito boa. Sentia que as pessoas eram mais afetivas, em sua maioria, e a educação estava passando por mudanças, após o término da ditadura há seis anos. O primeiro ano do segundo grau, como era chamado o ensino médio na época, era um ano básico e depois poderia escolher se queria ir para o magistério ou o curso de Preparação para o Trabalho (PPT). Acabei reprovando em matemática nesse ano e escolhi seguir o PPT. O ano de 1991 foi um ano muito bom, eu participava de um grupo de jovens na igreja católica que frequentava há alguns anos, na qual fiz muitos amigos. Comecei a ter várias atividades na igreja e acabei frequentando-a diariamente. Ministrava aulas de catequese para um grupo de crianças, e trabalhava, aos sábados à tarde, junto com jovens.

Nesse ano debutei, foi um ano feliz, pois sempre tinha atividades ligadas ao clube e ao baile. Tudo muito tradicional. Quando outubro chegou, aconteceu o primeiro baile e, ao final do mês, meus quinze anos, os quais comemorei em casa, com alguns amigos. No dia dos meus quinze anos, fui a uma festa no clube pela primeira vez, mas meu pai ia junto... O excesso de cuidado era grande. Sempre sendo vigiada. Em seguida, comecei a namorar um rapaz da igreja e, mesmo assim, muitas vezes quando íamos para a festa, no clube, meu pai ia junto. No ano de 1994, comecei a fazer o terceiro ano do ensino médio e, pela falta de professores na escola, decidi ir estudar na cidade de Pelotas. Meus pais concordaram, desde que eu fosse morar com a minha avó. Então fui. Fiz a matrícula em uma escola particular e tive que estudar muito durante o restante do ano. Terminando a escola, fiz vestibular para Pedagogia. Já tinha tudo na cabeça: queria fazer Pedagogia, Psicopedagogia e Psicologia. Trabalhar com psicologia infantil. Meu pai queria que eu fizesse algo relacionado à informática.

Passei no vestibular - sem cursinho - em segundo lugar e comecei a cursar Pedagogia na UFPEL. No meio do mesmo ano, fiz vestibular para Psicologia na UCPEL. Passei novamente e, então, fui cursando as duas faculdades juntas. Estudava manhã, tarde e noite. Nessa época, meus pais mudaram-se para Pelotas. Então saí da casa da minha avó e fui morar com eles. Nesse momento, terminei o namoro e conheci pessoas muito legais nas duas faculdades. Nesse ano, em outubro mais precisamente, comecei a namorar novamente, um amigo do tempo do grupo de jovens da igreja de Jaguarão. Penso que esse foi o melhor ano da minha vida. Tinha muito estudo, amigas, o namoro, festas. Aos poucos fui tentando buscar meu caminho.

Em 1998 me formei em pedagogia. A faculdade foi muito boa e eu tirava notas ótimas em todas as matérias. O período do estágio foi o mais sofrido. Tentávamos colocar a teoria na prática, mas não se tinha ajuda dos orientadores e a escola não ajudava. Ali eu senti uma falta de liberdade. Queria colocar o que tinha aprendido tão bem na minha sala de aula, mas na maioria das vezes não era possível. Aprendi que a restrição da liberdade também vem do sistema.

Continuei a cursar Psicologia. Nesse curso, fiz uma disciplina de psicologia comunitária, na qual demonstrei interesse em realizar uma atividade prática no presídio de Pelotas. Na época, o trabalho era em duplas e a professora responsável pela disciplina condicionou a autorização para realizar o trabalho apenas se eu conseguisse um rapaz interessado em me acompanhar. Como era um curso basicamente feminino e os poucos rapazes não se interessaram, tive que desistir. Acabei realizando essa atividade com jovens adolescentes assentados no acampamento da Palma, Capão do Leão, Pelotas, RS.

Em seguida, no ano de 2000, meu namorado resolveu ir morar no Acre em função do trabalho. Tive que decidir entre ir ou terminar o namoro. Entre ficar e terminar a Psicologia ou ir junto com ele. Então eu resolvi ir. Confesso que não foi muito fácil trancar a faculdade, pois já iria para o sétimo semestre. Assim, foi uma experiência truncada que tive.

Mas também tinha um projeto de vida pessoal e acredito que foi um momento de liberdade, pois estive ligado a um poder de escolha, de decisão. E assim decidi. É na concepção, mas também na execução de nossos projetos que colocamos em prática nossa liberdade. Era o ano de 2000. Um lugar totalmente diferente. Distância de casa: 5000 km.

A medicina ocupava muito o então meu marido. Trabalhava inclusive aos sábados, chegando só no domingo do plantão. O calor do local insuportável. Eu tentava me adaptar. A cultura era totalmente diferente. Uma mistura da cultura indígena com boliviana. Muitas características do nordeste do país estavam ali presentes também, tendo em vista que o local recebeu muitos nordestinos em um determinado período. Eu gostava das frutas e sempre experimentava os alimentos, tão diferentes daqueles que estava acostumada no sul.

Nesse ano, dei aulas de filosofia para algumas turmas de terceiro ano do ensino médio, numa escola pública central, no período da tarde. Muitas vezes, os alunos não entendiam o que eu falava devido aos regionalismos próprios do local. Mas em contrapartida eram alunos muito educados e demonstravam ter orgulho dos seus professores.

No segundo ano em que estive lá, engravidei e fiz uma pós-graduação na UFAC. Passava o dia em casa e só saía à tardinha para estudar. Devido ao calor, desmaiava e então procurava não sair durante o dia. Se bem que não havia muito aonde ir e nem com quem conversar. Quando meu filho nasceu, foi um momento muito especial. Sempre gostei de crianças e era essa minha vontade, ser mãe. Era um espaço de vida em branco que vinha pela frente, mas não deixou de ser um momento de liberdade, pois fiz uma escolha pela maternidade. Meu momento charneira.

No ano seguinte, voltei para o Rio Grande do Sul, meu filho chorava de cólica toda a noite e eu não aguentei - cansaço, calor, diferença de cultura, filho pequeno. Foi um período estressante.

Fixei residência em São José do Ouro, RS, local onde morei por alguns anos. Cidade pequena, pouco mais de cinco mil habitantes na época. Todas as sextas e sábados ia para a cidade de Passo Fundo, RS, para fazer pós-graduação em Psicopedagogia. Saía de casa após o meio dia para chegar em Passo Fundo perto da aula, às 19h. Meu marido, na época, trabalhava numa cidade no meio do caminho e eu ficava no carro com meu filho até perto das 18 horas, quando saíamos para Passo Fundo. Na UPF, fiz Psicopedagogia, clínica e institucional. E durante a semana ficava em casa, cuidando de meu filho.

Em 2005, surgiu a oportunidade de voltarmos para Jaguarão, cidade natal minha e do meu marido. Em março desse ano, retornamos. Foi um momento diferente, pois achei que nunca mais voltaria. Eu fazia academia, curso de pintura em tecido, cuidava do meu filho e da casa. Sentia falta de estudar...

No ano de 2006, meu filho começou a frequentar a escola de educação infantil e, no ano seguinte, eu trabalhei como pedagoga coordenando as professoras dessa escola.

No ano de 2007, fui chamada na única escola particular da cidade para trabalhar como professora titular de uma turma de quarta série. Essa escola utilizava o sistema positivo de ensino. Ficava localizada a uma quadra da escola do meu filho e meu horário de trabalho era no mesmo turno de aula dele, à tarde. Assim ficávamos sempre próximos. Até hoje trabalho lá. Desse período até aqui já ministrei aulas para o terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo ano. Nas disciplinas de história, geografia, ciências; sendo que artes e filosofia trabalhei com o ensino médio.

No meio desse período, no início de 2012, me separei, foi um período triste. Mais uma experiência truncada, mais um momento charneira. Passei a frequentar um centro espírita kardecista, local que frequento semanalmente e no qual procuro aprender sobre a doutrina.

Hoje vivemos, eu e meu filho, na mesma cidade, e acredito que agora tenho, em alguns momentos, a sensação de “liberdade” que sempre busquei. Em alguns instantes, ainda me agride ter que fazer coisas com as quais não concordo, obrigada pelo sistema.

A liberdade no sentido empírico da palavra - ou a falta de - sempre foi um motivo de reflexão para mim.

Acho que ser livre é um processo contínuo, é poder planejar, ter a liberdade de tentar buscar, criar e ser aceito com as nossas diferenças e diversidades. O que às vezes parece um pouco difícil dentro dessa sociedade que muito nos aprisiona nos conceitos hegemônicos.

Acredito que hoje temos muitas formas de escravidão e através de pequenas brechas nessa escravidão conseguimos ter alguns momentos de liberdade.

Se o cárcere representa um local de prisão e carência de liberdade, fora do cárcere existe também outros tipos de prisões e falta de liberdade.



Figura 2

“ Pai poucas vezes tive, geralmente ele estava preso, não conseguia entender o meu pai nunca estava presente. Ao invés de carinho e afeto ele só queria brigar. Pelo amor de Deus pai... não espanca”. (Bem me quer)

2 SISTEMA PRISIONAL E EDUCAÇÃO: ESTADO DO CONHECIMENTO

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar o que foi produzido sobre o sistema prisional atrelado à educação, através de cinco teses e uma dissertação que se encontram relacionados no banco de teses da capes, a que se denomina estado da arte ou estado do conhecimento

No entendimento, estado do conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, tese, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.55).

Os trabalhos foram selecionados colocando-se o descritor "Sistema Prisional" no campo de busca do banco de teses e dissertações da CAPES. Ao todo, aparecem oitenta e nove trabalhos, dos quais seis aparecem na subárea educação. Os trabalhos apresentam a seguinte distribuição temática:

Quadro 1 - Área de dissertações e teses a partir do descritor Sistema Prisional no Banco da CAPES

Administração	1
Antropologia	3
Ciência política	1
Comunicação	1
Direito	13
Direito público	2
Doenças infecciosas e parasitárias	1
Educação	6
Educação de adultos	1
Educação física	1
Enfermagem	1
Engenharia/tecnologia/gestão	1
Ensino-aprendizagem	1
História	1
Letras	2
Medicina preventiva	1
Odontologia	1
Outras sociologias específicas	1
Planejamento educacional	2
Planejamento urbano e regional	2
Psicologia	7
Saúde coletiva	2
Saúde e biológicas	1
Saúde pública	2

Serviço social	5
Sociais e humanidades	4
Sociologia	22
Sociologia do desenvolvimento	1
Teologia	1
Teoria do direito	1

Fonte: CAPES, banco de teses, 2016 sistematizado pela autora

O sistema prisional adquire muitos aprofundamentos e discussões diferenciados, de acordo com a área na qual a temática está sendo discutida. Interessa, para este trabalho, compreender quais as contribuições da área de educação sobre sistema prisional.

Discutir a produção acadêmica é, nesse sentido, de extrema importância, pois as ideias dos autores vão fundamentar o trabalho em questão. Esse levantamento, além de conferenciar e explorar a produção acadêmica já publicada sobre o tema, evita que sejam publicados estudos já esgotados buscando novas perspectivas de pesquisa.

Silva (2011) com o estudo “Avaliação Diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro identificando dificuldades e potencialidades” mostrou a educação e a educação escolar prisional como obrigação do estado de acordo com as leis e como direito de todos. Ele enviou questionários para o sistema prisional de todo o país, sendo um direcionado aos gestores o outro para os responsáveis pelas escolas. Dentre esses foram considerados válidos 87 unidades prisionais. Observa-se também, de acordo com Silva (2011) que mesmo se tratando da educação escolar carcerária, o Estado deve cumprir a obrigatoriedade, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de janeiro de 1996 no artigo 2º, de que a educação é dever da família e do Estado, para que propicie o desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania.

Nesse viés, Silva (2011) mostrou dentro de uma linha do tempo a trajetória da educação de jovens e adultos, que se iniciou com o Jesuítas que ensinavam escrita, leitura, trabalhos manuais e agrícolas passando pelos cursos noturnos para analfabetos até os dias atuais.

O autor fundamenta seu trabalho a partir de leis, como a LEP, que asseguram ao preso apoio jurídico, social, educacional e a saúde. E diz:

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, instituiu as diretrizes nacionais para a oferta da Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais da República Federativa do Brasil.

Esclarece também que o apenado poderá estudar fora da prisão se obtiver autorização legal. Isso poderá acontecer devido à alteração da LEP no ano de 2011.

I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II – 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

O preso poderá beneficiar-se de diminuição da pena em um terço, mediante comprovação ao juiz de que está estudando ou trabalhando e de documento enviado pela instituição de ensino.

Assim, terá através do estudo uma chance de ressocialização quando já tiver cumprido sua pena. Silva (2011) esclarece ainda que: O tratamento diferenciado dado ao tema da educação não é interpretado de uma maneira uniforme pelos líderes de todos os estados da federação. Enquanto uns direcionam e implementam ações políticas voltadas para a educação de jovens e adultos privados de liberdade, outros nem sequer discutem sobre o tema.

Na continuidade do trabalho Silva (2011) aborda sobre o projeto Educando para a liberdade que procura diagnosticar os problemas nos sistemas prisionais de alguns estados do país como Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Acre, Mato grosso do Sul, Pará, entre outros. O projeto procurou mobilizar as pastas da educação e da administração penitenciária, estudar a identidade dos professores nos estabelecimentos prisionais e analisar aspectos do EJA e da Educação Popular. Além disso, enumerar as fragilidades da educação básica, verificando financiamentos para o setor e discutindo todos esses aspectos em diversos encontros e congressos espalhados pelo Brasil.

Como conclusão do quadro apresentado, o autor esclarece sobre o perfil do gestor da unidade prisional como sendo a maioria composta por homens, brancos que cursaram Direito. Alguns não participaram das capacitações adequadas para o cargo.

Aliás, muitos desconheciam o projeto Educando para a liberdade, o que, segundo Silva (2011), justifica o alto índice do não desenvolvimento de práticas educativas no âmbito prisional. Associado a isso está o não envolvimento dos gestores em alguma fase ou atividade relacionada ao projeto. A falta de salas de aula, material didático e pouca valorização do professor são outros aspectos diagnosticados pelo autor, a partir da sua dissertação de mestrado.

A educação na prisão foi um estudo apresentado por Manoel Bezerra da Silva Jr. (2011) como dissertação do mestrado em Educação da PUC-GO.

Este buscou documentos históricos sobre o assunto proposto no trabalho, abordando temas como o estado, as prisões e a educação nas prisões.

Inicialmente Silva Jr. (2011) buscou explanar sobre o Estado e seu poder *versus* a estrutura jurídica em debate com as ideias de Foucault. E por fim, mostrou o sistema prisional no Brasil e a educação dentro do sistema carcerário questionando: qual o papel da educação dentro do ambiente prisional? O que fazer para que este ser humano não volte a praticar delitos?

Nesse viés, o autor nos convida a refletir primeiramente sobre a formação do estado e da sociedade e procura distinguir o direito natural do positivo. [...] O direito natural seria posto por Deus e o direito positivo seria posto pelos homens.

Assim com o surgimento do Estado, este ficou apto a criar e a aplicar o direito. Segundo Silva Jr. (2011, p.17):

[...] a formação do Estado pode ser compreendida através do estudo de três correntes doutrinárias diferentes. Uma diz que não há um momento histórico de formação do Estado, pois este e a sociedade sempre estiveram entrelaçadas. Afinal, qualquer sociedade, por mínima que fosse, era possuidora de um certo tipo de organização. Outra corrente doutrinária menciona que a sociedade precede ao Estado e este só existe por necessidades apresentadas por estas sociedades. Enfim, a última corrente apresenta o Estado como sendo uma instituição que, para ter fundamento e aceitação, teria que apresentar características bem definidas pela sociedade.

Com a criação do Estado ele passa a ter poder e ser o organizador da sociedade, codificando as leis. Silva Jr. (2011) expõe as ideias de poder trazidas por Foucault e esclarece que para o filósofo o poder não existe, o que existe são formas e práticas de uso do poder dentro das relações sociais.

Podemos afirmar que o poder, para Foucault, é uma invenção apresentada em um momento histórico específico. Não podendo ser apropriado ou utilizado por quem quer que seja. Não há, portanto, um poder ou um conhecimento que legitima esse poder. O que existe de concreto e real são as relações de poder. Relações estabelecidas entre as práticas sociais nos confrontos entre os mais diferentes interesses humanos. (SILVA JR., 2011, p.37)

Nesse viés, o autor aborda detalhadamente as ideias de Foucault passando por suas várias obras como: *Microfísica do Poder* (2004), *A verdade e as formas jurídicas* (1999), *A ordem do discurso* (1999) e *Vigiar e Punir* (1996).

Finaliza com a obra *Vigiar e Punir* mostrando a passagem da pena do regime absolutista para a pena do regime capitalista.

Depois de falar da prisão como aparelho do estado e legitimada pela sociedade e de abordar sobre as prisões no Rio de Janeiro e os fracassos através da reincidência, o autor entra no capítulo da educação e o sistema carcerário. Neste ele discorre sobre os motivos que dificultam a educação dentro das prisões, mesmo a educação sendo um dever do estado escrita em constituição:

Diversos são os motivos que fazem com que a Educação não abranja o sistema carcerário como um todo: a maioria dos presídios não tem uma infraestrutura adequada como salas de aula com condições propícias para o desenvolvimento da atividade escolar. Salas com ventiladores, devidamente iluminadas, com um acervo de bibliotecas, banheiros para professores, etc. Some-se a falta de estrutura a falta de segurança para a realização do processo educacional. Ainda há, infelizmente, a falta de pessoal qualificado dentro do sistema carcerário para servir de pessoal de apoio aos professores. (SILVA JR., 2011, p.100)

Segundo Silva Jr. (2011) a educação nos espaços de privação de liberdade pode ter três objetivos: o de ocupação dos encarcerados, o de melhorar a qualidade de vida deles e o de capacitação para o mercado de trabalho, propiciando assim uma mudança de valores nos sujeitos presos. E ele questiona: É possível educar num ambiente prisional?

Na sequência, o autor mostra um trabalho que é um exemplo de alternativa para o sistema prisional: O trabalho da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos condenados. É uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos dedicada

à reintegração dos presos e que se apoia no princípio da dignidade humana e de que ninguém é irrecuperável.

Se o sistema prisional não cumpre sua função e nem recupera, o exemplo da APAC mostra que é possível através de uma metodologia que envolve princípios como o trabalho, a religião, o apoio aos familiares do preso, a assistência à saúde e jurídica e principalmente a valorização humana.

Sendo assim, o autor termina o trabalho com a mesma pergunta: Qual o papel da educação no ambiente prisional?

Alexandre da Silva Aguiar (2012) traz o trabalho intitulado “Educação de Jovens e adultos privados de liberdade e o programa nacional de inclusão de jovens em unidades penais do estado do Rio de Janeiro” como uma tese apresentada no curso de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Projovem Urbano foi implantado em Unidades Prisionais em 2008, época em que o Brasil já ocupava o quarto lugar entre os países com a maior população prisional do mundo.

Aguiar, através da sua tese, traz dados mostrando que pessoas como políticos e empresários pertencentes às camadas sociais mais elevadas e que causam prejuízos aos cofres públicos não ficam presas, em contrapartida, muitos são os encarcerados por crimes simples e muitos são os presos provisórios que aguardam anos pelo julgamento.

No capítulo inicial o autor traz os problemas do sistema penitenciário no Brasil como superpopulação, maus-tratos, altos custos financeiros, ausência de política de tratamento e assistência aos presos. Em seguida, mostra a história das práticas punitivas e das suas modificações através da obra Vigiar e Punir de Michel Foucault.

Na sequência, ele mostra, através de diferentes leis, que a educação é um direito dos encarcerados. A LEP e a Constituição Federal afirmam que o preso tem seus direitos garantidos da mesma forma que as outras pessoas. Os encarcerados têm suspenso apenas seus direitos políticos e civis. Aguiar afirma também que a LDB assegura a gratuidade da educação de jovens e adultos que não estudaram na idade regular. Mas salienta que a LDB não se refere a jovens privados de liberdade. O que foi corrigido pelo PNE, onde faz referência à educação de jovens e adultos privados de liberdade para que sejam implantados nível médio e fundamental em todas as unidades prisionais além de programas à distância.

A política para a juventude e as ações governamentais voltadas para a juventude são citadas no texto e abordadas individualmente como: Projeto Agente Jovem, Programa Bolsa-atleta, Programa Escola Aberta, Programa Brasil Alfabetizados, Programa Escola de Fábrica, PROMED, Programa Juventude e Meio ambiente, Programa Nossa Primeira Terra, Programa Cultura Viva, PROEJA, PNPE e o ProJovem, etc.

Segundo Aguiar, O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária foi concebido, segundo seus idealizadores, como uma intervenção de caráter emergencial, visando ao atendimento prioritário de jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo o autor, é preciso mudanças na realidade, de comportamento e mentalidades, não só no campo da educação, mas também nas políticas de execução penal. E continua:

Do modo como são organizadas, as prisões brasileiras estão longe de se constituírem como espaços educativos, porque os problemas que enfrentam no seu dia a dia, como superlotação, falta de espaços adequados, falta de funcionários qualificados e valorizados e que recebam remuneração equivalente a suas funções, fazem com que em seu interior sejam priorizadas apenas as ações visando manter a segurança, a ordem e a disciplina, fazendo com que os atendimentos individualizados e os programas ligados ao trabalho, à educação, ao esporte e até mesmo à saúde dos presos fiquem relegados a segundo plano, transformando as prisões não só em espaço de desaprendizagens, mas, muitas vezes, também de desumanização. (AGUIAR, 2012, p. 121-122).

O Projeto pedagógico do ProJovem Urbano foi adequado para o contexto das unidades penais, assim compreende: a organização do tempo escolar; a carga horária do aluno, do professor, da formação inicial e continuada; a carga diferenciada do curso; e a forma do pagamento do auxílio financeiro, destinado a um representante legal indicado pelo beneficiário; e a produção de um módulo específico para formação dos educadores.

O material didático foi o mesmo utilizado pelo ProJovem urbano, apenas a agenda sofreu adaptações. As turmas são de no mínimo 15 e no máximo 20 alunos. A avaliação se dá nos primeiros 45 dias de aula com questões de português e matemática e após ao final do primeiro e segundo ciclo, com questões de ciências da

natureza e ciências humanas além do português e da matemática. A prova final do segundo ciclo é obrigatória para o certificado dos alunos.

Os jovens encarcerados declararam que a remição da pena é a principal motivação para a participação do programa. Além da bolsa auxílio que reaproximou os familiares, e muitas vezes foi usada para custear os próprios gastos com os presos. Familiares que nunca iam visitar os encarcerados, começaram a fazer visitas frequentes segundo relato dos mesmos, pois viram que a iniciativa de estudar mostrou que o preso queria melhorar de vida.

O autor conclui que embora amparado por muitas leis o direito à educação de jovens e adultos é insuficiente. Como aspecto positivo percebeu que há uma maior vinculação entre o Ministério da Educação e da Justiça, o que tem trazido alguma oferta educacional e remição de pena pelos estudos. Porém, há muitos projetos que são impedidos de serem colocados em prática e muitos não saem do papel. Os que conseguem sair do papel atingem metas bem abaixo das anunciadas.

“Para além das Celas de aula: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia Minas Gerais” é uma tese de mestrado apresentada por Carolina Bessa Ferreira de Oliveira e que contribui para o olhar dessa pesquisa acerca do sistema prisional e a educação.

A autora procurou compreender e analisar as políticas públicas da educação escolar instituídas no contexto prisional a partir das representações dos presos em uma penitenciária de Uberlândia, MG. Teve a intenção de responder as seguintes indagações: Como ocorre no mundo institucional/normativo a educação escolar nas prisões? O que os presos destinatários das políticas de educação têm a dizer criticamente sobre as suas contradições, limites e possibilidades?

Através de análises de documentos e de aspectos históricos relacionados às prisões, procurou compreender os mecanismos ideológicos e funcionais que caracterizam o sistema prisional e a educação escolar dentro desse contexto.

Nesse viés procurou mostrar a estrutura do sistema prisional de Minas gerais e as leis que amparam a Educação prisional no país. Um estudo de caso foi trazido pela autora dentro desse contexto prisional, onde foram entrevistados alunos da escola Mário Quintana que está fixada no interior da penitenciária e alunos não presos. As “celas de aula”, como se refere a autora, são nos blocos onde os homens estão encarcerados. Então eles saem das suas celas de segunda à sexta e vão para as celas de aula. As entrevistas realizadas foram semiestruturadas e em grupo focal.

Nesse sentido, a autora (2012) mostra o contexto das políticas públicas no setor prisional e aborda a política pública como a relação entre Estado e sociedade; e os atores participantes desse processo como os presos, os seguranças penitenciários, professores, usuários da política. É uma investigação da relação entre as pessoas e o governo. Oliveira (2012, p.46) ainda ressalta que “em geral as políticas públicas [...] têm como seu propósito oferecer uma resposta a uma determinada necessidade, demanda ou problema”.

Ela esclarece que os presos têm direito à educação assim como os outros sujeitos e que isso está gravado em diversas leis, como as leis que integra a EJA. Além disso, esclarece sobre uma lei recente que diz:

Recentemente com a publicação da lei número 12.433 em 29 de junho de 2011 pela Presidência da República e pelos ministros da Justiça e da Educação, a LEP foi alterada nos artigos 126 a 129. A nova lei autoriza a redução de pena aos presos que participarem de atividades de ensino, sendo que cada doze horas de frequência escolar, é reduzido um dia de pena do preso. As atividades de ensino compreendem os níveis fundamentais, médio e superior, incluindo cursos profissionalizantes e de qualificação profissional. Para qualquer modalidade o ensino pode ser presencial ou à distância. (OLIVEIRA, 2012, p.59).

Assim, a nova lei estimula o encarcerado a voltar aos estudos e retornar para a sociedade mais brevemente. Mas a maioria não vê essa educação como um direito. Nas entrevistas realizadas, apenas um preso que precisava fazer o quinto ano - e não havia esse ano no seu bloco onde estava encarcerado, mencionou que tinha direito à educação. Mesmo assim a maioria colocou o estudo como uma oportunidade. Um entrevistado relatou sobre o pouco tempo de estudo que o cárcere oferece sendo que as professoras têm que correr com o conteúdo. Outro reclamou que os agentes penitenciários não esperam eles se aprontarem para as aulas e muitos perdem, pois ao ficarem prontos os agentes já saíram com os outros.

Oliveira (2012) mostrou que a educação dentro das prisões é muito frágil pois ainda atinge um número muito pequeno de encarcerados e está ainda dependendo do suporte dos professores, agentes penitenciários e técnicos envolvidos na tarefa.

A autora traz uma reflexão sobre a educação escolar como elemento de reintegração social do preso. Nesse contexto ela aborda que os termos

ressocialização, reintegração, reinserção e reeducação já se encontram superados pela literatura. E explica que para os presos participantes da pesquisa a lógica de integração social se dá a partir do seguimento de ordens na prisão, o que gera comportamentos passivos e legitima as práticas sociais dominantes.

Em segunda instância, que a noção de reintegração social, além de estar relacionada com a visão hegemonicamente conservadora, parte do pressuposto de que, ao ficar preso, o sujeito torna-se automaticamente desintegrado da sociedade e é, portanto, ideologicamente, um sujeito fora da ordem e dos valores instituídos, motivo pelo qual deve ser reeducado para ser novamente “inserido”, “reintegrado” a ordem econômico-social e cultural dominante. (OLIVEIRA, 2012, p.78)

Baseada em pressupostos teóricos de autores como Barata (1990) entre outros, a autora enfatiza que a reintegração dos presos não deve ser abandonada, mas baseada em novas concepções epistemológicas e pensando em melhorias dentro do cárcere, que causem menos prejuízos aos presos e com as leis da LEP sendo cumpridas devidamente.

Para a política de reintegração social, o objetivo imediato não é apenas uma prisão melhor, mas também e sobretudo menos cárcere. Precisamos considerar seriamente, como política de curto e médio prazos, uma drástica redução da pena, bem como atingir, ao mesmo tempo, o máximo de progresso das possibilidades já existentes do regime carcerário aberto e de real prática e realização dos direitos dos apenados à educação, trabalho e assistência social e desenvolver cada vez mais essas possibilidades na esfera do legislativo e da administração penitenciária. (OLIVEIRA, 2012, p.80)

É notório dentro da literatura e visível no contexto social que os encarcerados são sujeitos que vieram de uma situação de vulnerabilidade, de marginalização que foram segundo Oliveira (2012, p. 80) [...] excluídos por meio dos mecanismos de mercado que regulam o mundo do trabalho. Portanto, a reintegração do preso na sociedade significa, antes de tudo, corrigir as condições de exclusão social desses setores [...].

É importante ressaltar que para que essa “reintegração” aconteça é imprescindível que o preso não retorne à prisão, o que parece ser uma constante no sistema prisional vigente.

O sistema prisional deve, portanto, propiciar aos presos, uma série de direitos prescritos nacional e internacionalmente que vão desde instrução, inclusive profissional, até assistência médica e psicológica para proporcionar-lhes uma oportunidade de inclusão e não mais como um aspecto da disciplina carcerária-compensando dessa forma situações de carência e privação, quase sempre frequentes na história de vida dos sentenciados, antes de seu ingresso no sistema prisional. (OLIVEIRA, 2012, p.81)

A autora conclui o trabalho com a voz dos presos, onde eles relatam a motivação para o estudo apenas através do “não ter nada pra fazer” e no sentido da remição da pena. Assim o ideal seria a construção de uma proposta pedagógica que articule os vários setores da prisão, visando uma dimensão emancipadora e autônoma dos sujeitos e não só focada na remição da pena o que é [...] muito pouco para uma proposta de inclusão social que compreende, principalmente, a articulação entre a sociedade e o acesso aos direitos sociais diversos [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 86).

Educação e Prisão: O valor da escola para os jovens e adultos presos no centro de ressocialização de Cuiabá/MT foi uma dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso de autoria de Leila Custódio Pereira.

A autora traz uma pesquisa qualitativa, através de estudo de caso e coleta de informações através de entrevista, questionário e observação. Foram realizadas 32 entrevistas e entregues 200 questionários. Antes de iniciar o trabalho foi feita observações no espaço físico do sistema prisional em questão. As entrevistas individuais e coletivas tiveram duração de 3 meses. Foram entrevistados além de presos, agentes de segurança prisional, diretoria da escola, presidente da Fundação Nova Chance, dois presos monitores, dois consultores da secretaria estadual de educação, além de 10 familiares de presos.

No capítulo primeiro a autora abordou a pena de prisão de acordo com a história da humanidade, explicando as teorias diversas que a caracterizam. [...] A discussão sobre a pena, principalmente a pena de prisão, se sustenta no âmbito da preservação de interesses de uma determinada classe dominante, ou de um determinado sistema

de poder, que em nosso caso se configura como Sistema Capitalista, isto é, na preservação das estruturas sociais burguesas, em que a burguesia se impõe como classe dominante e assim, age para manter o status quo. (Pereira, 2012, p.48).

O encarceramento como a perpetuação da subalternidade dos sujeitos é o tema que Pereira (2012, p.24) trata mostrando que [...] O sistema prisional tem surgido para manter submisso o trabalhador que se encontra privado de liberdade.

Atualmente, segundo Pereira (2012), há duas tendências para os tipos de pena. São as penas que criminalizam e protegem o Estado e a tendência para a criação de penas alternativas, principalmente para crimes não tão graves para a sociedade.

Na terceira parte, a autora trata da educação escolar para os presos. Mostra que muitos não conseguem participar das atividades educativas pois são analfabetos e na maioria das vezes o que oferecem para os presos são cursos profissionalizantes. Aborda a precariedade do presídio em questão, e mostra que o trabalho (que é em sua maioria braçal) é um privilégio de poucos assim como a educação dentro do cárcere.

Além da falta de oportunidade para o trabalho, não é demais lembrar seu caráter de exploração, inclusive em desrespeito a LEP, o salário de um preso, não pode ser inferior a três quartos do salário mínimo e, geralmente, é o valor mínimo que se paga. Os presos trabalhadores não estão sujeitos ao regime de consolidação das leis trabalhistas (CLT), por isso não têm direito à décimo terceiro, férias, fundo de garantia, horas extras aviso prévio e o pouco dinheiro recebido por eles deve ser colocado em uma poupança para ajudá-lo quando estiver em liberdade. Caso fossem garantidos a eles todos os direitos trabalhistas, teriam condições de terem uma garantia mínima de sobrevivência quando egresso. (PEREIRA, 2012, p.103)

A autora enfatiza que o presídio em questão mudou de nome, mas não modificou a proposta de trabalho e manteve as mesmas características da população prisional: negros e pobres. No caso dos presos que responderam ao questionário 46% eram casados. Assim,

[...] o aprisionamento afeta negativamente não só o preso, mas aos demais membros da família e implica na construção de novos rearranjos sociais e econômicos, sobretudo, quando este era o principal provedor do lar. Na maior parte dos casos as mulheres passam a se responsabilizar por proverem a sobrevivência da família,

além de ter que lidar com o preconceito da sociedade, com a educação ou com a revolta dos filhos (PEREIRA, 2012, p. 106).

No presídio existe também um mercado de produtos que são levados pelos familiares e muitas vezes não são usados pelos presos, pois servem para atender um mercado interno, o preso [...] precisa comercializá-lo para “sobreviver” internamente (PEREIRA, 2012, p. 108).

Fato importante e esclarecedor na pesquisa é que [...] famílias dos presos que são assegurados pela previdência social tem auxílio reclusão [...] durante o período que estiver preso no regime fechado ou semiaberto (PEREIRA, 2012, p.109). Só receberá o auxílio o preso que não estiver recebendo outro auxílio de qualquer natureza.

A autora mostra ainda textos dos presos com muitas lamentações de abandono familiar, uma grande espera nos dias de visita por familiares que nunca chegam e uma narrativa de esperança em alguns relatos por dias melhores. O medo de perder a esposa e os filhos também são relatados por eles.

Muitas pessoas não vão nas visitas aos familiares presos, devido às revistas rigorosas e situações humilhantes (principalmente as mulheres), nas quais, muitas vezes, tem que retirar a roupa para a revista observar se não carregam objetos nos órgãos genitais.

A LEP, em seu art.41, inciso X estabelece que ao preso deve ser concedida a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, devendo-se submeter a busca pessoal rigorosa, não desrespeitosa. (PEREIRA, 2012, p.127)

A escola Nova Chance, em que o trabalho se desenvolveu, foi criada em 2008 e objetivou levar o ensino fundamental e médio aos adultos e jovens encarcerados.

Os professores da escola relataram uma preocupação grande com os alunos que ao serem libertos e terem seus nomes ligados à escola “Nova Chance” sofreriam preconceito. Eles colocam também que precisam de um preparo contínuo para lidar com as situações diversas do sistema prisional. O que não acontece. Essa reivindicação também se deve segundo os educadores pela heterogeneidade de alunos que a prisão apresenta.

Pereira (2012) traz à tona um dado internacional que considero importante, sobre a educação no sistema prisional:

A oferta de ensino superior nos principais presídios da Argentina resultou em um menor número de rebeliões e transformou os estudantes em porta-vozes dos colegas de cela, pois o contato com a universidade fez com que os presos mudassem as formas de reivindicação e não optassem por caminhos violentos. Isso se refletiu na última reforma de leis de execuções penais na Argentina, na qual os presos universitários puderam apresentar sugestões ao projeto. (PEREIRA, 2012, p.156)

A autora trabalha com Gramsci e com sua crítica a escola tradicional e explica a partir das ideias dele que [...] a educação e a escola têm papel importante, imprescindível para a constituição da hegemonia dos subalternos, de modo a concebê-los, portanto, como poderoso instrumento para a luta histórica (PEREIRA, 2012, p.174).

A fala de alunos trazida por Pereira (2012, p. 178) comprova a importância da educação dentro da prisão:

A escola para mim e para a maioria que estuda... é tudo. Lá parece que somos gente. Quando volto para a cela viro um animal de novo. Não que sou bravo, é que os outros nos veem assim. A escola faz a gente se sentir aluno, uma pessoa. Conversamos e estudamos um monte de assuntos dentro da sala. Estudar nos faz gente. A família e a sociedade começam a acreditar na gente. Até a gente passa a acreditar em nós, mesmo que tudo esteja contra nós. (K. M., aluno do Ensino Médio)

Outro relato mostra o descaso com o material dos presos e uma aparente desqualificação dos professores, voltados para uma educação tradicional de ensino:

Os livros da nossa biblioteca, a maioria são aqueles que não servem para os homens livres. Mandam para cá. Para nós serve qualquer coisa. Quando precisamos nos atualizar os professores trazem jornais e revistas. A escola tem que manter o aluno atualizado. (Aluno do Ensino Médio)

Outros alunos, como o que foi citado a seguir, abordam a falta de qualidade na educação prisional:

Eu esperava mais da escola. Os professores são legais, mas em relação aos conteúdos, eu aprendi pouco. Pensava que ia ser mais atualizadas, mais modernas as aulas. Mas é uma rotina danada. Um negócio morno. Mas mesmo assim vale a pena. Somos tratados muito bem pelos professores e isso aqui dentro é raro. (V.P., aluno do Ensino Médio).

Para cada pé um sapato. A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade foi uma dissertação de mestrado apresentada por José Marcelo Conceição Silva (2012) no Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade de Salvador Bahia.

Não foi possível localizar o trabalho em questão completo. De acordo com o resumo à disposição na Capes, esse trabalho teve como proposta de pesquisa e análise, a educação na Penitenciária Lemos de Brito em Salvador BA. Teve como objetivo compreender e avaliar os significados do conhecimento adquirido pelos encarcerados, visando a possibilidade de reinserção social. A seguinte questão de pesquisa foi então a norteadora desse trabalho: Como a educação na Penitenciária Lemos de Brito possibilita a reinserção do privado de liberdade à sociedade? Foi uma pesquisa de cunho etnográfico aliada a uma revisão bibliográfica e entrevistas com alunos, professores e gestores da penitenciária. Assim foi traçado o perfil educacional dos privados de liberdade, a sua origem sócio-racial e a importância da educação na história de suas vidas.

Tendo em vista todos os trabalhos acima apresentados é possível destacar alguns avanços na educação escolar prisional como uma maior aproximação entre os Ministérios da Educação e Justiça. Porém, o que se percebe é que a educação escolar prisional atinge poucos e é um privilégio de uma minoria dentro de cada presídio.

Percebe-se também a falta de qualidade dos professores, de acordo com o relato dos presos e de acordo com os próprios profissionais que clamam por formação continuada. O trabalho dos agentes carcerários e outros profissionais do sistema prisional que atuam no local muitas vezes atrapalham o processo educativo, necessitando também de uma atualização contínua.

Sendo assim fica o questionamento se ao saírem da prisão os alunos encarcerados e que tiveram acesso à educação prisional terão as mesmas oportunidades que os alunos com a escolarização fora desse sistema prisional.



Figura 3

“Vou lhes contar um pouco da minha história de vida, quando eu tinha 34 anos fui presa por tráfico de drogas pela primeira vez... deixando em casa meus filhos. Tenho 7 filhos a mais nova engravidei na prisão. (Orquídea)

3 DISCIPLINA E PUNIÇÃO

O processo de disciplinarização das pessoas e seus corpos, juntamente com história da criminalidade, das penas e das prisões que ocorreu na Europa que se industrializava foi o que abordou o Livro *Vigiar e Punir* de Foucault (2004) e fundamenta o capítulo a seguir. Muitas pessoas são privadas da sua liberdade e submetidas à remoção de seus direitos

A sociedade exige uma disciplina que se faz presente em diferentes instituições como quartéis, indústrias, escolas, hospitais. A prisão é para outras instituições como um modelo de disciplina. Escolas, prisões e exércitos foram e ainda são dispositivos que obrigam o homem a mudar, ou seja, fabricam indivíduos.

A história das penas mostra que no início elas eram aplicadas através da morte e do banimento. Após, as pessoas tinham corpos coagidos pelo medo relacionado ao misticismo da época e a obediência ao rei que era soberano. Depois da Revolução Francesa, o misticismo foi trocado por verdades absolutas e corpos que antes eram considerados inúteis foram comandados para serem trabalhadores programados. Havia um sistema de comando que exigia uma resposta desejada. “Era preciso punir exatamente para impedir” (FOUCAULT, 2004, p.79).

Foucault (2004) mostra que o poder de punir foi se modificando desde as torturas mais chocantes até o sistema prisional vigente. A história das penas é marcada pelo do corpo que era punido como uma forma de castigo e do poder do estado sobre ele. Era usada força, roda, chicote, um certo tipo de vingança, por ter sido contrariada a vontade do rei. Os criminosos eram torturados, expostos em praça pública, sobre seus corpos eram derramadas substâncias, como óleo quente. Eram espetáculos, onde multidões se reuniam para assistir, delirando ao ver o suplício do condenado. A pena passava mais pelo corpo do que pelo disciplinamento do condenado.

O preso atualmente tem os seus direitos sobrestados e o corpo não passa por castigos físicos e nem participa de cerimônias de suplício. Desapareceu o corpo marcado, recortado, queimado, aniquilado, apareceu o corpo do prisioneiro. Um corpo que deve ser privado, que deve sofrer mais que os outros corpos, que deve perder a liberdade.

Com a Revolução Francesa, emergiu no Ocidente a perspectiva da sociedade burguesa e capitalista. E neste contexto a escola também visava obediência. O professor era transmissor do conhecimento, aluno passivo considerado um ser que não sabe; a matéria como um programa a ser cumprido. O conceito de disciplina é representando pelo aluno que deveria ser imóvel silencioso e obediente. O lema era obedecer sem questionar.

O treinamento dos escolares deve ser feito da mesma maneira; poucas palavras, nenhuma explicação no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais-sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os irmãos das escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o “sinal” e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo técnica do comando e a moral da obediência. (FOUCAULT, 2004, p. 140).

A institucionalização do poder aconteceu de forma clara nas escolas, nas prisões e em muitas instituições. Ela não é só um comando de cima para baixo, mas uma forma de atravessamento em cada espaço da sociedade. Neste cenário, ou seja, com o advento da sociedade capitalista, os crimes passaram de violentos para crimes contra a propriedade, roubos, contrabandos...

Na verdade a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas. (FOUCAULT, 2004, p. 66).

Sendo assim, principalmente, com a produção industrial e em segundo plano às críticas por sanções mais humanizantes, mudou-se os tipos de crimes e os tipos de penas.

[...] O direito canônico e a igreja católica também consideravam que a pena através do isolamento, a penitência, tendia a reconciliar o pecador com a divindade, desperta o arrependimento no âmbito do culpado, sem deixar, entretanto, de se caracterizar como um castigo, uma expiação. (CHIES,1997, p.35).

Nesse caso a própria pessoa castigava-se como forma de livrar-se do pecado.

A Reforma penal, portanto, só pode ser compreendida em sua totalidade se contextualizada não somente através de critérios puramente humanizadores da pena, ou de caráter estritamente jurídicos, mas também levando-se em consideração os fatores econômicos e políticos que se situam historicamente no período de formação da sociedade industrial.[...] Assim a reforma penal vem se encontrar estrategicamente com o Estado Moderno buscando, dentro dos mesmos fundamentos legitimadores deste, a legitimação de uma nova modalidade punitiva, politicamente menos desgastante e ideologicamente mais útil para o Estado. (CHIES,1997, p. 31)

Assim, a prisão envolve sujeitos que quebram regras sociais, mas sujeitos que também estão inseridos num sistema político, econômico, religioso, familiar e jurídico, sujeitos que apesar de violarem regras têm direito à liberdade.

O sistema prisional faz parte da sociedade, com um fim punitivo, uma técnica corretiva para os sujeitos que aparentemente não cumpriram as normas sociais consideradas corretas. A prisão é “natural” como é “natural” na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas. Segundo Foucault (2004), é a prisão: um quartel pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas.

É um local de reclusão, de privação de liberdade onde sujeitos vivem suas vidas, interagem com outros, onde predomina a disciplina que dociliza os corpos e há um constante vigiar e um constante punir. Ela faz parte de um sistema penal, e constitui-se de um controle social punitivo institucionalizado. (CHIES, 2013).

Segundo Foucault (2004), esses métodos que permitem controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade utilidade são o que podemos chamar de: as disciplinas. As disciplinas estão em todas as instituições, mas o autor mostrou que elas estão principalmente na escola, nas prisões, nos hospitais, nos quartéis. Nas instituições

há uma relação de poder e todos somos objetos desse poder e exercemos poder de alguma forma – perante o outro.

Um projeto de penitenciária - Panóptico - foi abordado por Foucault em *Vigiar e Punir*. Era um modelo de construção projetado pelo filósofo inglês Bentham, no qual, no centro da construção havia uma torre (local onde se fazia a vigilância). A parte ao redor da torre era dividida em celas. O detento nesse caso sabia que poderia estar sempre sendo vigiado, mas não sabia quando o estava sendo.

“Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder [...] que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder [...]” (FOUCAULT, 2004, p.166-167).

O autor traz a ideia do panoptismo não apenas com a intenção de falar desse projeto arquitetônico, ele trata do panóptico como uma nova técnica de poder:

[...] o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionam num duplo modo: o da divisão binária e o da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal) e o da determinação coerciva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual uma vigilância constante, etc). (FOUCAULT, 2004, p. 165).

Essas instituições são sempre detentoras de exclusão, pois separam sempre o certo do errado, o normal do anormal, o doente do são, o perigoso do não perigoso.

Alguns países usaram ideias arquitetônicas de Bentham, mas o projeto em si nunca foi posto em prática totalmente, talvez porque possui uma boa adaptação ao objetivo de controle, custódia e intimação, no entanto acaba dificultando a introdução do trabalho produtivo na prisão. (BITENCOURT, 2001, p.52).

Atualmente, a ideia do panoptismo continua em nossa sociedade, através dos vários tipos de vigilância total que os sujeitos tendem a passar no seu dia a dia (e dos seus consequentes processos de exclusão) como as câmeras de segurança de um prédio e as redes sociais onde todos estão expostos e vigiados.

Para Foucault (2004), qualquer domínio de um corpo, qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório, visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como direito e como um bem.

3.1 Pena e Estado

É necessário pensar a função e finalidade da pena, bem como sua relação com o estado. A sociedade hoje limita através de ordens e regras sociais e estabelece o que é certo e errado, para que os indivíduos possam conviver em comunhão. Parece então que a pena é uma necessidade para os sujeitos que coexistem. Ela funciona como ação punitiva ou reparadora para alguém que cometeu um delito social.

Destacamos a utilização que o Estado faz do direito penal, isto é, da pena, para facilitar e regulamentar a convivência dos homens em sociedade. [...] O Estado utiliza a pena para proteger de eventuais lesões determinados bens jurídicos, assim considerados em uma organização socioeconômica específica. Pena e Estado são conceitos intimamente relacionados entre si. O desenvolvimento do Estado está intimamente relacionado ao da pena. (BITENCOURT, 2001, p. 103)

Três teorias visam explicar o sentido da pena: as absolutistas, as preventivas e a unificadora da pena.

Na teoria absolutista a pena era vista como um castigo para quem se voltava contra o rei e contra Deus (quem cometia pecado) e conseqüentemente contra o Estado, pois segundo Bitencourt (2001, p.105) “[...] as características mais significativas do Estado absolutista eram a identidade entre o soberano e o Estado, a unidade entre a moral e o direito, entre o estado e a religião [...]”. Política, religião e Estado estavam inter-relacionados. Como se viu anteriormente com a mudança do regime monárquico para o capitalista o estado mudou e conseqüentemente a pena.

A teoria preventiva se divide em prevenção geral e especial. Ambas tentam explicar a pena como uma forma de afastar indivíduo da prática do delito. “Para a teoria da prevenção geral, a ameaça da pena produz no indivíduo uma espécie de motivação para não cometer violações [...]” (BITENCOURT, 2001, p.125). Na prática

essa teoria que se preocupa com a defesa da sociedade, demonstra não ter êxito tendo em vista o número de delitos que continua a ser cometido por muitos sujeitos.

Na prevenção especial a pena está voltada para o sujeito que já cometeu um crime “[...] ao contrário da prevenção geral dirige-se exclusivamente ao delinquente em particular, objetivando que não volte a delinquir” (BITENCOURT, 2001, p.129). Para isso seria necessário, programas com a tarefa reabilitar os sujeitos que cometeram delitos para que estejam aptos para voltar à sociedade. E isso não é a realidade que o sistema penitenciário no Brasil demonstra.

A teoria unificadora da pena ou teoria mista prevê que a pena deve ser individualizada conforme o delito e as características do autor do mesmo. Essa teoria se soma ao que foi abordado na teoria preventiva da pena, ou seja, também busca a ressocialização,

[...] se, em muitas ocasiões, a pena privativa de liberdade é um mal necessário, até mesmo essa necessidade deve encontrar limites. Se a pena pretende atingir seus objetivos previsto na parte final do art.59 do Código Penal, ou seja, ser necessário o suficiente para a reprovação e prevenção do crime, deve não somente retribuir o mal praticado pelo agente que cometeu o delito, mas voltar-se para o futuro, com o fim de fazer com que seja novamente inserido no convívio com a sociedade. (GRECO, 2010, p.115)

Dentro desta ótica, a pena tem a função de reprovar, mas concomitantemente tem a função de reabilitar os indivíduos prevenindo que eles venham a cometer novos delitos. Greco (2010) ainda esclarece que o Estado deve procurar acenar-lhe com a esperança do retorno à sua família, aos seus amigos, ao seu trabalho enfim, fazer com que, efetivamente, traga consigo a esperança de dias melhores, fora do cárcere.

Para que esse retorno à sociedade se efetive há que se pensar novas formas de sanções, e um caminho para a ressocialização, pois o que se percebe é que na prática ela não acontece, mesmo estando carimbada em lei como se vê no artigo 59 do Código Penal.

É possível então pensar que o cárcere deveria ter um fim ressocializador além de corretivo no sentido de retirar aquele indivíduo da sociedade e ensiná-lo a tornar-se um cidadão capaz de conviver socialmente com os outros, dentro das leis vigentes. Porém, parece que o sistema prisional demonstra apresentar ineficácia no emprego de sua punição e “correção”. Diz Chies (1997, p.10):

O sistema não recupera o criminoso, às vezes o especializa como delinquente e, quando não o faz, ainda lança sobre ele, ao término de sua pena, a pecha de ex-presidiário, sua segunda condenação, o que acarreta a discriminação e a marginalidade social pela marca adquirida na prisão.

A sociedade, por sua vez, mantém um sistema prisional, incapaz de reabilitar o egresso, com alto custo e que não acarreta benefício algum para a comunidade, nem para o preso; pelo contrário:

O ambiente carcerário é um meio artificial antinatural que não permite realizar nenhum trabalho reabilitador sobre o recluso; as condições materiais e humanas, na maior parte das prisões do mundo, tornam inalcançável o objetivo reabilitador; o encarceramento produz alguns efeitos que não permitem ao condenado conservar o equilíbrio psíquico e a saúde mental, havendo vários tipos de reações, como irritação e delírios, volta à reincidência; o encarcerado perde o conceito que tem de si mesmo, na medida em que há uma completa desconexão entre a vida que leva na prisão e a vida exterior; a prisão ao invés de frear a delinquência, parece estimulá-la, e isso ocorre porque, nelas, as instalações não têm níveis aceitáveis, gerando doenças; porque a mentira impera, e há troca de experiências criminosas [...]; transforma o interno em um ser passivo humilhado, dependente e submisso, violando e anulando totalmente sua intimidade. (CHIES, 1997, p.56-57).

Em virtude dos fatos mencionados, se é levado a acreditar que no cárcere o indivíduo não é só privado de sua liberdade, mas também de sua saúde (física e mental), das suas condições de higiene e alimentação. Assim, a pena não cumpre a finalidade em que se propõe (ressocialização), só afasta o preso da sociedade e o devolve a ela em condições ainda piores.

Dessa forma, o Estado está em desconformidade com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) que destaca a importância da assistência jurídica, social, educacional e de saúde, bem como a assistência material, que se refere a garantia de boas condições de vestuário, higiene e alimentação como se pode ver no artigo 10 e 11 da lei em questão:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - a saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

Dentro dessa ótica, pode ser desvelada a dignidade da pessoa humana que é outro princípio constitucional.

As constituições modernas, a exemplo da brasileira, de 5 de outubro de 1988, adotam expressamente, o princípio da dignidade da pessoa humana, conforme se verifica pela leitura do art 1º verbis: Art.1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

- I - A soberania
- II - A cidadania
- III - A dignidade da pessoa humana
- IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- V- O pluralismo político. (GREGO, 2010, p.59)

O respeito aos direitos fundamentais do ser humano parece não estar sendo cumprido nas instituições penitenciárias do país. Cárceres lotados, comidas azedas - em pouca quantidade, com bichos, uma verdadeira lavagem; surras, impedimento de visitas, falta de material de higiene e saúde são frequentes no dia a dia das prisões. Se houve um delito a sanção pode existir, mas sem desprezar a dignidade de cada um. A inexistência de trabalho de ressocialização também é uma constante na maioria das prisões o que também fere a dignidade desses sujeitos.

É possível verificar que a prisão é uma maneira que o estado possui de reprimir a violação e desobediência das normas morais impostas socialmente. Assim, ela é uma forma que o Estado possui de controle social. “[...]. Ela retribui e busca atuar como forma de controle social através da prevenção [...]. Mas além da retribuição e do controle social preventivo a prisão educa e reproduz o sistema social dominante”. (CHIES, 1997, p.99)

O Estado se utiliza do direito para através da prática punitiva manter o sistema social vigente. Dessa maneira, a prisão não está falida ou é ineficaz como muitos

pensam, ela é um meio em que a sociedade moderna com seus discursos civilizados tem para manter a exclusão e as práticas de desigualdades sociais que necessitam ser conservadas para que o sistema continue a beneficiar alguns. A prisão é uma ilusão da ordem dentro dessa sociedade moderna que idealiza uma ordem.

3.2 A população prisional

Dentro dessa sociedade, existe uma parcela da população que se encontra no que Chies (2009) chama de vulnerabilidade social, que é a condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer, sendo identificada por processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural. De acordo com dados de escolaridade e percentual de encarcerados verificados na maioria dos referenciais bibliográficos, é possível perceber que quase metade dos presos, têm no “máximo” o ensino fundamental completo, poucos são os analfabetos e os apenas alfabetizados. Isso parece demonstrar que pessoas com ensino médio ou mais escolarização têm mais oportunidade de trabalho ficando menos vulneráveis socialmente.

Quem é quem na população prisional? Se em sua maioria são jovens, de baixa escolaridade, de baixa renda...enfim desprovidos de ativos pessoais e grupais que lhes permitam significativas estratégias (com expectativas de sucesso) na batalha competitiva pelas escassas oportunidades das contemporâneas configurações sociais - ainda que condenados por delitos de entorpecentes, por crimes contra o patrimônio (como o são em prevalência), ou mesmo por delitos contra a vida, embora criminosos - mais do que portadores de uma “patologia” individual que se reflete no social, são pessoas marcadas por traços de padrões/modelos/dinâmicas societários refletidos em indivíduos e grupos e traduzidos como vulnerabilidade social. (CHIES, 2009, p.113).

Assim, os encarcerados parecem ser os sujeitos que têm mais desvantagem social. Nesta parcela, encontram-se as mulheres.

A partir do momento em que as mesmas foram para o mercado de trabalho e adquiriram direitos, passaram a responder e ser punidas. O mercado de trabalho ampliou o poder feminino, mas em contrapartida elas continuam com pouco reconhecimento, baixa remuneração, sofrem de assédios, enfim estão dentro de uma realidade ainda opressora.

O perfil das mulheres encarceradas é similar em muitos Estados: em sua maioria cresceram em um entorno desfavorecido de diferentes índoles. Costumam ser jovens, pobres, desempregadas, com baixo rendimento escolar e carentes de habilidades básicas. Em alguns estados, as causas do encarceramento estão diretamente relacionadas com o tráfico e consumo de drogas. (MUNÓZ, 2001, p.68).

Apesar de representarem uma população carcerária menor, o número de mulheres presas vem aumentando muito desde a década de 80. Elas também estão na linha de vulnerabilidade e caem no sistema punitivo e prisional vigente, principalmente por se envolverem com entorpecentes. Conforme Chies (2008, p.2):

Explicações várias buscam dar conta da compreensão desse fenômeno; dentre estas se pode destacar o gradual deslocamento da mulher do espaço privado para o público (não obstante ainda em condições desiguais de competitividade com o homem) e as alterações na estrutura familiar, assumindo ela, então, um maior protagonismo no papel de provedor (a) ainda que no mais das vezes, vulnerabilidade diante das características excludentes da atual configuração social e econômica.

Mesmo com explicações do tipo falta de oportunidade de trabalho, o que se percebe é que a possibilidade de poder através do tráfico e a proteção aos parceiros traficantes é o que motiva muitas mulheres encarceradas a entrarem para a criminalidade. Isso é o que mostra Barcinski (2009) em sua pesquisa com mulheres que se envolveram com tráfico no Rio de Janeiro:

De formas diversas, ao justificarem a entrada no tráfico de drogas, as participantes oscilam entre assumir a responsabilidade pelas suas escolhas e posicionarem-se como vítimas de um sistema social injusto, que não lhes deixa outra opção senão a criminalidade [...] A

dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a necessidade de sustentarem seus filhos aparecem como elementos determinantes de suas escolhas (ou falta de escolhas) [...] jovens de favelas veem no tráfico a única alternativa de pertencimento a uma rede de trabalho. (BARCINSKI, 2009, p.1846).

Em vista dos argumentos apresentados, parece que a mulher atua como adjunto, colaborando com os homens que na verdade são os personagens principais no tráfico de drogas

Em menor grau que os homens, a atividade relacionada ao tráfico gera certo empoderamento para as mulheres, e esse poder parece ser para com as outras mulheres e com a própria comunidade, que passam a respeitá-la devido à atividade que ela exerce um respeito através do medo.

Enquanto sociedade, evitamos falar de mulheres encarceradas, nos convencemos de que certos aspectos da feminilidade não existirão se nós não nomearmos ou se só falarmos deles bem baixinho. Assim, ignoramos as transgressões de mulheres como se pudéssemos manter isso em segredo [...]. (QUEIROZ, 2015, p.18).

Ao se tornarem encarceradas, as mulheres, que muitas vezes são responsáveis pelo sustento da família, perdem sua liberdade, e os filhos pois “[...] não saber onde estão os filhos, como estão os filhos, com quem estão os filhos, é algo que exacerba o peso da pena a elas impostas” (CERNEKA, 2009, p.71).

Assim, essas mulheres passam a fazer parte de um sistema penitenciário que, por vezes, parece levar à marginalização.

A prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento: A mesma ordem que manda para a prisão o chefe da família reduz cada dia da mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira a vagabundagem e a mendicância. Sob esse ponto de vista o crime ameaça a prolongar-se. (FOUCAULT 2004, p.223).

Essa instituição absorve indivíduos com a intenção de corrigi-los, seguindo as leis vigentes que garantem direitos aos presos, porém o que se percebe é que não há correção e que a sociedade não recebe o preso permitindo-lhe ser um sujeito social, participante e ativo, capaz de ultrapassar a situação de crime. Conforme Foucault

(2004) as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, pode aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-la, a partir da quantidade de crimes e criminosos, pode permanecer estável ou pior, aumenta.

Pois os traços socioculturais machistas e patriarcais que ainda permeiam e predominam na sociedade brasileira, os estereótipos de mães e esposas falhas, que balizam a imagem da mulher “delinquente” como uma transgressora, e o caráter androcêntrico do ordenamento jurídico, são elementos que confluem para seu deturpado entendimento de que o chamado Sistema de Justiça Criminal (aparato policial, judicial e penitenciário) está autorizado a punir e segregar ainda mais a mulher do que o homem. (CHIES, 2009, p.15).

Assim, as mulheres que vivem em situação de privação de liberdade em presídios e principalmente nos presídios mistos, acabam por passar por situações desmoralizantes como diz Chies (2009, p.15): “[...] precarização dos espaços físicos utilizados, restrições “moralizantes” no vestuário, sexualização positiva e negativa das relações, maior demora e rigor na análise e concessão de direitos [...]”. Assim, as prisões deveriam ser um mecanismo a ser repensado contra a liberdade da mulher (e do homem) tendo em vista que as consequências dentro e fora dela (para a família que fica, a comunidade...) são muito severas. É preciso alternativas que substituam a prisão.

3.3 O encarceramento em Jaguarão

Baseando-se nesses pressupostos, este trabalho abordou uma investigação sobre a história de vida de mulheres encarceradas, a partir de suas narrativas. Essas se encontravam no Presídio Estadual da cidade de Jaguarão RS, que integra a 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul.

Em visita prévia ao presídio de Jaguarão e através da direção da casa prisional, bem como dos agentes penitenciários, foi demonstrado interesse em começar o trabalho o mais rápido possível, abrindo as portas da instituição para que o trabalho se realizasse no local. Porém, houve um atraso de três meses para o início da prática

da pesquisa, pois foi necessária uma autorização da SUSEPE para que o mesmo fosse desenvolvido, o que demorou este tempo. Assim, a prática da pesquisa ocorreu entre o final de setembro até meados de dezembro.

Segundo os agentes penitenciários, os presos que são libertos, voltam para a prisão em um curto prazo de tempo, pelo fato de cometerem novos delitos. Segundo eles, seria necessário um trabalho de socialização da população carcerária, para que os mesmos pudessem ser efetivamente integrados à sociedade. No mês de fevereiro de 2017, segundo informação do próprio local, o presídio Estadual de Jaguarão possui um número expressivo de detentos, com 133 apenados, dentre esses 124 são homens e 9 mulheres. Os presos estão no regime aberto, semiaberto e fechado.

Como se pode perceber, as mulheres se mantêm encarceradas na estrutura do prédio que abrange o presídio masculino e que no final do ano de 2014 foi destinado a ser misto.

O aumento do número de mulheres encarceradas no Brasil e a falta de construção de novos presídios femininos está levando a transformação dos presídios masculinos em mistos.

A partir dessa constatação, muitos autores atentam para o desatendimento das especificidades femininas em presídios mistos. Pois as políticas penitenciárias foram pensadas para homens e assim as encarceradas são menosprezadas e seus direitos desconsiderados.

Para o Estado e a sociedade, parece que são somente 440.000 homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28.000 desses presos menstruam. Às vezes, alguns deles engravidam, o que complica muito para o sistema prisional, pois há a necessidade de atendimento pré-natal, um parto seguro e escolta no hospital, bem como de um lugar limpo e propício para cuidar do recém-nascido [...]. Responder às necessidades das mulheres encarceradas significa muito mais do que fornecer absorventes higiênicos e garantir pré-natal para as gestantes e seus bebês. O que na realidade, seria um bom começo. (CERNEKA, 2009, p.62-63).

Desse modo, em presídios mistos, essas mulheres não têm as suas necessidades atendidas; faltam absorventes, faltam roupas femininas, falta visita íntima, falta a permissão para amamentar, falta atenção às gestantes.

[...] No Rio Grande do Sul, em 2008, na lista de pertences pessoais que podiam entrar para os presos através de suas famílias, constam somente cuecas (nada de calcinhas ou soutiens). Não constavam absorventes e outros itens pessoais voltados às necessidades femininas [...]. (CERNEKA, 2009, p. 63).

Nesse cenário, é de fundamental importância entender quem são essas mulheres e como elas vivenciam essa inserção nos presídios masculinamente mistos.



Figura 4

A primeira vez que fui presa foi por porte de arma, já a segunda vez foi por tráfico. Carrego comigo uma tristeza tão grande no meu peito, uma solidão, parece que eu nasci para sofrer. (Dama da Noite)

4 METODOLOGIA:

A opção metodológica escolhida para dar conta dessa pesquisa é a narrativa ligada à formação, esta que acontece no campo educacional e social e que busca, através de várias histórias de vida, refletir sobre como os sujeitos dão forma e sentido às suas experiências e como constroem a consciência de si através desse narrar. O trabalho através dessa metodologia foi efetuado na perspectiva de mostrar a continuidade, a ruptura, os projetos de vida e os múltiplos recursos ligados às aquisições de experiências.

A pesquisa narrativa está inserida no campo da pesquisa qualitativa. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares “[...], ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2003, p.21). Não se preocupa em analisar dados e explicar causas, relacionar hipóteses e classificar.

A pesquisa qualitativa nas últimas décadas vem adotando a pesquisa narrativa como prática investigatória ela:

[...] consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17).

Dentro do contexto da pesquisa narrativa, o presente trabalho objetiva compreender as experiências e os projetos de vida de mulheres apenas e constituir espaços de possibilidade para sua emancipação e empoderamento por meio do narrar.

Sendo assim, a história narrada é o que constitui a narrativa, Ricoeur (1994, p.63) conceitua narrativa a partir de Aristóteles dizendo que: “chamamos de narrativa exatamente o que Aristóteles chama de *muthos*, isto é, o agenciamento dos fatos”.

Para Clandinin e Connelly (2011), a narrativa é o método de pesquisa e ao mesmo tempo o fenômeno a ser pesquisado.

O papel do pesquisador na narrativa é escutar, pois o sujeito ao recordar revive situações, lugares, chega a alguns registros do passado que ora estavam adormecidos e questiona a si mesmo a partir da narrativa.

[...] É na narrativa que designa os papéis aos personagens de nossas vidas, que define posições e valores entre eles [...] É a narrativa que faz de nós o próprio personagem de nossa vida, é ela enfim que dá uma história à nossa vida: nós não fazemos a narrativa de nossa vida porque nós temos uma história; nós temos uma história porque nós fazemos a narrativa de nossa vida. (DELORY-MONBERGUER, 2006, p.363).

Ao contar sua história de vida, o sujeito significa a sua própria história através de um processo reflexivo, sobre os fatos vividos. “As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros. [...]” (CLANDININ; CONNELLY, 2011 p. 27).

Uma narrativa possibilita assim, compreender as experiências humanas.

Entendemos como narrativa la cualidad estructurada de la experiencia entendida y vista como un relato; por outro (como enfoque de investigación), las pautas y formas de construir sentido, a partir de acciones temporales personales, por medio de la descripción y análisis de los datos biográficos. (BOLIVAR, 2002, p.5).

A experiência como referenciou Bolívar (2002) é uma palavra em destaque na pesquisa narrativa e nas ciências sociais. Assim, segundo Barreiro (2012) são muitas as concepções dadas a palavra experiência. Essa palavra tem sentidos diferentes desde Aristóteles, Skinner, Marx e a concepção pós-estruturalista onde a experiência aparece como resultado das práticas discursivas.

A pesquisa narrativa e as ciências sociais embasaram seus estudos na filosofia Deweyana. O autor em questão - Dewey, desenvolveu um pensamento, elaborou princípios fundamentais e uma filosofia pragmática, voltada para a educação, experiência e vida. E o conhecimento segundo Dewey é tudo “[...] aquilo que esteja

organizado em nossas disposições mentais com a função de nos tornar capazes de adequar o meio às nossas necessidades e, mais ainda, de adaptar nossos objetivos e desejos à situação em que vivemos”. (CUNHA, 1994, p. 38).

Desse modo vê-se na concepção Deweyana que educar é pôr o indivíduo em contato com a cultura a que pertence e, mais do que isto, é prepará-lo para discernir situações que exijam reformulações e para agir em consonância com estas necessidades de transformação. Todo procedimento educativo tem a finalidade de possibilitar a continuidade da vida do agrupamento social. A finalidade da educação não deve se encerrar no interior de qualquer instituição formalmente criada para instruir, mas deve estar enraizada na necessidade de sobrevivência da coletividade. (CUNHA, 1994, p. 38).

Em seus estudos Dewey mostrou a importância da experiência que para ele seria a ação dos corpos uns sobre os outros e a capacidade de modificação de cada um desses corpos.

Podemos, já agora, definir com Dewey, a educação como processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras. (WESTBROOK, 2010, p.37).

O pensamento de Dewey sobre a escola e a vida como reconstrutoras permanentes de experiência nos levam à narrativa, pois é através da experiência e do sentido que as pessoas dão ao vivido que a narrativa vai se constituindo. Há possibilidade de “dar voz” aos sujeitos permitindo que eles exaltem essa experiência dando sentido às suas vidas. Dessa forma, “a narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência”. (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Sendo assim, a partir das narrativas de apenadas, houve a reflexão sobre a privação da liberdade feminina nos dias atuais a partir da seguinte questão: Quais experiências são apontadas pelas mulheres apenadas em suas narrativas como charneira?

Essa prática investigativa do tipo narrativa tem sido abordada a partir do estudo de vários autores que muito têm contribuído com as teorias sociais e educacionais como Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2004), Antônio Bolívar (2002), Jean

Clandinin e Michael Connely (2011), Christine Delory-Monberguer (2006), Antonio Nóvoa (1992), Maria Christine Josso (2010), entre outros.

A autora Josso (2010) trabalha com pesquisa-formação.

Formação, segundo o dicionário Aurélio Junior (2011), “é a ação de formar ou o resultado desta ação”. Os conceitos da autora não se referem aos mesmos significados da língua. Ela trabalha com conceitos muito particulares e fundamentais para esse tipo de metodologia como identidade, formação, conhecimento e aprendizagem. Conceitos esses que serão trabalhados ao longo deste capítulo e que, segundo ela, foram construídos a partir de uma experiência com educação de adultos.

Em virtude dos fatos mencionados, a pesquisa narrativa se propõe a um objetivo duplicado, ou seja, a investigação e a formação. Nesse sentido, a formação pode ser entendida, tanto do ponto de vista do desenvolvimento profissional e da formação pessoal.

Pensar a formação é pensar o próprio sujeito que busca a si próprio, que interage dentro da sociedade que está inserido, que ensina e que aprende.

É deixar vir à tona a sua própria história, apropriar-se dessa história, dar sentido a ela, reencontrar-se consigo mesmo. É tornar verdade o vivido. E assim essa formação é não semipterna e pode acontecer em todos os espaços e tempos de vida.

A história contada pela pessoa, as suas experiências relatadas devem ter passado por uma reflexão, deve ter de alguma forma marcado e transformado o sujeito como um todo. Para Josso (2010), a formação é experiencial ou então não é formação:

[...] a formação experiencial designa a atividade consciente de um sujeito que efetua uma aprendizagem imprevista ou voluntária, em termos de competência existencial (somáticas, afetivas e conscienciais) instrumentais ou pragmáticas, explicativas ou compreensivas na ocasião de um acontecimento, de uma situação, de uma atividade que coloca o aprendente em interações consigo mesmo, com os outros com o meio natural ou com as coisas num ou em vários registros. O domínio dessas competências implica não apenas uma integração de saber-fazer e de ter conhecimentos, mas também de subordiná-las a uma significação e a uma orientação no contexto de uma história de vida. (JOSSO, 2010, p. 56).

A experiência é um processo de assimilação daquilo que se vivenciou, que foi relevante e expressivo na vida da pessoa, contribuindo assim para que haja um desenvolvimento desse sujeito nos diferentes contextos de sua vida.

No trabalho biográfico, esse conceito de experiência é utilizado para articular o processo de formação e o processo de conhecimento. Entremos, pois, naquilo que se torna experiência. O primeiro momento de transformação de uma vivência em experiência inicia-se quando prestamos atenção no que se passa em nós e/ou na situação na qual estamos implicados, pela nossa simples presença. A nossa atenção consciente é de algum modo solicitada. (JOSSO, 2010 p. 99-100).

Para haver uma experiência existencial, o sujeito deve ter passado por momentos de análise e reflexão. Acontecimentos ou situações devem ter implicado em uma significação para ele. Quando se fala em experiência, não se deve pensar um ato isolado, uma situação só. Uma experiência é feita de várias vivências, como uma colcha de patchwork, cada pedacinho de vivência (com significado), trabalhada pelo sujeito, vai se tornar experiência. Situações que geram experiência podem ter sido provocadas pelo sujeito, ou vivida por ele de forma natural, no curso da vida.

A formação experiencial é o resultado de vivências que levam em conta o todo do sujeito, a maneira como vive, a sua identidade, os outros que estão ao seu redor, a sociedade e a cultura da qual ele faz parte. Um decurso de uma vida então é um caminho de formação.

As experiências de vida de um indivíduo são formadoras na medida em que, a priori ou a posteriori, é possível explicitar o que foi aprendido em termos de capacidade, de saber-fazer, de saber pensar e saber situar-se. (JOSSO, 2010, p.266).

Cada vivência na vida de uma pessoa é singular e vai se constituir experiência, de acordo com o sentido que foi dado àquela vivência e se o resultado pós-vivência acarretou uma transformação, uma mudança, ou não.

A esse respeito é importante esclarecer a diferença entre a aprendizagem pela experiência e a experiência existencial no sentido que na aprendizagem pela experiência não ocorre a transformação da pessoa em outra, não há uma mudança significativa no sujeito. Pode haver um ganho, ou uma perda. Já a experiência existencial provoca no sujeito uma mudança que de alguma forma modifica sua existência.

Uma experiência pode ser interrompida “[...] seria então possível falar de experiência truncada, quando interrompida por algum acidente; ou de experiência

inacabada, como se diz de um trabalho artístico que se julga não ter levado até ao fim”. (JOSSO, 2010 p.50).

Durante a vida de uma pessoa, há várias circunstâncias em que o contínuo se rompe, onde há uma mudança, uma passagem de uma etapa para a outra da vida o que Josso (2010) chama de momento charneira, uma passagem entre duas etapas de vida, uma espécie de dobradiça, um divisor de águas que faz o papel de articulação entre os momentos de vida. São situações tão fortes e significativas, que podem mudar o rumo da história do sujeito.

Ricoeur (1994), em seu livro Tempo e Narrativa, também trata desses momentos de mudança, de passagem de uma etapa para outra na vida de uma pessoa; para ele em muitos momentos há uma discordância nos atos contínuos da vida.

Esses momentos, tanto de experiência truncada como de momentos charneira, vêm mostrar a importância de ao narrar uma história, trazer à tona essa etapa de vida para que esses momentos junto com a reflexão feita pelo sujeito e a partir dela passe então de uma vivência para uma experiência. Sem vivências, sem a busca pela compreensão dos fatos, não há experiências.

O conceito de experiência, definida como a associação da componente factual e circunstancial à componente compreensiva, permite compreender a sua utilização no trabalho biográfico como o conceito que articula o processo de formação e o processo de conhecimento num círculo retroativo. (JOSSO, 2010, p.100).

Nessa perspectiva, ao escolher essa opção metodológica para a prática investigativa e mais especificamente a pesquisa-formação, é preciso que o pesquisador olhe para si, se reconheça como sujeito e busque recordar e compreender seus percursos de vida.

Josso (2010, p.79) diz que “uma pesquisa é uma construção de conexões, de convivências que possam também, permitir outros olhares sobre si, possibilitar que se descubram outras potencialidades, sentir-se vinculado”.

A autora chama a atenção para um conceito importante, na pesquisa narrativa e pontualmente nessa abordagem de pesquisa-formação, é a recordação-referência que segundo ela: “[...] são as experiências que podemos utilizar como ilustração numa história para descrever uma transformação, um estado de coisas, um complexo

afetivo, uma ideia como também uma situação, um acontecimento, uma atividade [...]” (JOSSO, 2010, p.37). A recordação-referência é o lembrar uma etapa da vida “[...] onde houve sentido nos acontecimentos e esses foram norteadores e determinantes para a continuidade de momentos fatos decisões e experiências da vida da pessoa” (JOSSO, 2010, p.37).

A recordação-referência é também uma experiência formadora ou seja:

É uma aprendizagem que articula, hierarquicamente o saber fazer e os conhecimentos, funcionalidade e significação, técnicas e valores num espaço tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação por meio da mobilização de uma pluralidade de registros. Se a abordagem biográfica é um outro meio para observar um aspecto central das situações educativas, é porque ela permite uma interrogação das representações do saber-fazer e dos referenciais que servem para descrever e compreender a si mesmo no seu ambiente e natural. Para perceber como essa formação se processa, é necessário aprender, pela experiência direta, a observar essas experiências das quais podemos dizer, com mais ou menos rigor em que elas foram formadoras. (JOSSO, 2010, p. 36).

Para haver a constituição de uma experiência formadora através da recordação referencial será necessário que o sujeito a busque na memória e traga para a consciência suas experiências. “[...] Lembrar é refazer é construir as experiências do passado com as ideias do presente” (ABRAHÃO, 2004, p.56).

4.1 O uso das narrativas na formação e na pesquisa

É possível destacar que o método narrativo contribui na compreensão e interpretação das dimensões pessoais e humanas, assim como os seus processos de formação e a influência do contexto e do outro em sua própria constituição.

Uma pesquisa narrativa é uma investigação preocupada com o sujeito em formação, voltada para a história de sua vida e como ela se constrói e se reconstrói a cada minuto, pois mostra de forma ativa esse sujeito e seu mundo. Possibilita assim que o sujeito possa se modificar, pois no momento que conta a sua história ele age sobre si mesmo e a partir daí pensa, repensa e poderá reconstruir-se de alguma

forma. “É narrando a nós mesmos o que se passa que construímos o caráter de quem somos, que nos construímos como indivíduos”. (ABRAHÃO, 2004, p.18).

Através das narrativas, das histórias de vida, é possível investigar a experiência do outro e dar voz aos sujeitos, ainda que de maneira indireta, já que o outro transmite a sua experiência a partir da sua percepção.

Sendo assim, um tipo de pesquisa formação, intenta contribuir para que os sujeitos possam ter um espaço-tempo para (auto) conhecer-se e emancipar-se, já que através da fala pode haver uma tomada de consciência de si mesmo, efetivando-se uma possibilidade emancipatória.

Assim, não são todas as vivências e aprendizagens que fazem com que exista uma modificação significativa na vida do sujeito, já que para isso precisa haver reflexão e atribuição de sentido, além de uma tomada de consciência de si que leve a uma mudança global da pessoa, como se pode observar na experiência existencial. A mudança deve envolver o sujeito como um todo no sentido biológico, psicológico, cultural e social.

De acordo com JOSSO (2010), relatar uma história de vida ajuda a perceber quem somos e a nossa relação com o meio. Falar e escrever sobre uma vida possibilita ao sujeito narrador uma tomada de consciência um contato com a própria singularidade; é colocar em ordem o que foi vivido.

Trata-se, portanto de uma possibilidade de emancipação e transformação. Importante ressaltar que ao contar a uma história de vida não haverá uma transformação ou mudança imediata no sujeito.

Parece-me importante sublinhar, neste ponto, que a narrativa de vida não tem em si poder transformador... a metodologia de trabalho sobre a narrativa de vida pode ser a oportunidade de uma transformação. (JOSSO, 2010, p.183).

A transformação poderá ocorrer na forma de refletir sobre si (em maior ou menor grau) e sua capacidade de lidar com situações atuais e futuras.

O efeito transformador reside, sem dúvida, menos numa transformação de características do eu sociocultural e existencial do que numa transformação da relação consigo mesmo e com a forma de refletir sobre si e sobre seus empenhos. Em outras palavras, é uma

mudança de ponto de vista sobre si por meio de uma reapropriação de si mesmo como ator, autor e leitor da sua própria vida. (JOSSO, 2010, p.183-184).

Desse modo, explica-se a importância da pesquisa-formação, também como um método formativo não só no que se refere às histórias de vida na formação de professores, mas como história de vida de grupos que retomam a sua trajetória de formação, permitindo dar novas significações a si mesmo.

[...] A reflexão sobre os processos de formação só é produtiva a partir do momento em que os participantes se investem em cada etapa do trabalho, por si próprios, bem como nas interações e transações que o grupo oferece. Qualificamos esse cenário de pesquisa formação porque a atividade de pesquisa contribui para a formação dos participantes no plano das aprendizagens reflexivas e interpretativas e toma lugar, no seu percurso de vida, como um momento de questionamento retroativo e prospectivo sobre seu(s) projeto(s) de vida e sua(s) demanda(s) de formação atual. (JOSSO, 2010, p.71).

Cabe levantar uma questão importante e imprescindível na pesquisa narrativa que é a questão do tempo. Ao contar uma história ou escrever sobre ela o sujeito vai acomodando os fatos e situando-os dentro de um tempo. “O tempo de nossas vidas é um tempo narrado, o tempo articulado em uma história, tal como somos capazes de imaginá-la, de interpretá-la de conta-la e de contar-nos.” (ABRAHÃO, 2004, p.16).

O tempo não narrativo é inexistente porque ele só é passível de ser medido no instante em que passa. Assim quando se narra uma história de vida, contamos as impressões deixadas pelas coisas que passam.

Temos como certo de que localizar as coisas no tempo é forma de pensar sobre elas. Quando vemos um evento, pensamos sobre ele não como algo que aconteceu naquele momento, mas sim como uma expressão de algo acontecendo ao longo do tempo. Qualquer evento ou coisa tem um passado, um presente, da forma como aparece para nós, e um futuro implícito. (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.63).

Não dá para pensar num acontecimento de vida dentro de um tempo cronológico. Tendo em vista que a pesquisa narrativa leva em conta os fatos narrados, e o tempo está em constante movimento. Ele só pode ser medido no exato momento

em que passa. “O tempo não tem ser, posto que o futuro ainda não é, que o passado não é mais e que o presente não permanece”(RICOEUR, 1994, p 22-.23).

4.2 O grupo de investigação-formação como método

O grupo de investigação-formação vai se constituindo a partir do momento em que os sujeitos em grupo, através das suas histórias de vida e de suas recordações-referências vão dando vozes as suas histórias. A formação vai ocorrer nesse contato com outro, da compreensão desse outro e de si mesmo através dessa interação. Josso apresenta, a partir do seu diário de pesquisa, através de uma ordem cronológica, como o trabalho pode acontecer no grupo de investigação-formação. Ela mostra que o contato inicial com os sujeitos participantes da pesquisa é muito importante; esclarecer o que será feito no trabalho em questão, a duração dos encontros, o sigilo também é imprescindível pois são pessoas se inserindo em um grupo, são histórias de vida que deverão ser tratadas com cuidado e ética.

Para Josso (2010, p.90):

Este trabalho efetua-se em quatro fases ou circuitos. As duas primeiras organizam-se em torno da narrativa oral, enquanto as duas seguintes se desenvolvem a partir da narrativa escrita [...] A primeira fase é a preparação individual para um primeiro desbravar dos períodos significativos do percurso de vida de cada um e dos momentos-charneira, bem como a listagem das experiências significativas de cada período. (JOSSO, 2010, p.90).

A autora, em seu trabalho com educação de adultos, dividiu os participantes em três e selecionou um animador para cada grupo. Esse animador é a pessoa que dinamiza, orienta e coordena o trabalho dentro de cada grupo. Assim, a atividade se desenvolveu através da narrativa oral, no grande grupo, após cada participante escreveu a sua história e colocou o texto a disposição dos outros. Houve um retorno ao grande grupo para a compreensão das narrativas e um retorno ao pequeno grupo para que a formação fosse discutida, além de uma análise do trabalho em geral.

Os sujeitos, ao socializarem as suas histórias (segunda-fase) de vida com um grupo, vão aos poucos apresentando a tomada de consciência de sua própria história, vão surgindo questionamentos e um caminho vai se constituindo para a próxima fase da narrativa de formação que é a escrita da narrativa e a leitura interpretativa dessa narrativa (terceira e quarta fases).

Esse momento retrospectivo do pensamento provoca tomadas de consciência, tanto pela pluralidade das leituras possíveis de uma mesma experiência, como pela evolução geral daquilo a que chamo de visão de mundo ou cosmogonia pessoal, que cada um progressivamente construiu e interiorizou diante das suas necessidades de dar sentido à sua vivência, à sua trajetória, aos seus laços consigo mesmo, com o outro e com o meio humano e natural. (JOSSO, 2010, p.98-99).

Os sujeitos, ao escreverem a sua narrativa e socializá-la com o grupo, fazem a leitura e junto a ele tentam compreender e analisar as experiências vividas por si e pelo outro, “a história de nossa formação e a compreensão dos nossos processos de formação e de conhecimento podem ser transformados e enriquecidos por meios de uma leitura original”. (JOSSO, 2010 p.41).

Cabe ressaltar que as experiências narradas pelos sujeitos podem ser boas, ruins, felizes, amargas ou dolorosas.

As narrativas de vida contam itinerários ao longo dos quais os autores qualificam as suas experiências de vida classificando-as, quer em períodos felizes, quer em períodos psíquica ou fisicamente dolorosos. A vida humana apresenta-se, pois de forma ininterrupta nessa dialética do bem-estar e do sofrimento! (JOSSO, 2010, p.116-117).

A busca pelo que foi importante e significativo na história de vida de cada um, e vai oportunizar a reflexão e a compreensão do que fomos, do que estamos sendo e do que podemos vir a ser futuramente.

O que as práticas formativas por histórias de vida fazem aparecer é a dimensão socializadora da atividade biográfica, o papel que ela exerce na maneira pela qual os indivíduos se compreendem a si mesmos e se estruturam em um vínculo de colaboração de si e do mundo social. Ainda que tomem a forma de roteiros de ação, de construções

mentais, de episódios de conversação, de relatos de vida, as 'histórias' que contamos sobre nós mesmos e que, em alguns casos, endereçamos a outro, longe de nos remeter a uma intimidade inacessível, têm como efeito harmonizador nosso espaço-tempo individual como espaço-tempo social. Harmonia que só pode ser obtida porque a sequência narrativa que construímos, nas suas formas e em seus conteúdos, subentende um conhecimento dos contextos, das instituições, das práticas, porque ela configura uma racionalidade social à qual estamos misturados, porque ela é uma mediação entre o mundo social e nós mesmos. (MOMBERGER, 2006, p.370).

Do mesmo modo que Josso, Delory-Momberger traz uma proposta de investigação-formação através do que ela chama de ateliês biográficos.

[...] o procedimento do ateliê biográfico de projeto inscreve a história de vida em uma dinâmica prospectiva que liga as três dimensões da temporalidade (passado, presente e futuro) e visa fundar um futuro do sujeito e fazer emergir seu projeto pessoal. (DELORY-MOMBERGER, 2006, p.366).

É um processo emancipatório no qual a narrativa de grupo pode proporcionar as pessoas, que falem, escrevam sobre si e tentem compreender a si mesmos e aos outros. É um percurso para a formação que se dá através da história de vida.

4.3 Potencialidade emancipadora do narrar

A narrativa de formação possibilita projetar potencialidades e mudanças futuras, na vida do sujeito, pois através de um relato de vida há possibilidade emancipadora de si mesmo e do social o que proporciona também mais autonomia ao sujeito.

Assim, a abordagem de histórias de vida pode não apenas provocar um conhecimento da sua existencialidade e do seu saber-viver como recursos de um projeto de si auto-orientado, mas convoca ainda o sujeito da formação a reconhecer-se como tal, a assumir a sua cota de responsabilidade no processo e, finalmente a colocar-se numa relação renovada consigo, com os outros, com o meio humano e com

o universo, na sua vida em geral e no grupo em particular. (JOSSO, 2010 p.112).

O processo de emancipação do sujeito que é ao mesmo tempo um ator e autor da sua própria história vai se constituindo a partir da narrativa quando, ao narrar a sua vida, a pessoa se enxerga como sujeito da sua própria história.

Em virtude dos fatos mencionados é importante pensar que ao demonstrar como o trabalho sobre a narrativa de vida se oferece como “a passagem de uma tomada de consciência da formação do sujeito para a emergência de um sujeito da formação por meio da mediação de uma reflexão crítica sobre a forma de pensar o seu itinerário experimental e existencial” (JOSSO, 2010, p.184), está se possibilitando uma dimensão emancipadora através do narrar. “É narrando a nós mesmos e o que se passa é que construímos o caráter de quem somos, que nos construímos como indivíduos” (ABRAHÃO, 2004, p.18).

Através de uma reflexão a partir das experiências vividas que o trabalho sobre as narrativas pode possibilitar mudança, aprendizagem e busca de si. Cabe levantar uma questão importante no trabalho com pesquisa narrativa centrada na formação que é compreender a complexa questão identitária.

A identidade como característica que identifica uma pessoa ou como fidelidade a sua própria maneira de ser não é a perspectiva que as histórias de vida evidenciam. Para os pesquisadores autobiográficos a pessoa está sempre mudando junto com as transformações da sociedade. A identidade estaria sempre em mudança, não se constituindo assim uma identidade singular.

Dentro dessa perspectiva, pode-se falar em identidades (para si e para os outros) uma identidade que não é dura e nem imutável. “É por isso que a questão da identidade reflete sempre uma dimensão subjacente a categorias sociológicas em favor de uma antropologia fundamental que observa, apresenta, narra: a existencialidade singular-plural” (JOSSO, 2010, p.66).

A existencialidade, juntamente com o percurso de vida do sujeito (um sujeito histórico e social), suas vivências, experiências, crenças, escolhas e vínculos é que vão formar uma “identidade” momentânea e como já foi dito mutável a cada minuto por si e pelo social. Dentro dessa concepção, pode-se dizer que os sujeitos são sujeitos plurais permeados por muitas singularidades

Para Josso (2010), a questão identitária que aparece nas histórias de vida permite revelar, a fragilidade e a dependência de nossas identidades no decorrer da vida. Assim, o sujeito pode se identificar com outros e se modificar a partir de outros sujeitos e do social.

Las personas construyen, así, sua identidade haciendo um autorrelato, que no es sólo recuerdo del pasado sino um modo de recrearlo, em um intento de descubrir um sentido a su vida [...] La reflexión que um sujeto hace sobre los sucesivos escenarios recorridos, em orden a su posible autodefinición em la unidad de um relato constituye su identidade narrativa. Al poner em escena por él mesmo su vida, revela y está constituyendo su identidade narrativa. (BOLIVAR, 2012, p.9).

Tendo em vista que os atores participantes de uma pesquisa de cunho investigação-formação são vários sujeitos, várias histórias de vida, atravessados pela linguagem e pela cultura é que se faz possível “conceber a construção da identidade, ponto do iceberg da existencialidade, como um conjunto complexo de componentes”. (JOSSO, 2010, p.70).

esse trabalho de reflexão a partir de uma narrativa de formação (cognitiva, sensível, imaginativa, comovente, apreciativa, afetiva) permite ter a medida das mutações sociais e culturais em dias singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social. [...] A história de vida narrada é assim uma mediação do conhecimento de si, em sua existencialidade, o qual oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre seus diferentes registros de expressões e de representações de si, como sobre as dinâmicas que orientam a formação. (JOSSO, 2010, p.69)

Desse modo, as narrativas estão intimamente ligadas à produção de nossas identidades, sejam individuais ou coletivas. Em vista dos argumentos apresentados é imprescindível pensar que o:

[...] conceito de existencialidade singular-plural designa, então uma problemática que acompanha o percurso da vida vivenciada numa tensão permanente entre as transformações impostas pelo coletivo e a evolução dos sonhos, desejos e aspirações individual. (JOSSO, 2010, p.72).

Assim, é se levado a crer que o sujeito vive sempre em um estado de inquietação entre as suas características próprias e as características do outro. “É um processo que necessita de tempo. Um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, para assimilar mudanças”. (NÓVOA,1992, p.16).

A esse respeito, a pesquisa narrativa e o grupo de investigação-formação como método é uma prática que auxilia o sujeito a constituir-se e a colocar-se como conhecedor de sua própria existencialidade, dando sentido às suas aprendizagens a sua subjetividade.

A experiência formativa é uma possibilidade de aprendizagem, de desenvolvimento pessoal e interpessoal, uma busca para construir o sentido do vivido.

4.4 Metodologia do trabalho dentro do cárcere

De acordo com esse referencial, e com as quatro fases ou circuitos apresentado acima por Josso (2010), as mulheres em situação de privação de liberdade foram convidadas a participar da pesquisa, de acordo com o referencial de Josso (2010). Cabe ressaltar, que nos primeiros encontros, a assistente social do presídio permaneceu na cela. Sendo assim, o processo dos circuitos apresentados por Josso, necessitou sofrer adaptações para preservar as mulheres que se envolveram com a pesquisa.

O número de participantes foi de acordo com o interesse das mesmas e envolveu as mulheres que estavam no regime fechado.

Foram realizadas uma primeira visita ao presídio no dia 5 de maio de 2016, momento em que foi feito um contato inicial com a assistente social e o coordenador do local. As portas foram abertas para que o trabalho fosse iniciado. Depois dessa data, uma informação via telefone abordou que o presídio necessitava de uma autorização da SUSEPE para que o trabalho fosse desenvolvido. Após exatos três meses, foi conseguida a autorização. Num total foram 9 encontros com tempo de duração variável a cada encontro.

No primeiro encontro, foi pedido que as mulheres escolhessem um nome fictício para que a identidade delas fosse preservada. Sugeri que escolhessem nome de flores. Animadas, cada uma escolheu uma flor para si: Orquídea, Rosa vermelha,

Violeta, Bem me quer, Dama da Noite, Rosa, Comigo ninguém pode, Vitória Régia, Jasmim, Samambaia e Strelitzia.

No segundo encontro, foi entregue a cada uma delas um caderno que foi identificado com a imagem da flor escolhida, juntamente com canetas. O objetivo do caderno é que escrevessem aquilo que viesse a sua memória, a partir dos nossos encontros. Foi explicitado que o caderno era delas e que poderiam escrever o que quisessem também, sendo recolhidos por mim, em algum momento, para ser reproduzidos, mas que ficariam de posse delas. Como pesquisadora também tive meu caderno, escrevendo antes e depois de cada encontro.

Algumas das flores não entregaram os cadernos e desistiram de participar da pesquisa. Uma flor era analfabeta e, apesar das colegas se oferecerem para escrever para ela sua narrativa, ela desistiu. Assim, para este trabalho foram analisados os seguintes cadernos: Orquídea, Vitória Régia, Bem me Quer, Rosa, Dama da Noite, Comigo Ninguém Pode, Violeta e Strelitzia – oito mulheres.

Os encontros com as mulheres do cárcere não foram gravados, pois a geração de arquivos que pudessem ser apreendidos foi uma preocupação constante e o compromisso de preservar as presas balizou o trabalho. Nos encontros iniciais, a assistente social esteve presente dentro da cela, participando de alguns diálogos.

Como dispositivo para que as lembranças viessem à tona, foram utilizados os seguintes recursos: filme *Escritores da Liberdade*, livro diário de Anne Frank, livro *Pequeno Príncipe*, jogos, revistas e atividade de desenho com canetas hidrográficas e folhas de papel ofício.

No segundo encontro, foi instalado um telão na cela para que olhassem o filme “*Escritores da Liberdade*” junto à liberação de mate e pipoca. O filme, baseado em fatos reais, narra a história de uma professora que começa a ter problemas com uma turma. Porém, a educadora não desanima e com um projeto de escrita, aproxima-se dos jovens e propicia espaço de reflexão, superação e ampliação da autoestima.

Logo após cada atividade, foram realizados debates. Nas discussões, sempre se conduziu os comentários para as lembranças do passado. Houve um encontro específico para falar de infância, no qual jogamos cartas e cada uma foi falando da sua infância. Em outro encontro, foi distribuído revistas de adolescentes e concomitantemente ao olharem as revistas, fomos falando de adolescência e idade adulta. De 15 em 15 dias, os cadernos eram recolhidos, xerocados e devolvidos as mesmas.

No último encontro, foi liberado pela coordenação do presídio através da assistente social, uma festa de último dia e despedida do trabalho.

Enquanto organizava e arrumava os salgados e refrigerantes em uma mesa, pedi que desenhassem em folhas o que cada uma almejava para o futuro. Os mesmos não foram anexados a este trabalho por questões éticas, pois as mulheres colocaram o nome de filhos e familiares nos desenhos. Muitas choravam realizando a atividade. Algumas também se emocionaram na hora da festa, dizendo que lembraram do natal em família. Num encontro seguinte, em que foram devolvidos os cadernos, foi possível deixar com elas uma sacola com livros variados, conseguido através de doações, já que foi possível perceber uma grande vontade de ler, limitada pelo escasso acervo disponível.

Sendo assim, a análise do trabalho aconteceu a partir da dos materiais produzidos pelas mulheres, ao rememorarem suas vidas, através da análise textual discursiva. Esse examinar se configurou como um meio aberto que permitiu criatividade, mas exigiu rigor e disciplina pois, [...] a análise se desloca do empírico para a abstração teórica que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.118).

É um tipo de análise de natureza qualitativa, com o objetivo de compreender discursos e fenômenos e que perpassa entre a análise de discurso e a análise de conteúdo.

Argumenta-se que a análise textual discursiva cria espaços de reconstrução, envolvendo-se nisto diversificados elementos, especialmente a compreensão da produção de significados sobre os fenômenos investigados e a transformação do pesquisador. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.117).

Assim através de categorias e subcategorias, ou seja, através da fragmentação do que foi transcrito a partir dos encontros, houve uma teorização sobre os fenômenos. Foi possível um olhar sobre a subjetividade das mulheres encarceradas, possibilitando sua compreensão.

Após teorizar sobre as escritas de si das mulheres encarceradas, os textos foram separados em unidades de significados. Depois foram agrupados em conjuntos de unidades por significados similares, processo denominado por Moraes e Galiazzi

(2006) de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significados semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análises.

A Análise Textual discursiva se configura como um processo complexo que passa pelo construir e desconstruir significados para no final se formar uma escrita de um bom meta-texto.

Neste tipo de análise exige-se do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito e assumindo suas próprias interpretações [...] toda análise é subjetiva fruto da relação íntima do pesquisador com seu objeto pesquisado. (MORAES, GALIAZZI, 2006, p. 122).

É importante neste tipo de análise sempre ter em mente o objetivo do trabalho e a teoria estudada referente ao assunto da pesquisa. É necessário algumas pausas e retorno a análise, pois é uma atividade complexa e cansativa que exige paradas para que fluam novos entendimentos a respeito dos fenômenos abordados.

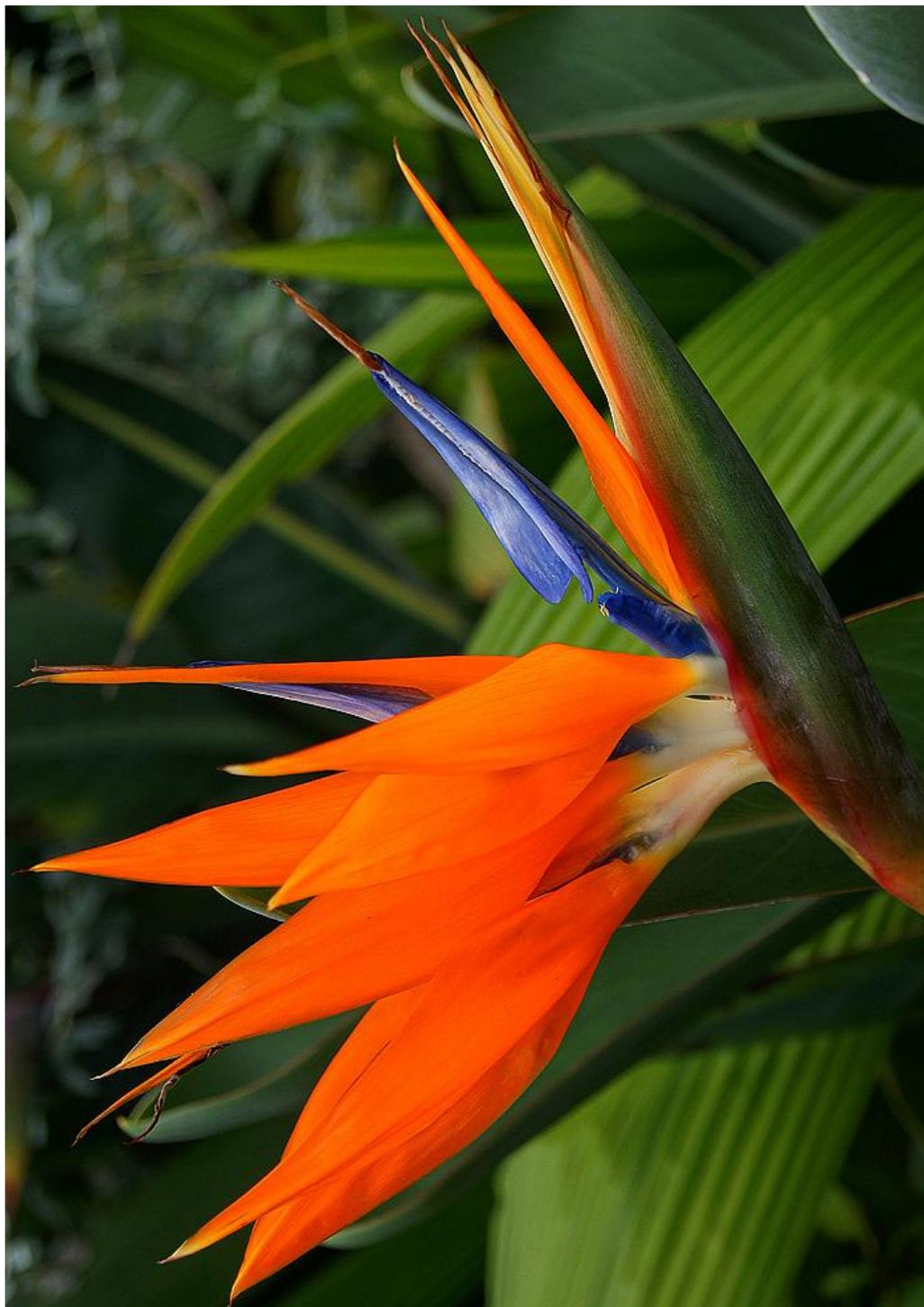


Figura 5

“Quem nasceu para governar, Deus usa até no cativo, esse tempo vai passar não desista de orar, Ele é fiel e verdadeiro. Quem já nasceu tem que entender que já venceu. (Strelitzia)

5 ANÁLISE

A análise de dados de uma pesquisa parte de um refazimento daquilo que foi narrado e no caso desta pesquisa, escrito pelas mulheres encarceradas nos seus diários. A partir da realidade das presas, junto a teoria estudada será proposto alguns significados ao que foi narrado, de acordo com os objetivos apresentado neste trabalho.

5.1 O SISTEMA PUNITIVO

O encarceramento é a prática punitiva que temos instaurada em nossa sociedade, e que tem a ideia de protegê-la.

Sujeitos que não seguem os padrões estabelecidos socialmente, ou que rompem esses padrões são sugados pela sociedade que tenta os normalizar o máximo possível.

A esse movimento de transformação dos sujeitos em corpos dóceis, dá-se o nome de “processos de normalização social, na medida em que o poder disciplinar trabalha a fim de que os indivíduos se enquadrem na norma. Os que se desviarem dela será submetido a procedimentos de correção, tratamento ou exclusão. Essa conjuntura faz com que predomine na composição social a presença de indivíduos submissos, que se sentem felizes por terem sido enquadrados como normais, sem sabe, no entanto, que essa subsunção foi decisiva para que ele se tornasse um ser governável. (ESTEVEES, 2016, p. 2-3)

Aos sujeitos considerados anormais é exigido um tipo de “remédio”, algo que os concerte, que os corrija, que os trate, mas que também os exclua.

A Sociedade Punitiva, livro de Michel Foucault, distingue dois aspectos referentes a exclusão. No primeiro ele mostra que essa exclusão aconteceu com

[...] delinquentes, minorias étnicas, religiosas e sexuais, a doentes mentais, indivíduos que ficaram fora do circuito de produção ou consumo, enfim a todos que possam ser considerados anormais ou desviantes. (FOUCAULT, 2015, p. 4).

Essa ideia de exclusão, segundo o autor, não foi em vão, pois proporcionou uma crítica à sociedade e a psicologia, tendo em vista que designar sujeitos desviantes mascarava as técnicas de poder vigentes na sociedade.

[...] a exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder, que a própria noção de exclusão não pode assistir por si só. Além disso, essa noção possibilita responsabilizar a sociedade em geral pelo mecanismo por meio do qual o excluído acaba excluído. (FOUCAULT, 2015, p.5).

Assim o que ele afirma é que não somente a sociedade exclui, mas os vários dispositivos de poder presentes nela. O poder é algo que está sempre entrelaçado em tudo, que circula, não é só possuído por uma pessoa ou outra, ele atravessa o sujeito.

Primeiramente poder é algo exercido em toda a sua espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo possuído por alguém, mas como algo que passa, se efetua, se exerce. [...] Ele é uma forma de enfrentamentos estratégicos instantâneos e continuamente renovados entre vários indivíduos. Evidentemente, nessa espécie de guerra geral através da qual se exerce o poder, há uma classe social que ocupa lugar privilegiado, e por isso pode impor sua estratégia, conseguir diversas vitórias[...]. (FOUCAULT, 2015, p.207-208).

Assim quando um delito é cometido

[...] a sociedade inteira é ferida em um de seus membros; o ódio ou crime ou o interesse pessoal produzem uma denúncia ou motivam uma queixa, o ministério público é avisado pelo ofendido ou despertado pelo clamor geral, constata-se o delito, colhem-se os indícios, verificam-se seus vestígios. É preciso que a ordem pública seja vingada. (FOUCAULT, 2015, p 42-43).

O aprisionamento de pessoas acontece em nossa sociedade por motivos excludentes e de controle social. O sistema penal quer, segundo Foucault (2015), controlar os indivíduos e reformá-los. E, por isso, em vez de punir simplesmente as infrações, pune indivíduos, virtualidades e qualidades.

5.1.1 Aprisionamento

Negros, desempregados, pobres, com pouca escolaridade (a maioria com o ensino fundamental incompleto) são a maior parte na população prisional. As leis são feitas para todos, mas só quem paga ao cumprir a pena por ter cometido um delito, parecem ser os menos favorecidos. Estes devem ser excluídos do sistema social vigente, que beneficia sempre a classe dominante. Para Foucault (2015) quando não se é capaz de pagar a multa, vai-se para a prisão.

5.1.1.2 Motivos que levam ao cárcere

O crime predominante que leva à prisão as mulheres no Brasil está relacionado, predominantemente, ao comércio de drogas. São mulheres que têm dificuldades em conseguir empregos, têm baixa escolaridade e acabam se ligando ao tráfico. Além disso, há o envolvimento com drogas através dos companheiros que, direta ou indiretamente, levaram essas mulheres ao cárcere.

Algumas são consumidoras de drogas, outras apenas trabalham para os maridos traficantes. Essa relação de funcionária do tráfico, ligada aos cônjuges, parece passar também por uma questão afetiva no sentido de que é uma exigência da relação ou uma prova de afeto para com o companheiro.

O uso do crack é descrito como prática comum nas escritas de si por mulheres em situação de privação de liberdade. O uso da droga traz alucinações, mania de perseguição entre outros sintomas. Quando falta a droga aparece a depressão,

ansiedade e agressividade, pois o corpo faz abstinência à substância. Por isso muitas encarceradas encontram-se em estado depressivo na prisão.

Em brigas com os companheiros, junto ao efeito do crack, muitas mulheres são levadas à atitudes extremas como matar. No relato de Bem me quer, há um discurso de não intenção de matar e ao mesmo tempo de ter cometido tal atitude por estar no efeito da droga ou na “loucura”. Após estes atos impensados vem a prisão.

Aconteceu que eu fiz uma coisa horrível, eu com as minhas loucuras e brigas com o meu marido comecei a ter alucinações por causa da droga! No dia 23 de setembro por volta das 8 e 30 da manhã, meu ex marido teria que sair pra trabalhar e ele se recusou a ir para o serviço. Começamos a brigar. Fiquei muito descontrolada com ele [...] ele queria me pôr pra fora de casa, sendo que quem ajudou a construir junto foi eu. Doida e furiosa com ele eu disse que iria colocar fogo na casa. Ele disse que eu não o faria, disse que era pra eu ir embora porque a casa era dele. E seguiu dormindo. Foi onde eu arranquei um pedaço do colchão e risquei o fósforo e botei em cima dele e na ponta da cama, daí começou a incendiar tudo. Tranquei a porta e asfixiei ele por 5 minutos, não quis matá-lo. (BEM ME QUER).

Atitudes como esta e, de acordo com as escritas de si, o “fundo do poço” é sempre adjetivado: uso de drogas, prostituição, vagar na rua, fumar crack, andar bêbada e depressiva são características que revelam o estado em que algumas mulheres chegaram antes do encarceramento. Fora do cárcere o “negócio era fazer festa e zoeira a noite inteira”. (DAMA DA NOITE).

Encarceradas, parece que surge um discurso ligado a consciência de que essa vida na “loucura” leva a perda da “liberdade” e ao sofrimento atrás das grades.

Essa vida, voltada às drogas e à prostituição, leva as mulheres a idas e vindas no cárcere, segundo seus relatos. A reincidência nas prisões é algo alarmante. Não parece haver ressocialização e, ao voltar para a sociedade, a maioria volta a praticar algum delito. A sociedade não recebe uma pessoa presa. Esta pessoa não tem oportunidade de emprego, sofre discriminação e, no caso das mulheres, muitas vezes não têm para onde voltar quando liberadas da prisão. Segundo Foucault (2015) o Crime é um ato que reativa de modo provisório, sem dúvida, e instantâneo a guerra de todos contra todos, ou seja, de um contra todos. O criminoso é o inimigo social.

Além de ser consideradas como inimigas sociais, as mulheres têm ainda que tentar resgatar os filhos que ficam em lares de passagem, com parentes ou vão para

a adoção. Parece ser diferente com os homens, que muitas vezes, quando recebem a liberdade têm casa, mulher e filhos à espera. Para ambos, a situação fora (e dentro) do cárcere, se mostra um pouco distinta.

A escrita de si proporciona pensar sobre as injustiças vividas e sofrimento por que passam dentro e fora do cárcere. Dama da noite coloca que as pessoas são mesquinhas e só pensam em si.

[...] todos nós somos filhos de Deus e somos iguais, o mundo lá fora pensa em si próprio, os mais grandes pisam nos pequenos sem dó nem piedade. Bom talvez eu tenha sido assim com as pessoas, hoje aqui, eu revejo o passado e fico intrigada com isso. O mundo dá tantas voltas né? (DAMA DA NOITE).

Existe uma percepção entre as mulheres presas que se está “pagando por algo” que foi realizado contra as regras da sociedade e que se não tiverem força, que poderão cair de novo no mesmo delito e no mesmo artigo. Segundo Foucault (2004), a detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chances de incorrer em delitos. Os condenados são em proporção considerável, antigos detentos. As mulheres, ao refletirem sobre as experiências vividas, demonstram em suas escritas de si, que percebem a possibilidade de reincidência.

5.1.1.3 O dia a dia no cárcere

A rotina no cárcere passa pela limpeza da cela, sol após o almoço, lavar roupas, ler e escrever. O pátio, segundo as mesmas, é tão pequeno que serve apenas para secar as toalhas de banho. Através desse espaço no pátio, que dá para a ala masculina, há a comunicação das mulheres com os homens no qual, através de gritos, é possível falar algumas palavras.

Algumas leem e passam a maior parte do tempo deitadas em beliches. Algumas gostam de jogar cartas e ver novelas na pequena televisão com a imagem quase invisível.

A alimentação tem horários definidos pela instituição como sete e meia, o café, meio dia, o almoço, e sete horas, a janta. Já o café proporcionado a tarde não possui horário fixo.

As mulheres descrevem o cárcere como um lugar horrível, relatam o sentimento de serem tratadas como “animais”. A preocupação da transferência para outro presídio é um assunto que anseia a todas, pois ficariam mais distantes da família e poderiam ir para presídios muito piores do que o que estão. A ansiedade pelo regime aberto torna o cárcere cada vez mais difícil de suportar, pensar na possibilidade de sair parece fazer com que o lugar se torne cada vez pior, segundo elas.

Noites em claro, saudades da família, sentimento de tristeza são relatos constantes no dia a dia do cárcere. Não importa o tipo de comportamento dentro da cela, há o relato de muita injustiça no local.

No sistema penal, existe uma vida à parte. como observado pelas mulheres presas. É uma instituição que subsidia uma vida horrível e difícil, em que há uma busca coletiva e individual de caminhos para a sobrevivência e uma busca constante para que os direitos humanos sejam atendidos. Quando uma pessoa é presa, apenas sua liberdade deveria ser retirada, como consta na lei.

Hoje vou contar a história do meu dia a dia aqui dentro desse lugar, bom não é nada fácil, umas pessoas são justas, outras injustas e não importa o grau de comportamento. Só sei que somos todos filhos de Deus, não importa o artigo que para muitos é inferior. Só eu sei o que passo nesse lugar[...] na maioria das vezes passo noites em claro, pensando nos meus problemas e longe das pessoas que amo, mas sigo em frente na minha jornada. (ROSA).

Apreender a ideia do cárcere é muito difícil, inicialmente para as mulheres encarceradas. Sentimentos de infelicidade, tristeza, solidão, arrependimentos e até depressão parecem constantes. Muitas dizem estar bem por fora e demolidas por dentro. Dama da Noite diz: “que lugar meu Deus, e eu aqui trancada que nem bicho, que horror, mas essa é a realidade eu não vejo a hora de ir embora desse lugar”. Quando dão voz as suas histórias sobre a vida no cárcere, algumas mulheres relatam que como ficam muito tempo presas, acabam acostumando com a vida encarcerada. O discurso de infelicidade parece diminuir um pouco com o passar do tempo.

Há relatos de um pouco de diversão num dia em que lavaram a cela e começaram a se jogar água, “mesmo sendo um lugar tão triste em alguns momentos foi possível sorrir”.

O dia de visitas é muito esperado durante toda a semana, e pode ser caracterizado por um dia bom ou um dia de ausências.

Depoimentos relacionados a questão da família são sempre presentes nas histórias de vida das mulheres encarceradas. A questão família surge como uma maneira de mostrar um pertencimento a um grupo ou algo que ainda resta fora do cárcere.

Sentimentos de alegria por aqueles filhos e outros parentes que comparecem nos dias de visita e sentimento de tristeza pelos que não vão visitar ou foram apenas uma vez. Saudade exacerbada daqueles filhos que se encontram no lar de passagem.

A convivência com a família é permitida em pequenas doses, com dia e hora marcados (muitos não comparecem nas visitas.). Segundo o relato das mulheres encarceradas, a distância da família e dos filhos é algo impossível de acostumar. Nota-se que a prisão pune essas mulheres com a falta da liberdade e concomitante a isso há uma sentença talvez percebida como ainda pior, a distância dos filhos. Nessa trajetória, além da distância, há um desconhecimento por parte dessas mulheres-mães sobre a situação em que se encontram seus filhos. Há que se pensar que, além de ser parte de um sistema familiar, a mulher é muitas vezes a única provedora da família, que se esfacela com a situação do encarceramento.

A ausência da família é uma realidade constante nos presídios em dia de visitação, muitas vezes pela omissão ou pelas circunstâncias da visitação. Existe muita burocracia nos dias de visita e isso pode colaborar para o distanciamento dos familiares.

Durante o período no cárcere, há possibilidades de saídas da prisão por alguns dias. As mulheres fazem pedidos para o Juiz e ele concede este induto, que geralmente acontece em datas especiais. Elas retornam para a sociedade pelos dias liberados e voltam ao cárcere no prazo estabelecido. Neste período, a maioria busca um companheiro e refletem sobre o futuro da sua vida afetiva.

Existem momentos em que algumas encarceradas começam a brigar, pois todas se encontram na única cela da parte feminina do presídio. Algumas preferem ficar quietas pois pensam que a sua liberdade vale mais que uma briguinta, pensam que o regime aberto está perto. As que “puxam” brigam são as que tem ainda muito

tempo na prisão. Para algumas mulheres, a vontade de reagir é acalmada pela vontade da liberdade.

Engravidar na prisão e cuidar dos filhos por um período curto é algo que acontece dentro das prisões. Porém, é um lugar que não apresenta estrutura nem para mãe muito menos para crianças. Mesmo com a lei vigente que diz que o sistema penitenciário deve ter berçários e a mãe tem o direito de amamentar até os seis meses, isso não acontece. Muitas mulheres estão em presídios mistos em que uma parte do presídio masculino foi destinada a elas. Não existe berçário. Nem mínimas condições para a maternidade.

Algumas encarceradas têm a possibilidade de trabalhar junto à secretaria da parte feminina do presídio de Jaguarão. Há relatos de que em alguns presídios, dentro do estado do RS, existe a possibilidade de trabalho e há uma certa amistosidade entre as presas indicando para as que ali chegam a maneira de fazer dinheiro dentro da penitenciária. Uma atividade praticada por elas era lavar as roupas dos homens sendo que o presídio em questão era misto. Nos presídios mistos e, em todos, mas se referindo a homens e mulheres no mesmo espaço arquitetônico há uma reprodução do que acontece na sociedade – uma reprodução dos papéis sociais, tal qual no modelo hegemônico familiar a mulher lava as roupas dos homens.

Na escrita de si, o entrar em contato com a própria história proporciona vários sentimentos, principalmente quando se escreve sobre a saudade da família. Vontade de chorar ou o próprio choro é inevitável. Por outro lado, a possibilidade de ter papel e caneta na mão proporcionou também a escrita de letras de música, jogos de stop, receita de uma toalha de crochê com os desenhos passo a passo. Algumas colocam fotos dos filhos e dos companheiros. Ao escreverem sobre suas histórias de vida também tiveram oportunidade de informação e lazer. Também possibilitou que escrevessem poesias reclamando da SUSEPE, da falta de guardas e dos castigos destinados para pessoas inocentes do cárcere.

Ao contar sua história de vida as mulheres tomam consciência de si e relatam que assumem sua cota de responsabilidades de atos e delitos praticados. Em suas narrativas, aparece a sensação de arrependimento, relato de comportamentos que antecederam a entrada no cárcere, ostentação, festas, drogas; aparece a fala da negligência com os filhos e o uso de droga paralelo aos cuidados com a casa e com as crianças.

A escrita de si se constrói através das trajetórias marcantes da vida e que foram trazidas pelas mulheres do cárcere através das narrativas de situações que não tinham percebido anteriormente.

5.1.1.4 Filme e leitura dentro da cela

Circulam no cárcere livros, a maioria espírita. Com a implementação deste trabalho houve a possibilidade dessas mulheres assistirem a um filme “Escritores da Liberdade” e lerem além dos livros que já tinham posse, os livros Diário de Anne Frank e o Pequeno Príncipe. Foi possível perceber o interesse por livros, após cada encontro do projeto, nos quais as mulheres solicitavam mais livros, pedindo a doação direta para elas e não para a biblioteca do presídio. Na biblioteca, devido às regras do presídio, só poderiam ir de tempo em tempo.

Muitas diziam que a pouca escolarização que tiveram fez com que ainda exista o desejo por aprender e estudar.

A maioria das mulheres investigadas relata que gostam mais de livros espíritas. Comentaram que o livro Diário de Ana Frank foi bom, mas muito triste. Sobre o Pequeno Príncipe não fizeram comentários em seus diários. Em meio a leituras, elas assistem um pouco de TV, tendo como programa preferido a “Malhação”.

Sobre o filme Escritores da Liberdade houve uma reflexão a respeito da dedicação ao trabalho. Houve a possibilidade de pensar que uma pessoa dedicada ao trabalho pode mudar a vida de outras pessoas socialmente desfavorecidas. E que tamanha dedicação, pode comprometer a vida pessoal do profissional. Teve posicionamentos contrários ao preconceito a partir da visualização deste filme. Foi abordado também que a força da luta em busca de algo e a capacidade de conseguir foi a mensagem deixada pelo filme. Algumas comentaram que no início do filme pensaram que a escola fosse um presídio. Foucault (2004) compara escolas e prisões no sentido arquitetônico e no sentido da possibilidade de um constante vigiar pela direção da instituição, o que permite um controle de todos.

Considerando a LEP e a Constituição Federal, lei vigente que garante o apoio educacional aos presos, o alto o índice de mulheres com o ensino fundamental incompleto, o interesse pela aprendizagem demonstrado pelas mulheres

encarceradas, se faz necessário a implantação de projetos educacionais voltados ao sistema prisional e de acordo com as suas características. Existem mulheres que em privação de liberdade são analfabetas, sendo mais um motivo para se pensar em uma educação prisional. Pensar em uma oferta educacional e profissional no sistema prisional é pensar também em diminuir a desocupação no cárcere, melhorar autoestima, empoderando essas mulheres e preparando para o retorno à sociedade com dignidade.

5.1.2 O impacto da violência e a falta de “liberdade” na saúde da mulher encarcerada

As mulheres privadas de liberdade chegam ao cárcere muitas vezes doentes e lá dentro podem adquirir outras doenças:

[...]o cárcere pode ser capaz de concentrar vários indivíduos portadores de doenças infectocontagiosas. As vulneráveis condições encontradas no interior das prisões, como sexo desprotegido, tatuagens em condições inseguras, baixa escolaridade compartilhamento de objetos e uso de drogas ilícitas são fatores de risco à saúde. Os presos possuem alto risco de infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV), Hepatites Virais (Be C), Hanseníase e Tuberculose. (TONO, HRACEMIV, GOMES, 2015, p. 156).

É importante ressaltar que a saúde nos presídios é garantida pela LEP e se este não tiver um médico disponível, o preso poderá ser levado a outro local para consultar.

5.1.2.1 Problemas de Saúde

Muitas mulheres chegam ao cárcere com problemas de saúde e lá apresentam vários sintomas e desenvolvem novas doenças.

Relatos de dores de cabeça, dores no corpo, dor de ouvido, dor de garganta, cólicas, insônia, fazem parte da rotina das mulheres encarceradas, além dos sintomas da depressão. Queixas de muita gripe, associado a uma grande quantidade de remédios.

O descontrole emocional muitas vezes segue dentro da cela. Muitas mulheres ficam em situação de abstinência e brigam com colegas de cela. Relatos de nervosismo, bipolaridade e ameaças de repetir o crime dentro da cela é comum.

O uso de medicamentos para a depressão, calmantes e anti-psicótico são de uso comum pelas mulheres que relatam que sem essas drogas entram em depressão, que sentem medo na calada da noite, sentem muita tristeza e falta dos filhos.

Violência física pré-cárcere são colocadas à tona no relato das mulheres que hoje estão presas. Sabe-se que a partir do momento que uma pessoa usa sua força para agredir fisicamente a outra, há uma série de sequelas pós-violência. Além das consequências psicológicas, há consequências físicas relatadas, que vão desde dores de cabeça constantes (devido a agressões nesta parte do corpo), até hematomas leves e graves. Muitas vezes esses traumatismos podem ser visíveis, ficando marcados no corpo da vítima.

A saudade dos filhos, segundo essas mulheres, leva a muita tristeza e a depressão, resultando num sentimento de adoecimento.

Melancolia, depressão entre outras psicopatologias são encontradas nas mulheres encarceradas, porém, muitas têm história de uso de drogas, álcool e medicação mesmo antes do cárcere. A maioria tem história de violência pré-cárcere. Assim, a prisão, pode gerar mais problemas psicológicos e muito graves que parecem se agravar com o tempo.

Em meio a leituras e ao silêncio no cárcere, muitas vezes alguém passa mal. Quando tudo se acalma, a leitura muda. Deixam a leitura da literatura diária e pegam a bíblia, atrelado a isso há a ingestão do diazepam para poder dormir.

Nesse momento, também há um apelo à Deus para a possibilidade de melhorar das doenças.

5.1.2.2 Violência

As relações intrafamiliares em que viviam as mulheres encarceradas na sua infância foram marcadas por situações de vários tipos de violência. Num local onde deveria haver segurança e afeto, essas mulheres se desenvolveram em meio a relações abusivas, doentias, punitivas, permeada por uso de drogas, as quais parecem ter impedido o desenvolvimento de uma infância saudável. Assim, com a chegada da adolescência, elas relatam que houve a repetição da violência.

Nunca tive uma adolescência digna! Sofri bastante nas mãos do meu ex marido. Ele me prendia para eu não enxergar a vida lá fora. Me sentia como hoje, uma adulta presa. Via sangue e briga toda hora, muita violência. São coisas que não era pra mim enxergar. (VITÓRIA RÉGIA).

A história de vida destas mulheres traz consigo o abuso dentro do lar. Paralelamente a essas situações de abuso sexual, aparece o desamparo materno, negligência e ocultação da situação por parte da mãe.

[..]minha mãe se envolveu com um cara...ele começou a bater na minha mãe e com o tempo em mim e na N. também colocava nós a pedir nas ruas coisas pra comer, se nós chegasse em casa com as mãos vazias ele nos batia até mesmo com relho. Minha mãe falava que não separava dele porque não tinha pra onde ir com nós. Começamos a apanhar dia e noite, se minha mãe se metesse ela apanhava também, ele me dava com um cabo de vassoura na cabeça, muitas vezes com as mãos que criavam caroços... (DAMA DA NOITE).

Aos cinco ou seis anos, já há um bom entendimento pela criança do que está acontecendo consigo e com os outros. É a idade em que consegue perceber, ser envolvida e até correr riscos em famílias violentas. Inclusive é capaz de testemunhar a favor ou contra um dos pais. Elas costumam ouvir ou assistir cenas de violência doméstica. Algumas conseguem buscar ajuda com terceiros. Outras se isolam ou se tornam agressivas. Algumas crianças conseguem pedir ajuda para vizinhos, no caso de violência física, outras por temer mais violência, se calam.

O número de crianças que passam por violência na infância é muito grande e na história de vida das mulheres encarceradas é possível afirmar que todas passaram por algum tipo de violência seja física, sexual ou psicológica. O espaço dos maus

tratos começa bem no início da infância e se perpetua na adolescência quando as mulheres já estão com os companheiros que são, muitas vezes, os agressores.

Espancamento por marido alcoolizado, em meio ao enclausuramento dentro de casa para a família não ver os hematomas, são fatos relatados na escrita de si das encarceradas. Segundo Bem me quer

[...] aos 17 anos engravidei da minha primeira filha. O pai dela saia para beber. Chegava bêbado. Me espancava e saia para me trair com as outras. Me trancava dentro de casa para minha família não ver eu machucada. Eu não falava nada para a minha família, depois de alguns meses ganhei minha primeira filha que hoje tem 16 anos, logo que ela nasceu desci me separar, mas foi pior ainda, ele não aceitava a separação[...]

Após situações de abuso sexual, nas histórias de vida relacionadas à infância das mulheres que hoje estão no cárcere, aparece muito sofrimento, principalmente por ser uma situação que, por medo, se guarda calado.

[...]eu sofri abuso pelo meu padrasto, só não foi mais além porque eu chorei e gritei muito. Nós morávamos pra campanha, nesse dia minha mãe não estava. Não vou detalhar as cenas que aquele nojento fez comigo porque cada vez que me lembro eu tenho nojo e ódio por tudo que eu passei. Eu protegia as minhas irmãs para aquele nojento não tocar nelas como fez comigo. (DAMA DA NOITE).

Quando há uma tentativa de confessar o abuso à mãe ou a outros familiares, há um desprezo da situação, gerando sentimentos de raiva, ódio, nojo...

[...] um dia meu pai me encontrou chorando e sentou do meu lado para conversar, acabei contando pra ele (sobre o abuso), nunca vi meu pai tão furioso, chamou minha mãe, mas ela não acreditou em mim, meu pai ficou mais furioso ainda e disse que da casa dele não iríamos sair. Bom, minha mãe creio que começou a me odiar. (DAMA DA NOITE).

Sendo assim, na trajetória de vida de mulheres no pré-cárcere há uma repetição da violência em várias fases da vida. A saída de casa precoce e um casamento também prematuro aos doze ou treze anos de idade, está presente na

história de vida de algumas dessas mulheres, que necessitaram, nesta faixa etária, fugir do ambiente familiar, negligente, violento e vulnerável. Há relatos de situações de violência física com os companheiros.

Nessa trajetória de vida, o processo de encarceramento aparece mais de uma vez na vida das mulheres. As vivências da infância em meio a situações de violência e de prisões (por parte do pai e outros familiares) parece ficar de exemplo para os filhos, (além da continuidade da situação de vulnerabilidade) que em tempos posteriores também são levados ao cárcere. Ou seja, uma história de vida em meio a violência que reproduz violência, pois algumas mulheres reproduziram essa situação na idade adulta, inclusive sendo o motivo do cárcere, o estupro.

Ademais, sabe-se que a reprodução destes atos ocorre de maneira habitual na medida em que o contexto refletido na atualidade apresenta contingências que levam o sujeito violentado a relembrar situações antecedentes que propiciaram um comportamento violento contra ele, fazendo o agir da mesma maneira a fim de obter as consequências controladoras do ato agressivo. (TONO, HRACEMIV, GOMES, 2015, p. 37).

As situações de violência vividas, são as experiências charneiras que parecem ser as mais sofridas, as mais difíceis de lembrar e ser relatadas pelas mulheres do cárcere.

5.1.2.3 Falta da liberdade

A palavra liberdade é utilizada no relato das apenadas no sentido de estar fora do cárcere. Sabe-se que o sentido da palavra liberdade vai além deste, mais comum, usado por elas.

Para Foucault, o sujeito é sempre um objeto histórico, resultado da história e assujeitado às técnicas de poder vigentes em nossa sociedade. Assim, aos sujeitos é permitido resistir ou desobedecer a esse poder vigente em pequenas “brechas” diárias que se abrem nas relações de poder existentes.

A liberdade é a possibilidade então de romper com o que está estabelecido e que “deve” ser seguido por todos. Esse rompimento aconteceria em espaços muito pequenos, configurando a liberdade total como algo muito difícil de ser alcançado.

Segundo Esteves (2016) a teoria de Foucault põe em cheque o projeto moderno de autonomia do ser humano, demonstrando que o desenvolvimento das disciplinas o transformou num animal dócil e domesticado.

Para Foucault é através dos pequenos espaços em que o poder esmorece, e através de resistências diárias é possível em alguns momentos ter sujeitos livres, pois na maioria das vezes ele se constitui por assujeitamento.

Aponto que este trabalho parte dos estudos narrativos e que este objetiva empoderar os sujeitos para que consigam produzir em suas vidas as brechas. A narrativa mostra a posição do sujeito em relação a construção de uma trama, acreditando que ao tomar consciência de sua própria história, ao dar sentido à suas vivências através das narrativas de si há uma possibilidade emancipatória.

A metodologia das histórias de vidas e a perspectiva foucaultiana tem várias incompatibilidades, principalmente no que se refere a constituição do sujeito. Porém a opção por Foucault se deu no sentido de refletir sobre a prisão na sociedade contemporânea, uma sociedade punitiva.

Aproximações podem ser feitas no sentido de que o empoderamento pode ser compreendido como a construção de brechas no interior do sistema, caracterizando-se como resistências diárias.

Voltando ao sentido da falta da “liberdade” por estar encarcerada, ao descumprir a lei, as mulheres vão para a penitenciária e segundo essas leis elas devem perder a “liberdade”. No cárcere, elas sentem muita falta dessa “liberdade”, e algumas que cumprem uma parte da pena são soltas, e depois de um tempo voltam ao cárcere para cumprir o restante da pena.

No cárcere, as presas não perdem só a “liberdade”, pois são submetidas a outras situações de carência como falta de assistência à saúde, educação... Muitas parecem se arrependem dos delitos que cometeram após serem inseridas no cárcere.

Fico pensando porque eu não pensei na minha filha antes de vender drogas, se ela é a minha razão de viver, mas eu tive que cair aqui para aprender a dar valor a minha família e principalmente para a minha vida. (COMIGO NINGUÉM PODE).

Ao mesmo tempo que colocam em atos considerados errados pela sociedade, atos criminosos um sentido de afastamento de Deus, há em seu relato uma percepção de que foi por decisão própria que jogaram a “liberdade” fora. Isso traz consigo um sentimento de muita tristeza, saudade da família e da liberdade que ficou para trás. Não há qualquer reconhecimento de que o funcionamento da sociedade possa ter influência nas opções que tiveram até ali.

Saudades do trabalho, e de pequenos momentos do dia a dia como o preparo de um bom almoço para os filhos e um bolo para o café da tarde é o retrato pintado por elas como arrependimento e a valorização de pequenos momentos em família que parecem ter surgido apenas após o cárcere.

5.2-FAMÍLIA

As mulheres encarceradas são oriundas de família socioeconomicamente desfavorecidas, nas quais na maioria das vezes houve a ausência do pai e a presença de padrasto.

São famílias em situação de vulnerabilidade e marcadas pela violência, violência não só física, mas no sentido de terem seus direitos de cidadãos violados. São famílias que convivem com a marginalização e por fim o encarceramento de um ou mais de um de seus membros.

A situação de vulnerabilidade, pobreza, desemprego e violência características estas que marcaram a infância das mulheres encarceradas se repete ao longo da construção da sua própria família. O desamparo que sofreram na infância pelos pais, também foram proporcionados aos filhos quando no papel de mães.

5.2.1 A infância das mulheres encarceradas e a relação materna e paterna

Falar sobre a infância das mulheres apenas é falar de uma infância com significado diferente do que este período do desenvolvimento humano se compõe, em sua representação hegemônica. O período da infância, compreendido como o período

entre o nascimento e a puberdade, é o período em que há grande desenvolvimento físico-motor, intelectual, social, afetivo e emocional. Assim, a partir dessas aprendizagens, do conjunto de suas vivências e das relações sociais é que a criança vai desenvolvendo e construindo seu mundo interno.

Mulheres apenas tiveram uma infância marcada pela vulnerabilidade social, muitos abusos sexuais, físicos, emocionais, além do trabalho infantil. Muitas colocam que não tiveram infância nem brinquedos. O desenvolvimento físico-motor, intelectual, afetivo, emocional e social foram truncados pela violência e situação de vulnerabilidade.

Algumas mães das mulheres apenas, foram mães submissas e descuidadas com suas filhas perante as situações de violência entre outras situações vulneráveis da vida. São mães que criaram seus filhos em situação de exclusão social, econômica e cultural. Muitas ocultaram e negligenciam as situações de abuso sofridas pelos filhos. Ao mesmo tempo no pós- cárcere muitas mães são as únicas visitas das filhas.

Segundo relatos, a ausência de amparo familiar em situações difíceis (como num período de doença) leva a sensação de solidão diante das dificuldades do mundo. Em situações assim, seus relatos configuram a figura da mãe como aniquiladora e negligente.

5.2.2 O pai

A convivência paterna aconteceu mais com padrastos do que com pais. Algumas relatam que os pais foram presos ou que não conheceram seus pais. Algumas tiveram a figura do avô como representante paterno.

Nas trajetórias de vida das mulheres que hoje se encontram no cárcere há um constante sumiço dos papéis familiares, aparecendo o relato de que outras figuras da família que exerceram o papel de pai de mãe.

Em algumas das famílias em situação de vulnerabilidade social, encontra-se relatos de presença de relações incestuosas ou de promiscuidade. Na experiência de vida da Bem me quer, o pai se relacionava com a tia e com a mãe e teve filhos com ambas. Assim ela teve irmãos que eram também primos.

Difícil uma criança entender o relacionamento abusivo do pai com a sua mãe. Ela relata ter sido difícil compreender como o pai se relacionava com a mãe e a tia ao mesmo tempo. Em meio a tudo isso muitas brigas. Difícil era entender que ao invés de conselhos, carinho e afeto o pai só fazia brigar e machucar as pessoas que estavam ao seu redor.

5.2.3 A mãe

A reconstituição familiar na infância, com mudanças de acordo com a troca de companheiros da mãe, é muito comum no relato das mulheres encarceradas.

Algumas mulheres em sua experiência de vida falam da proximidade com a mãe e da distância do pai, ausente, por estar sempre preso.

Bem me quer relata que teve uma mãe forte, que sempre trabalhou e nunca deixou os filhos passarem dificuldades, fome ou frio. “Uma pessoa abençoada por Deus”.

Mas o relato da maioria é bem diferente da história de Bem- me- quer.

Em muitas destas infâncias com situações abusivas de violência, as crianças foram levadas para outros membros da família para se desenvolverem. Em outros lares, muitas vezes, após a saída de casa em idade precoce, houve um retorno à família de origem, já acompanhada de uma gravidez ou na companhia de filhos. Esse retorno se dá muitas vezes para satisfazer a vontade de outros membros da família como os avós.

Ressalta-se que algumas mulheres deste estudo tiveram mães que buscaram orientá-las frente as dificuldades da vida. Porém as mulheres colocam que nunca deram ouvidos. Parece que as mães conviveram com passividade a situações do uso de drogas e prostituição das filhas sem conseguir modificar a situação.

A submissão materna perante os diversos tipos de violência é um fato que marca a infância de cada mulher encarcerada. Essa violência sofrida na infância parece estar recente na memória de cada uma delas. Cabe ressaltar que, além da negligência da figura materna, houve também negligência pelas instituições sociais da época, que deveriam prover a proteção à infância e adolescência.

Na situação do encarceramento e no dia de visitas, as mães levam as presas, material de higiene, roupas e coisas para comer. As mulheres demonstram um posicionamento de desvalorização materna antes do cárcere e valorização pós-cárcere.

Ao dar voz para as suas histórias de vida as mulheres abordam que na sua infância, suas mães foram mulheres que não cumpriram sua função adequadamente. Foram figuras que não reconheceram a criança como um ser que primordialmente precisa da mãe. Criança, necessita de alimentos, cuidados, mas também de amor e carinho como amparo afetivo. Ela necessita da mãe para atender suas dificuldades. Fica claro que são vidas geradas, mas a maternidade não é garantida no sentido pleno da palavra. As mulheres relatam não encontrar um olhar materno verdadeiro e sim um olhar desviante da genitora aos apelos dos filhos. O que se observa é que essa falta de afeto na infância gera marcas para o resto da vida. Assim, a partir de tanta negligência, aparece um desejo de ter alguém como uma madrasta por exemplo, para tomar o lugar materno.

5.2.3.1 A mulher encarcerada e seu papel de mãe

A maioria das mulheres encarceradas são mães, mães de muitos filhos. A experiência da maternidade é lembrada por elas, em suas histórias de vida, como aquela mais relevante e feliz. Mulheres que enfrentaram a maternidade muito jovens com doze, treze, anos de idade. Devido a um histórico de família em situação de vulnerabilidade e de violência, muitas saíram cedo de casa e constituíram outra família. Nesse sentido, com pouca autonomia financeira, ou seja, com baixa renda, com companheiros violentos, com muitos dos seus direitos violados, com más condições de vida, surgiu a proximidade com o crime.

Estou longe da minha família, da minha filha, não estou do lado dela quando ela se machuca ou está doente, escrevendo isso me dá vontade de chorar, mas infelizmente essa foi a única coisa que me fez parar e refletir na minha vida, na rua eu pensava só em ostentar, fazer jantas, comprar cerveja, bebidas, vinho, ir para festa. Em casa, eu acordava, limpava a casa e fumava maconha o dia inteiro, não cuidava da minha filha direito, comia nos horários errados, dormia muito, se

arrependimento matasse eu estaria morta[...] (COMIGO NINGUÉM PODE).

O valor dado aos filhos é demonstrado pelas mulheres após a entrada no cárcere, devido à distância, a saudade e a possibilidade de adoção dos progenitores, provocada pelo encarceramento.

A ausência só de características negativas sobre si as vezes aparece, ou a busca por algo de bom do seu comportamento, surge como uma forma de reflexão.

Tem muitas mulheres que querem ter filhos, mas não podem e eu aqui posso ter, tenho uma filha, mas não dei valor, agora eu tenho que cumprir, o que tenho pra cumprir aqui, para depois eu recomeçar a minha vida do zero. (COMIGO NINGUÉM PODE)

Pensar que muitas mulheres queriam ter filhos e não podem e elas tiveram a oportunidade da maternidade e jogaram fora é uma reflexão constante.

5.2.3.2 A distância dos filhos pós- cárcere

A punição para as mulheres encarceradas, vem maior do que deveria, no sentido de que ficam longe dos filhos, muitas não conseguem saber notícias e quando conseguem ficam sabendo que eles estão na casa de passagem ou foram adotados. Quando saem da prisão é muito difícil retomar à vida junto das crianças que ficaram na casa de passagem, alguns vão para a adoção parecendo impossível o resgate.

[...] não sei o porquê mas fiquei oito meses na prisão e me soltaram. Aí eu vi que meu mundo ia acabar. Fui pegar as minhas filhas que tinham ficado numa casa de passagem na minha cidade, quando cheguei lá, elas me disseram que eu não poderia pegar as minhas filhas, que tinha que ser aos poucos. Disseram que elas eu tinha que ter acompanhamento psicológico, eu concordei porque achei que era normas da casa. Então pegava elas aos finais de semana e devolvia no domingo. (ORQUÍDEA).

Quando uma mulher é retirada da sociedade, mantendo-se afastada do convívio social e privada da sua liberdade, ela perde também o tempo da maternidade. A maioria dessas mulheres são mães de crianças pequenas, menores de 18 anos. Muitas crianças vão para a casa de passagem e algumas para a adoção. Essas mulheres-mães pagam a pena em dose dupla. E quando tentam recuperar seus filhos, após terem cumprido a pena, ou parte dela, têm muitas dificuldades em ter os filhos de volta. Além disso, há o relato de que os filhos sofrem vários tipos de violência nas casas de passagem.

[...] minhas filhas faziam de tudo para não voltar para a casa de passagem, eu perguntei o que estava acontecendo, que elas estavam muito diferentes. Elas respondiam que não era nada. Conversei com a senhora que cuidava delas na casa de passagem e ela disse que era normal, porque eu tinha passado oito meses longe delas[...] falei com a psicóloga a respeito do comportamento delas e a resposta que recebi foi “ a senhora tava presa e tá muito sensível, em breve vocês estarão juntas”. No natal, minhas filhas foram passar comigo e o delegado apareceu na minha casa. Descobri que minhas filhas de 9 e 10 anos eram obrigadas a fazer sexo com um guri da casa de passagem que obrigava elas a fazer. (ORQUÍDEA)

Após a saída do cárcere, é possível perceber que há outras prisões além dos muros e grades, pois a distância dos filhos continua, as crianças estão na casa de passagem, não tem permissão para voltar para casa em seguida e muitas vezes sofrem violência dentro destas casas que deveria ser um lugar de proteção.

Quando chegam notícias dos filhos no cárcere, relatando que os mesmos estão doentes, bate um arrependimento grande, pela distância, pelo delito cometido, por estarem naquele lugar, encarceradas. Muitas vezes, quando os filhos são muito pequenos e são afastados das mães, ao vê-las nas audiências ou nas visitas a criança não as reconhece. Assim, há um relato de enorme sofrimento por parte das mães do cárcere.

Muitas destas mulheres lamentam-se por perder as primeiras palavras dos filhos, os primeiros passos, aniversários, entre outros acontecimentos. Algumas pedem ao juiz liberação para ver apresentações artísticas, desfiles de 7 de setembro, entre outros eventos.

Ao se tornarem encarceradas, as mulheres ficam longe dos filhos e perdem o contato com os mesmos. Ficam esperando a permissão do juiz para poder vê-los.

Muitas crianças, filhas de mães presas, são levadas ao lar de passagem e algumas conduzidas para a adoção. O processo de encarceramento leva a interrupção da relação materna com os filhos e o risco de perder a sua guarda.

A escrita de si promove reflexões, proporciona um pensar sobre a história de vida até o dia atual e oportuniza projeções futuras. “Não pretendo nunca mais usar nenhuma droga, antes de fazer algo de errado vou pensar mil vezes na minha filha amada, antes de cometer qualquer coisa”. (COMINGO NINGUÉM PODE).

O fato de não ter pensado nos filhos antes do cárcere vem à tona em muitas narrativas de si: “[...] fico pensado porque eu não pensei na minha filha antes de vender drogas, se ela é minha razão de viver” (COMIGO NINGUÉM PODE). Isso mostra a escrita de si como algo que faz refletir sobre o delito cometido. Parece que valorizar os filhos, a família e a vida acontece pós-cárcere. Há na fala das mulheres encarceradas um arrependimento por não ter cumprido com os “deveres de uma mulher”, por não ter cumprido os deveres de uma mãe presente na vida dos filhos.

Este reconhecimento aparece desprovido de uma crítica social, de um perceber as oportunidades que tiveram ou deixaram de ter para construir algo diferente do que foi construído.

Em datas de aniversários dos parentes e principalmente dos filhos, as mulheres oram por quem está fora das grades.

Ao sair da prisão, além de muitas vezes não ter para onde ir, nem para onde voltar, fora a discriminação que sofre pela sociedade, as mulheres precisam resgatar seus filhos. A maioria das mulheres encarceradas tem um número bastante grande de filhos e até reunir todos não é fácil. Precisa provar para a justiça que tem residência fixa, emprego e condições de criá-los. Ao chegar no lar de Passagem para pegar os filhos, elas relatam receber a notícia de que não podem leva-los, que é necessário acompanhamento pelas psicólogas e assistentes sociais.

Quando os filhos são levados ao lar de passagem, em função da situação em que as mães se encontram, e a justiça entende que não há nenhum familiar com competência de ficar com a criança, a mesma é destituída daquela família, e da mãe, sendo assim levada para a adoção.

[...] meu filho lindo, minha paixão que eu amo tanto do fundo do meu coração, uma saudade imensa eu sinto dele, pois sai dia 7 de setembro e descobri que ele havia sido adotado, só Deus sabe o que

eu senti e sinto, é mais forte do que eu o que sinto por ele. (DAMA DA NOITE).

A casa de passagem deveria ser um lugar de proteção à infância e adolescência. Convencer uma criança ao ato sexual através de violência ou ameaça são acontecimentos que vêm ocorrendo nas casas de passagem, sejam com funcionários ou com os próprios adolescentes da casa.

Em período de indulto ou quando saem do presídio pelo fato de já terem cumprido a pena é muito comum as mães descobrirem que seus filhos foram violentados ou adotados. É mais uma dor, uma perda para quem já perdeu a liberdade, o respeito das pessoas e da sociedade.

5.3 UM ESTADO DE FELICIDADE COMO META DE VIDA

De acordo com a história de vida das mulheres no cárcere, pode-se perceber que aquilo que buscavam como estado de prazer e satisfação de vida não é o mesmo apontado no presente. O sentido do que é ser feliz e as expectativas para encontrar a felicidade foi se modificando ao longo da vida delas.

Relatos de festa, drogas e baladas parecia ser o que deixava essas mulheres felizes.

[...] Assim, a busca da felicidade para si é quase sempre associada, mais ou menos explicitamente, à busca da felicidade coletiva. Nesse caminhar, somos levados a procurar as causas de nossos sofrimentos e de nossas divulgações tanto no nosso meio social como nas nossas dificuldades psicoafetivas e nas nossas falhas pessoais. (JOSSO 2010, p. 118).

Hoje conforme contam, a busca da felicidade está atrelada à liberdade, ao estar com os filhos, estar ao lado de um companheiro que amem, ter uma casa e um trabalho digno.

5.3.1. Ontem, Hoje e Amanhã

A medida que as mulheres encarceradas vão narrando suas vidas, organizando os fatos vividos, o tempo vai se configurando. Percebe-se o tempo da infância, o tempo da adolescência misturado ao da idade adulta, o tempo perdido, o tempo que está por vir...

Uma das mulheres comentou, em um dos encontros, que percebeu que tinha chegado na idade adulta quando se deparou com a situação de cárcere. Pela sua idade cronológica (18 anos), poderíamos dizer que ainda está na adolescência. É a percepção do tempo que passou e do tempo presente. “[...] o que é interpretado e considerado no agora- é o que chamamos de tempo”. (RICOEUR, 1994, p.100).

Há um processo reflexivo quando experiências vão sendo contadas e uma projeção do futuro atrelada a fé, que na maioria das vezes foi desencadeada pós-cárcere.

5.3.1.1 O TEMPO

A situação de encarceramento fez com que as mulheres perdessem sua “liberdade” e seu tempo.

[...] a prisão é o sistema que substitui todas as variáveis previstas nos outros modelos pela variável tempo. Assim como o salário retribui o tempo durante o qual a força de trabalho foi comprada de alguém, a pena responde à infração não em termos de recuperação ou ajustamento exato, mas em termos de quantidade de tempo de liberdade. (FOUCAULT 2015, p. 65).

Da mesma forma que uma pessoa tem o seu tempo retribuído através de um salário, o tempo é retirado da pessoa como pena para o delito cometido. “[...] o tempo que resta para viver é aquilo que a sociedade vai apropriar para punir o indivíduo”. (FOUCAULT, 2015, p. 66).

A percepção da passagem do tempo acontece de forma diferenciada na experiência do cárcere. As mulheres passam a maior parte do tempo deitadas, sem

fazer nada, o ócio é o companheiro de cada uma. O tempo parece passar de forma muito devagar.

Não há uma política efetiva que proponha atividades na rotina (de estudo, lazer, oficinas de artesanato.) dentro do cárcere, o que seria uma forma de aprendizagem, de ocupação, de esquecimento temporário da situação vivida e uma forma de “acelerar” a passagem do tempo.

A compreensão do tempo no cárcere, através dos relatos de vidas encarceradas, mostra que os dias passam muito devagar no local, os anos parecem uma eternidade. As horas não passam. Essa é a realidade das mulheres presas, pois ficam sem atividade nenhuma, exceto as de visita de uma pastora religiosa.

O tempo no cárcere deveria ser usado para reflexão, compreensão, organização da experiência vivida, tendo em vista uma possibilidade emancipatória futura. Para isso seria necessário que o tempo não ficasse em vão, fosse ocupado por atividades que levassem a essa perspectiva futura.

Nesse sentido, percebe-se a diferença entre a parte masculina e feminina dos presídios mistos. Pois as mulheres, não tem atividade alguma, os homens têm mais oportunidades de trabalho, lazer (como o futebol), artesanato e um espaço arquitetônico adequado para estas atividades.

A educação prisional deveria ser uma constante possibilidade nos presídios tendo em vista a lei vigente e como uma forma de resgatar o tempo que está sendo perdido no cárcere. Se observamos a LEP seção V – Da Assistência Educacional, podemos perceber a distância que a lei se encontra da prática do sistema prisional.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O sistema prisional está em desconformidade com a LEP, não estando de acordo com os artigos acima abordados.

Segundo as narrativas de vida das mulheres encarceradas há quase sempre um tempo de prisão e um retorno a ela.

A promessa de pensar na família e não chegar mais perto das drogas, nem para uso, nem para venda é uma perspectiva de muitas presas. Elas pensam em construir novas trajetórias ao sair do cárcere. Porém, muitas delas acabam voltando...

5.3.1.2 LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA

No início de cada mudança, de cada reconstituição familiar, tudo eram rosas, após, vieram os espinhos marcados por situações de violência física, sexual e psicológica.

Poucas lembranças da escola aparecem nos relatos das mulheres aprisionadas. Nos relatos, a escola era um local em que havia um sentimento de não pertencimento, de isolamento, a preferência era o fundo da sala. Lembrança boa da escola era apenas a satisfação por poder estar perto dos irmãos.

A vontade de ser criança relatada pelas mulheres, está ligada a alegria de brincar, aos sonhos e a certeza de realizá-los. A fase adulta para as mulheres que vivem no cárcere traz a sensação de sonhos perdidos e medo de si mesma.

5.3.1.3 FUTURO

A projeção de um tempo feliz pelas mulheres do cárcere se dá através de pensamentos sobre conseguir um trabalho, a obtenção da casa própria, a recuperação dos filhos e o encontro de um relacionamento feliz que seja um apoio para as adversidades da vida. Almejam esquecer o tempo vivido no cárcere. Algumas querem voltar a estudar e não deixar de frequentar a igreja.

Como autoras de sua própria história, como resultado dessa experiência vivida no cárcere, as pretensões futuras que acompanham as mulheres são retomar os estudos, ter a casa própria e, após a estabilidade, ter outro filho. A vontade de ter outros filhos vem para suprir o lamento de ter os filhos anteriores destituídos do poder familiar e adotados por outras famílias.

Recomeçar a vida fora do cárcere é o desejo das mulheres encarceradas, sem ficar devendo nada para o “juiz”. Recomeçar sem se afastar de Deus é o que almejam, pois muitas se culpam de ter cometido delitos pelo afastamento da religião.

Ao sair do cárcere, as mulheres têm uma grande luta para o recomeço, muitas não sabem onde estão os filhos, não conseguem emprego e têm que provar para a justiça que têm um trabalho digno e ainda conseguir um lar para poder estar/resgatar os filhos.

A escrita de si leva a reflexão sobre as experiências vividas e a partir daí uma ideia de projeção para o futuro. A partir das histórias vividas e da reflexão feita, ao escrever, as pessoas se reafirmam e criam histórias novas para o futuro. O desejo maior entre as mulheres no cárcere é “retornar ao lar de cabeça erguida, ficar ao lado dos filhos e com a força de Deus, ficar longe das coisas ruins.

Tive que cair aqui também para conhecer a palavra de Deus porque lá na rua eu nunca ia pegar uma bíblia pra ler e eu ia continuar vendendo cocaína, essa maldita droga e a “gula” do dinheiro. Hoje posso dizer que sem Deus do meu lado não sou nada. (COMIGO NINGUÉM PODE).

Algumas decisões sobre o futuro são narradas pelas mulheres encarceradas, como terminar o casamento. Planos futuros relativos à vida pessoal parecem dar força para enfrentar a situação de aprisionamento. A vontade de sair e viver com um companheiro buscar a felicidade são expressas nas histórias de vida das mulheres encarceradas. Algumas escolhas futuras são feitas dentro da cela, algumas decisões

são tomadas como a de permanecer na cidade de Jaguarão, depois da saída da prisão.

Relatos de introspecção e sensação de fraqueza frente aos desafios mundanos. Queixas de terem confiado em pessoas erradas como justificativa para essa introspecção e essa fraqueza. Posicionamento de no futuro tentar viver na realidade saindo dos sonhos e ilusões.

Após pensar sobre a sua própria história, refletir sobre a experiência vivida, volta-se o pensar para uma sistematização projetiva do futuro. Após, e concomitante ao sofrimento, há um projeto de um futuro associado ao bem-estar, uma busca pela felicidade. Isso envolve a valorização dos filhos e da família, um trabalho honesto, a busca da casa própria e a busca de um amor.

Cuidar da família, do marido, da mãe e se batizar são projetos futuros que resultam das reflexões de si a partir da escrita.

Vontade de sair do sistema prisional, realizar os sonhos e participar apenas de coisa boas, ficar ao lado de quem gosta, filhos e o companheiro são as pretensões futuras das mulheres encarceradas. Construir uma família, ter o filho que está na barriga (gravidez na prisão), mudar de vida e recuperar o tempo perdido.

É imprescindível que diante dos argumentos expostos se possa pensar que a sociedade em que vivemos é discriminatória, principalmente com condenados que, sofrem preconceitos por outros sujeitos pelos atos cometidos. Essa discriminação acontece no âmbito dos indivíduos e das instituições. É um pré-julgamento que não passa pela experiência, ou seja, um indivíduo encarcerado ou que já esteve no sistema prisional é evitado por esse fato. Não há uma experiência com ele, seja de amizade, emprego ou qualquer tipo de relação. Essas pessoas sofrem discriminação pelo fato de se contraporem ao que é determinado pela cultura dominante da nossa sociedade.

5.3.1.4 RELIGIÃO

A assistência religiosa aos presos é prevista em lei no Artigo 24, Seção VII da LEP e permite além de assistir aos projetos de cunho religioso, ter em mãos livros religiosos dentro do cárcere.

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos. 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

No presídio em que este estudo se desenvolveu existe a visita de uma pastora evangélica.

A fé parece ter sido assumida pós-cárcere pelas mulheres e colocam nela ou na falta dela todos os acontecimentos e experiências vividas.

A fé é colocada na frente como aquela que enfrenta o mal que poderá atingir a pessoa. O destino, é colocado como que um caminho que já foi escrito e agora o momento é de cumpri-lo.

Cair nas dores e aflições do mundo está ligada a felicidade do “Satanás” que, da mesma forma que o afastamento de Deus, influenciou os delitos praticados. Os delitos também são justificados pela falta de obediência aos pais, falta da leitura da bíblia e falta de fé.

Em momentos de oração há relatos de muito choro, lembrança dos filhos, sentimento de tristeza e impossibilidade de estar e saber onde e com quem os filhos estão. Há lembranças dos filhos que foram adotados e um sentimento de impedimento, incapacidade e falta de apoio.

Eu oro todos os dias, pedindo a Deus que me leve de volta para o lado da minha filha, faz quase três meses que eu não vejo ela, estou morrendo de saudades dela, se Deus quiser em março de 2017 eu vou poder trabalhar, ajudar minha família que está passando uma fase difícil com pouco dinheiro. (COMIGO NINGUÉM PODE).

No decorrer da história as pessoas sempre buscaram a religião para explicar tudo. Num momento muito difícil como a entrada no cárcere, em que a razão já não explica nada, a oração e pedidos a Deus é uma constante. Pedidos por saúde, pela distância do mal, além de agradecimentos, também fazem parte.

Não raro nas histórias de vida de mulheres encarceradas é a descoberta da fé pós- cárcere. Palavras e vontade de seguir o caminho de Deus junto aos familiares na

saída do cárcere. Nas escritas de si, há orações pedindo perdão pela “burrice” e pelos desvios cometidos.

Senhor meu Deus, desde já te peço perdão por tudo. Por simplesmente ser burra! Senhor meu, desde já me perdoa? Busco Ele todos os dias. Sei que agora Ele sabe que estou escrevendo. (VITÓRIA RÉGIA).

Porém, a fé vai enfraquecendo em muitos momentos no dia a dia no cárcere. Sintomas de depressão, passar o dia todo dormindo, não ter o que fazer, tristeza, muito choro e a busca de uma resposta que não vem, traz um sentimento de revolta com Deus. Pois somente ele teria uma solução mágica para resolver os problemas. Com o passar do tempo, a vida no cárcere continua igual e o sentimento do abandono de Deus é presente.

A cadeia tá pesando, a cada dia que passa parece uma eternidade pra mim, fico sempre dormindo, nada muda, tá cada vez mais difícil pra mim, só Deus pra me ajudar, as vezes até penso que ele escondeu sua face de mim, pois oro muito e nem sempre tenho as respostas pros meus problemas, eu preciso tanto de uma luz na minha vida, de uma resposta boa, sei lá, mistério de Deus, ando aqui entristecida e choro pelas madrugadas. (ROSA)

Através de poesias religiosas, as mulheres encarceradas, mostram sua fé, e ao mesmo tempo mostram sua preocupação por Deus não estar agindo. Escrevem que no momento certo e com a ajuda dos anjos. Ele vai trabalhar e resolver os problemas, basta orar. Este pensamento trabalha com um propósito de manter um resto de saúde emocional que ainda há para as presas. É uma maneira de encarar a realidade tão dura.

Mestre eu preciso de um milagre, transforma minha vida, o meu estado, faz tempo que eu não vejo a luz do dia, estão tentando sepultar minha alegria, tentando ver meus sonhos cancelados... remove a minha pedra, me chama pelo nome, muda a minha história, ressucita os meus sonhos, transforma a minha vida, me faz um milagre, me toca nessa hora, me chama pra fora. Ressucita-me. (STRELITZIA).

Através de poesias, é possível perceber a voz das mulheres, a experiência de vida de cada uma, “as violências” diversas pelas quais passaram, as relações consigo, com os outros e, principalmente, com Deus. Muitas escrevem poesias de cunho religioso e através delas relatam seu passado, seus anseios e sua relação com Deus.

[...] Meu advogado é o meu senhor. Ele me defende do acusador, minha audiência ele já marcou, e garantiu de novo que eu serei um vencedor. Meu advogado mora lá no céu. Verdadeiro, justo e pra sempre fiel. (VIOLETA).

Para elas Deus está em todo o lugar e quem o abandona só encontra o mal. Entendem que mesmo com lágrimas nos olhos devem seguir a luta. Assim a tendência das mulheres encarceradas é usar a fé para sustentar a ideia de uma outra vida possível, configurando-se como um meio de afastamento de seus atos e de suas responsabilidades.

É madrugada e outra vez você perdeu o sono, final da estrada, desabaram tantos planos, tantos sonhos. As lutas são demais. no teu rosto vejo as lágrimas rolares. Mas meu filho, não desiste de lutar. Porque eu estou contigo a toda hora. As portas vão se abrir, a tempestade vai passar, a vitória vai surgir e a tua benção vai chegar. (VIOLETA).

Colocar tudo em Deus parece aliviar as mulheres que precisam soltar um pouco os tantos fardos que trazem nas costas, desresponsabilizar-se um pouco dos próprios atos.

Com a ideia de que Deus resolve tudo, a liberação do induto para saídas do cárcere é concedida a Deus e não atribuída ao juiz que o liberou por bom comportamento no presídio. Há uma dificuldade em pensar sobre a experiência vivida, todo pensamento neste momento é relativo à fé. A oração é usada para interceder junto à Deus e conseguir o que almejam.

O espiritismo é um assunto que circula dentro do cárcere juntamente com livros espíritas. É uma religião que de alguma forma traz um conforto as mulheres, pois apresenta uma série de explicações espirituais e divinas sobre os acontecimentos. Os espíritas acreditam que existem várias encarnações e que cada uma delas serve para

sermos pessoas melhores, melhorar nossos hábitos. A cada encarnação é uma nova chance para eliminarmos o que é ruim e passarmos a praticar o bem. Tem hábitos e atitudes que trazemos de outras vidas, mas temos o livre arbítrio para mudar isso. Existem sempre espíritos que nos acompanham, bons ou ruins, mas nós que escolhemos caminhar por este ou aquele caminho, mesmo com a interferência espiritual. Há uma crença de que as pessoas devem resignar-se diante dos acontecimentos negativos, ou seja, temos que passar “por isso ou aquilo” devido às dívidas de outras vidas. Assim, a doutrina espírita traz um certo conforto às apenadas.

Adoro ler livros, gosto de aprender as coisas, até porque estudei até a quarta série. Mas os livros que me chamam mais a atenção é o de espiritismo. Adoro ler e aprender o que eles nos ensinam. Ensinam a pensar em coisas boas, ajudam o próximo a não se martirizar por algo que cometeu no passado. (DAMA DA NOITE).

Dentro do cárcere, a fé surge como amparo a este momento vivido no presídio. Há uma busca por uma explicação e a resposta encontrada se dá através da fé e de que foi Deus quem quis a situação, ou de que foi Deus que deu o fardo adequado para cada um. Ou ainda de que o afastamento de Deus causou a situação do encarceramento. A fé funciona como este suporte que as resigna ao aprisionamento, docilizando os corpos. Assim, com o passar do tempo, com a demora para voltar a sociedade, com o tédio que o cárcere instaura, com situações de depressão entre outras doenças, com a distância e a saudade da família que acometem as apenadas, a fé esmorece, desmorona, por alguns momentos. E volta depois. E esmorece novamente, num ciclo.

A justificativa pelos atos ruins que acontecem na vida são, oriundas do diabo. À Deus é designado obras de amor, felicidade e paz. Estar firme e em pé é devido a fé que hoje foi instaurada, os delitos cometidos foi por vontade do diabo. Há uma transferência ao diabo, que parece tirar o peso dos atos praticados pelas mulheres.

Orações, fé, pedidos a Deus para voltar para a sociedade e para perto da família são os desejos explícitos das mulheres apenadas.

A prisão é um local que proporciona sentimentos de muita dor, tristeza, revolta, medo e um imenso sofrimento psíquico. A pessoa que ali se encontra, mesmo com muitos companheiros de cela, sente-se muito sozinha. Segundo depoimentos, a única coisa que ajuda a suportar tudo e pensar que no final tudo dará certo é a fé em Deus,

que faz tudo suportar e acreditar que “ as portas vão se abrir no momento certo, e Deus vai agir”. O único pensamento é o da saída, da fuga, das portas abrindo para a liberdade.

A fé aparece em momentos difíceis na vida de muitas pessoas e no cárcere não é diferente. As mulheres buscam justificar os delitos praticados pela falta da fé, por nunca terem pego numa bíblia, por não irem à igreja. Além disso, se sentem amparadas pela fé que surgiu pós entrada no cárcere e acreditam que só através da crença e das orações é que vão conseguir sair mais rápido desta situação. A LEP fala da assistência religiosa ao lado das outras como saúde, educação. Alguns presídios possuem essa assistência. No presídio em questão eventualmente (mais ou menos de 15 em 15 dias), as presas recebem a visita de uma pastora evangélica. Há presas que sugerem em seus posicionamentos, a distribuição de livros espíritas, pois acreditam que tal religião explica muita coisa do que está acontecendo com elas. Pedem que os mesmos fiquem dentro da cela e não na biblioteca do presídio. Mesmo assim não deixam de gostar da visita da pastora evangélica, que pode ser interpretada como um cuidado, um amparo.

3.2 A FELICIDADE POSSÍVEL NO AMOR

Contar suas experiências de vida favorece as mulheres encarceradas, a partir das histórias lembradas e das experiências já vividas, o confronto entre passado e presente. A partir desse confronto, surgem roteiros que acessam o futuro.

Durante toda a sua experiência de vida, as mulheres encarceradas demonstram instabilidade afetiva, suas relações foram sempre ligadas a traficantes e a prática desta atividade é necessária para provar o amor pelos companheiros.

Assim, para as mulheres encarceradas, a felicidade é possível num futuro e está ligada a ficar próximo de um companheiro que elas tenham afeto e que demonstrem proteção a elas e não violência.

[...] O desenrolar da vida apresenta-se, assim como uma sequência de ajustamentos parciais ou globais das nossas condições de existências, como uma fruição na qual a procura do amor ocupa um lugar central, se não for mesmo o lugar central. (JOSSO 2010, p. 117).

Caminhar junto com um companheiro ideal, é colocado por muitas como o principal a se fazer após a saída do cárcere. Dizem que esta situação seria um sonho de felicidade.

Vou sair daqui com outros pensamentos, outros sonhos, participar só de coisas boas. Realizar o sonho de ficar com uma pessoa maravilhosa que apareceu na minha vida, o L. P, o meu amor. Que está lá em Canguçu preso. Foi lá que conheci ele. Eu descobri que ele tem os mesmos propósitos que eu de construir uma família e nossos filhos. A princípio estou grávida dele, fora os meus dois filhos mais velhos. Quero sair daqui e mudar de vida. Recuperar o tempo perdido, que todo esse tempo deixei pra trás. (BEM ME QUER).

Buscar os filhos na escola, levar na praça e fazer bolo para o café da tarde das crianças são vivências que as mulheres relatam que desejam repetir no futuro.

3.2.1 OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS

Segundo depoimentos das mulheres encarceradas, a escolha dos parceiros para um relacionamento afetivo geralmente é conturbada, pois contam com parceiros agressivos e destrutivos. Elas relatam que foram violentadas e abusadas na infância pelos pais, avôs, tios, padrastos. E em sua adolescência acabam escolhendo parceiros violentos. Algumas conseguiram se afastar do marido abusivo por um tempo, mas acabam voltando e tendo mais filhos.

Ao separar do marido abusivo, há a tentativa de retorno aos estudos, de seguir em frente tentando recuperar o tempo perdido, a maternidade precoce e o abandono a escola. Pedir a separação pode ser um ato corajoso, mas ao mesmo tempo pode gerar raiva e ódio no agressor. Este consegue ficar perseguindo a vítima por algum

tempo ou por tempo indeterminado. Algumas acabam cedendo e voltando para este companheiro.

Mesmo mostrando afeto pelos companheiros do momento, há uma demonstração e um interesse em ter um parceiro que as impulsionem, que ajude com os problemas e não sobrecarregue com os seus, alguém com que possam contar e que não faça mal.

Contudo renunciar a este parceiro abusivo, parece ser muito difícil para estas mulheres, parece haver uma busca por um parceiro não violento, mas invariavelmente há relatos de que ao trocar de parceiros estes se apresentam também de forma violenta.

Algumas mulheres são casadas, mas acabam gostando de outra pessoa, algumas que conhecem no próprio cárcere. Isto se deve ao fato de ao estarem inseridas em presídios mistos há o convívio com os homens em alguns momentos.

Há a oportunidade de conversas de homens com as mulheres encarceradas, pois muitas vezes eles compartilham o mesmo espaço arquitetônico. Assim o pátio oportuniza relacionamentos afetivos e de amizade.

Muitas mulheres terminam relacionamentos, mesmo quando encarceradas e encaram novos relacionamentos. Muitas se correspondem por cartas, com homens presos ou não.

No relato dessas mulheres, há sempre um desejo futuro de ser feliz ao lado de um companheiro. Muitas vezes elas são casadas e há o desejo de viver com outra pessoa. Muitas se correspondem por cartas com homens que não são os maridos e planejam com eles, casar, ter filhos. Colocam tudo nas mãos de Deus, dizendo que só vão ficar com o companheiro que gostam, se for a vontade de Deus.

3.2.2 A BUSCA DA FELICIDADE

Tristeza e solidão permanente, uma ideia inatista do sofrimento são sentimentos contínuos na vida das mulheres encarceradas. Há questionamentos contínuos indagando sobre o tal dia que a felicidade vai chegar.

As narrativas de vida contam itinerários ao longo dos quais os autores qualificam as suas experiências de vida classificando-as, quer em períodos felizes, quer em períodos psíquica ou fisicamente dolorosos. A vida humana apresenta-se pois de forma ininterrupta nessa dialética do bem-estar e do sofrimento. É no incessante retorno desse “jogo de ioiô” que emerge uma posição existencial mais ou menos ativa para tentar uma saída, se ela for pensada como possível, e para ir à descoberta de uma nova maneira de “governar” a própria existência[...] (JOSSO 2010, p.117).

Ao falar sobre a felicidade, há uma relação com o tipo de sentimento vivido no momento. Não estar feliz, segundo as mulheres encarceradas, é consequência de toda angústia, tristeza e depressão vividos no cárcere.



Figura 6

“Hoje eu pago um preço muito alto pela minha liberdade, a qual eu sinto muita falta”.
Passo noites em claro pensando nos meus problemas e longe das pessoas que amo, mas sigo em frente minha jornada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível considerar que o contato com as mulheres encarceradas e com o método narrativo foi desafiador e me permitiu conhecer suas dimensões humanas, assim como seus processos de desenvolvimento, formação e a influência do contexto social e do outro na vida de cada uma delas.

Poder modificar a rotina de cada uma delas, conseguir a permissão para o filme, o mate, a pipoca, os livros, a festa, os cadernos, as canetas é poder em meio ao cárcere desassujeitar essas mulheres ao sistema prisional e as relações de poder que envolvem todo o sistema, além de oportunizar a escrita de si e a reflexão. Retomando o objetivo do trabalho é se levado a acreditar que foi possível compreender as experiências de vida e as experiências charneiras de cada uma entendendo que foi oportunizada a reflexão de si e espaço para um possível empoderamento, ainda que pouco ou quase nada de crítica social apareça em seus relatos, o que demonstra que seus discursos, modos de ver e perceber o mundo, estão repletos dos sentidos hegemônicos a elas apresentados.

Levando-se em conta o que foi observado nas histórias de vida dessas mulheres e no contato com elas dentro da cela, foi possível perceber que as mulheres do cárcere são pessoas que já nasceram em situação de vulnerabilidade, marcadas por muita violência, desde a mais tenra infância, passando por diversos tipos de abusos. Trabalho infantil marcado por violência, caso não retornassem para casa com dinheiro, desamparo materno e negligência no sentido de ocultar os abusos muitas vezes realizados por padrastos foram rotina na vida delas. Além disso, a saída precoce de casa para fugir de tudo isso e gravidez no início da pré-adolescência. Continuidade da violência através dos companheiros, que na maioria das vezes eram envolvidos com drogas. Tudo isso caracteriza a vida delas e termina com tráfico, prostituição e cárcere. E muitas idas e vindas no cárcere.

Foi possível perceber, ainda, que em alguns casos, estar ligada ao tráfico configurou um meio de se manter financeiramente, como uma forma de subsistência, junto aos filhos.

Por conseguinte, há muitas implicações a partir do aprisionamento dessas mulheres que, além de perderem a liberdade, perdem seus filhos, pois, muitos vão para a casa de passagem, outros para a adoção. Quando conseguem sair do presídio,

essas mulheres custam a resgatar suas crianças, e algumas não conseguem, pois precisam provar ao juiz que tem emprego fixo, casa organizada, rotina estabelecida.

Logo, são mulheres muito pobres, analfabetas ou com ensino fundamental incompleto. Assim é possível afirmar que quanto mais escolarização, mais distante do cárcere uma pessoa fica. Em virtude do que foi mencionado, entende-se que a escolarização dá mais oportunidade de trabalho, o que parece ser um fator determinante para o afastamento do cárcere. Logo, entende-se que uma boa situação financeira permite que, mesmo chegando ao cárcere (o que é bem mais difícil), o sujeito não permaneça. Percebe-se que a punição está mais voltada para sujeitos pertencentes a determinadas classes sociais do que para um delito de fato.

Sendo assim, parece que o aprisionamento de pessoas acontece em nossa sociedade por motivos excludentes e de controle social. Negros, desempregados, pobres, deficientes, com pouca escolaridade são a maioria na população prisional. As leis são feitas para todos, mas há uma assimetria no cumprimento das penas. Percebe-se que as leis funcionam na regulação do sistema social vigente, que beneficia a classe dominante.

Cabe ressaltar também, que nos presídios mistos há uma desconsideração das questões de gênero e uma reprodução do que acontece na sociedade, em que as mulheres são diminuídas perante os homens.

Entende-se que os presídios mistos mantêm as características masculinas, tendo as mulheres pouco espaço, nenhuma atividade educacional ou ocupacional que contemple a vida encarcerada, e as prepare para o retorno à sociedade. Em desconformidade com a lei não tem espaço para amamentação, nem creches, nem espaço para receber os filhos.

De acordo com o que foi observado e as várias reincidências causando o retorno ao cárcere, é se levado a acreditar que a prisão não melhora o preso, de modo geral, e não o ressocializa, levando a um adoecimento, a uma exclusão ainda maior, pois quem ali chega uma vez, carrega as marcas de ali ter estado para o resto de sua vida.

O sistema prisional exige muitos aprofundamentos e discussões diferenciados, de acordo com a área que está sendo discutida, mas há que se pensar na Educação Carcerária como algo previsto em lei e que deve sair do papel.

A Oferta Educacional no sistema penitencial brasileiro ainda é pouca, mas está amparada na LEP que assegura ao preso esse apoio. O tema ainda é pouco discutido

apesar de alguns locais já proverem de ações voltadas para a educação de jovens e adultos encarcerados.

Acredito que a educação no espaço prisional é possível, no sentido de capacitar para o trabalho, melhorar a qualidade de vida dentro do cárcere e servir como um apoio ocupacional tirando o preso da ociosidade. Cabe ressaltar que o ideal seria que as mulheres tivessem essa escolarização e oportunidade de estudo pré-cárcere.

É preciso esclarecer que no último dia da prática da pesquisa no cárcere, foi entregue para as presas uma sacola com livros diversos. Passado um mês da finalização da pesquisa no presídio uma ligação da assistente social ressaltou que a recepção dos livros foi muito comemorada, e que isso aproximou as presas das agentes penitenciárias, pois elas emprestaram os livros para as agentes, que ficaram interessadas em comprar alguns. Também ressaltou que gostariam de adquirir para a ala masculina alguns exemplares, sendo o motivo do telefonema a indicação do local em que poderiam adquirir os livros. Aproveitei a oportunidade e questionei se ao juntar uma sacola de livros novamente, poderia fazer a entrega no local, mesmo não estando mais atuando na pesquisa, o que foi autorizado.

Em virtude dos fatos mencionados, fui levada a acreditar que o trabalho desenvolvido no cárcere oportunizou aprendizagem, empoderamento e desenvolvimento pessoal. Utilizar a literatura para trazer à tona as memórias dessas mulheres foi além do esperado, pois o interesse em continuar lendo outros títulos foi visível e narrado por elas. Acredito que a diversificação das atividades realizadas, como o filme, os jogos, os desenhos, auxiliou para que o depoimento das mulheres, chegassem a reconstrução do passado através de suas escritas.

As experiências charneiras apontadas por elas em suas narrativas, tais como as violências vividas, a maternidade, a drogadição, o crime, o cárcere, apontam para estudos, reflexões não só individuais, mas também para interpretações sociais. Porém as mulheres do cárcere, não tem essa crítica social, colocando sua difícil trajetória de vida principalmente em Deus e do afastamento dele.

Imprescindível que, diante dos argumentos expostos, haja uma conscientização sobre a importância de políticas públicas voltadas para a ressocialização, a educação e as questões de gênero no cárcere. No entanto, é preciso reconhecer que anterior a ele, há vidas que caminharam sempre na corda bamba, que se constituíram dentro de uma grande vulnerabilidade familiar, social e

individual. E, então, diante desses elementos é necessário um projeto para que vidas não caminhem até o cárcere.

É preciso voltar um pouco na minha história de vida e falar da experiência como pesquisadora, como um processo assimilatório pós-vivências e que se configurou após análise e reflexões a partir do vivido no cárcere. Como diz Larrosa (2013) foi um estado contínuo de se voltar para si mesmo numa relação interior com a matéria de estudo. Após olhar o outro há uma emergência em olhar para si. A prática de pesquisa dentro do cárcere e mais propriamente dentro da cela, configurou uma experiência charneira. Existe a minha vida de mulher antes da pesquisa e de mulher após a pesquisa do cárcere. Várias ressignificações foram se acomodando e se desacomodando dentro de mim. Foi possível perceber as interferências no processo de desenvolvimento, formação e do social das mulheres do cárcere. E o adoecimento que estas interferências trouxeram a elas. Adoecimento este pautado em todos os tipos de violência que sofreram e sofrem não só as que estão no cárcere (porque ali chegam e ficam por serem pobres) mas as violências sofridas por mim e por todas as outras que não estão encarceradas. Existem muitas prisões para mulheres além das grades.

Sendo assim é necessário refletir sobre as mulheres criminalizadas, violentadas, sua família, seus filhos, a dupla penitência e a falta de liberdade que vai além dos muros e das celas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. **A aventura (auto) biográfica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AGUIAR, A. S. **Educação de jovens e adultos privados de liberdade e o programa nacional de inclusão de jovens em unidades penais do Estado do Rio de Janeiro**. 2012. 199p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, Minas Gerais, 2012.

BARATA, A. Por um concepto crítico de reintegración social del condenado. In: Oliveira, E. **Criminologia crítica**. Belém: CEJUP, 1990.

BARREIRO, C. B. **Pesquisa-formação: a construção de si na escuta do outro**. 2009. 130f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARREIRO, Cristhianny. Pesquisas narrativas, biográficas e autobiográficas: investigando conceitos nas pesquisas do V CIPA. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Pesquisa (auto)biográfica, fontes e questões**. Curitiba: CRV, 2014.

BARCINSK, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n.5, p.1843-1853, 2009.

BOLÍVAR, A. B. De nobis ipsis silemus. Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa em educación. **Revista eletrônica de Investigación Educativa**, v.4, n.1, 2002.

BOLIVAR, A. B. A expressividade epistêmico metodológica da pesquisa auto-biográfica. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Pesquisa (auto)biográfica, fontes e questões**. Curitiba: CRV, 2014.

BITENCOURT, C. R. **A falência da pena de prisão**. Causas e Alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1974.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do direito**, Belo Horizonte, v.6, n.11, p.61-78, jan.-jul., 2009.

CHIES, L. A. B. A questão penitenciária. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.25, n.1., 2013.

CHIES, L. A. B. **De boas intenções o inferno está cheio: reflexão sobre a educação formal nos ambientes prisionais Política Social: temas em debate.** Pelotas: EDUCAT, 2009.

CHIES, Luis Antônio Bogo. **A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª região penitenciária no RS.** Pelotas, 2008. 48p. Relatório do Grupo Interdisciplinar de trabalhos e estudos criminais penitenciários da Universidade Católica de Pelotas.

CHIES, L. A. B **Prisão e Estado. A função ideológica da privação de liberdade.** Pelotas: EDUCAT 1997.

COLARES, L.B.C. E CHIES, L A B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, n.18, mai.-ago., 2010.

CLADININ, D.; CONNELLY, F. **Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa.** Uberlândia: EDUFU, 2011.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **John Dewey uma filosofia para educadores em sala de aula.** Petrópolis: Vozes 1994.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa-teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESTEVES, M. G. **O sentido de norma em Foucault e o papel do direito na produção de corpos dóceis.** Brasília: conteúdo jurídico, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio Junior.** Curitiba: Positivo, 2011.

FiSCHER, B. Foucault e as histórias de vida: aproximações e que tais... **A aventura (auto) Biográfica**, Porto Alegre, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FRANK, A. **O diário de Anne Frank**. Rio de Janeiro: Record, 2000

GRECO, R. **Direito Penal do Equilíbrio**. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

JOSSO, M-C. **Experiências de Vida e Formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

MOMBERGUER, Delory. Formação e Socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, p. 359-371, mai.-ago, 2006.

MORAES, R, GALIAZZI, MC. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciências e Educação**, v.12, n.1, p.117-128, 2006.

MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C.M.B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Escrito por Educação**, Porto Alegre, v.5, n.2, p154-164, jul.-dez, 2014.

MUNÕS, V. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade. **Em aberto**, Brasília, v.24, n.86, p.57-74, nov., 2011.

NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, C B F. de. **Para além das Celas de aula: a educação escolar no contexto prisional `a luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia Minas Gerais**. 2012. 138p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

PEREIRA, L. C. Educação e Prisão: **O valor da escola para os jovens e adultos presos no centro de ressocialização de Cuiabá/MT**. 217 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

QUEIROZ, N. **Presos que Menstruam: a brutal vida das mulheres-tratadas como homens nas prisões brasileiras.** Rio de Janeiro: Record 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** (tomo 1) São Paulo: Papirus 1994.

SILVA, Gerlan de Oliveira da. **Avaliação Diagnóstica da Oferta Educacional no sistema prisional brasileiro: identificando dificuldades e potencialidades.** 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, José Marcelo Conceição. **Para cada pé um sapato!?** A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade. 164 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2012.

SILVA JÚNIOR, M. B. S. **Educação na Prisão.** 2011. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade de Goiás, Goiás, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Currículo e identidade social: territórios contestados. In.: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula.** Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

TONO, Cineiva Campoli, HARACEMIV, Sonia, GOMES, Maria Tereza Uille (Org). **Vozes do Cárcere. Paz e não violência em busca de um novo modelo de gestão.** Curitiba: CRV, 2015.

WESTBROOK, R B. E TEIXEIRA, A, ROMÃO, J E, RODRIGUES V..L **Jonh Dewey,** Raecife: Fundação Joaquim Nabuco Massangan, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR



TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR



Eu, **Fátiane Nogueira Silveira** aluno(a) do curso **Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia**, pesquisador(a) responsável pela pesquisa intitulada **"Experiência Chameira um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade"**, na categoria de **Mestrado (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa Institucional, Mestrado, Doutorado, outros)**, vinculado a instituição de Ensino Superior **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia**, sob orientação acadêmica de **Cristhianny Bento Barreiro**, me comprometo a:

- zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas no desenvolvimento da presente pesquisa;
- utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins de pesquisa;
- tornar público os resultados da pesquisa em periódicos científicos e/ou em encontros, respeitando sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos envolvidos na pesquisa;
- comunicar ao setor responsável da Escola do Serviço Penitenciário – ESP a suspensão ou encerramento da pesquisa, por meio de documento;
- suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, previsto ou não no termo de consentimento livre e esclarecido, decorrente à mesma ou a qualquer um dos sujeitos participantes;
- respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.
- encaminhar cópia da monografia tese para a Escola do Serviço Penitenciário na modalidade física e digital (PDF) para ser disponibilizada na biblioteca da ESP.

Para todos os efeitos, a não observância de qualquer um dos itens acima acarretará possíveis sanções previstas ou estabelecidas na legislação vigente.

Pelotas 27 de maio de 2016

Nome/Assinatura Pesquisador(a)

Fátiane Nogueira Silveira

Nome /Assinatura Orientador(a)

Cristhianny Bento Barreiro

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



INSITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
PELOTAS – RS – BRASIL

PESQUISADOR

Pesquisadora Responsável: Cristhianny Bento Barreiro

Endereço: Praça 20 de setembro, 455

CEP: 96015-360 – Pelotas – RS

Fone: (53) 2123-1011

E-mail: crisbarreiro@pelotas.ifsul.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “EXPERIÊNCIA CHARNEIRA: um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade”. Com este estudo pretendemos compreender as histórias de vida de mulheres, em situação de encarceramento, através de oficinas literárias, a serem realizadas como dispositivos para trazer a tona memórias e lembranças da história de cada uma.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “NOME DO ESTUDO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Pelotas, _____ de _____ de 200 .

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o

Programa de Pós-graduação em Educação

IFSul – Câmpus Pelotas

Praça 20 de setembro, 455

CEP 96015-360

E-mail: mpet@pelotas.ifsul.edu.br

APÊNDICE C



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO



AUTORIZAÇÃO

Na data do dia 10/08/2018 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza (o/a) pesquisador (o/a) **FATIANE SILVEIRA** a realizar a pesquisa sob o título "**EXPERIÊNCIA CHARNEIRA: um estudo narrativo com mulheres em situação de privação de liberdade**" junto ao Presídio Estadual de Jaguarão.

O Projeto de Pesquisa está vinculado ao Instituto Federal de Educação - Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia - sob orientação acadêmica da professora Crísthianny Bento Barreiro.

Salientamos que para realização da coleta dos dados necessários ao andamento da pesquisa, é necessário que o (a) pesquisador (a) apresente o Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da IES e após agende previamente a data da visita ao estabelecimento, com o (a) Administrador (a) do Estabelecimento Prisional acima citado.

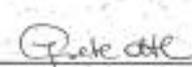
Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do Projeto, o (a) pesquisador (a) envie seu trabalho final de pesquisa, para a Escola do Serviço Penitenciário, de forma impressa ou digital.

Destacamos que o (a) pesquisador (a) deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.

Atenciosamente,


João Eduardo Quevedo Reymunde
Diretor da Escola do Serviço Penitenciário

APÊNDICE D DOCUMENTO DO COMITÊ DE ÉTICA DA PLATAFORMA BRASIL

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: EXPERIÊNCIA CHAMBERLIN: UM ESTUDO NARRATIVO COM MULHERES EM PROMOÇÃO DE LIBERDADE NA CIDADE DE JORNALINHOS			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área de Conhecimento: Graduação Área 7: Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: CRISTHANNY BENTO BARREIRO			
6. CPF: 013.384.258-72	7. Declaração (Res. nº 7): RMSL01 JORNAL DOS REIS TRÊS VIGÉSIMA S/O PILÓTTAS RR0 - GRUPO DO SUL 06020448		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (51) 8111-7382	10. Celular Telefone:	11. E-mail: crisbarreiro@pibrazil.edu.br
Termo de Compromisso: Declaro que colhi e cuido das registros de Pesquisa CNS 468/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os resultados e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Assumo as responsabilidades pela execução científica do projeto acima. Tenho ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os pesquisadores e fará parte integrante da documentação do estudo.			
Data: <u>23, 05, 2016</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA SUL-RIO	13. CNPJ:	14. Unidade/Centro: Campus Pelotas	
15. Telefone: (51) 2123-9300	16. Dado Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e compreendo os requisitos da Resolução CNS 468/12 e suas Complementares e concito esta instituição em condições para o desenvolvimento deste projeto, sob total sua assunção.			
Responsável: <u>Janete Otte</u>	CPF: <u>443645120-87</u>		
Cargo/Função: <u>vice reitora</u>			
Data: <u>20, 05, 2016</u>	 Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica. Instituto Federal Sul-rio-grandense			

APÊNDICE E DOCUMENTO DO IFSUL PARA A SUSEPE

 INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Pelotas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Campus Pelotas
Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia

Pelotas, 23 de maio de 2016.

À Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe):

Vimos, por intermédio desta, apresentar a aluna do curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia (MPET), do IFSul, Câmpus Pelotas, **Fatiane Nogueira Silveira (20151MPET0191)**, a qual pretende realizar a pesquisa intitulada **EXPERIÊNCIA CHARNEIRA: UM ESTUDO NARRATIVO COM MULHERES EM PROVAÇÃO DE LIBERDADE NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS**, sob a supervisão de sua orientadora, Prof^a. Dr^a. Cristhianny Bento Barreiro, tendo como campo de pesquisa o Presídio de Jaguarão. Cabe ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, tendo sido autorizado pelo Reitor deste instituto, e que a adesão é livre e esclarecida por parte das detentas.

Atenciosamente,


Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Araújo Cunha
Coordenadora do MPET - IFSul


Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Araújo Cunha
Coordenadora do Mestrado Profissional em
Educação e Tecnologia - MPET - IFSul